

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

**FLÁVIO GONDIM VIANA**

**A CIDADE DE FORTALEZA E SUAS  
RAÍZES INDUSTRIAIS:  
Ensaio Sobre Formação Urbana e Patrimônio Industrial**

**Fortaleza**

**2014**

**FLÁVIO GONDIM VIANA**

**A CIDADE DE FORTALEZA E SUAS  
RAÍZES INDUSTRIAIS:**

**Ensaio Sobre Formação Urbana e Patrimônio Industrial**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Interinstitucional do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie com a Universidade de Fortaleza como quesito para obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Urbanismo.

Orientadora: Dra. Ana Gabriela Godinho Lima

**Fortaleza**

**2014**

V614c Viana, Flávio Gondim

A cidade de Fortaleza e suas raízes industriais: ensaios  
sobre formação urbana e patrimônio industrial / Flávio Gondim  
Viana – 2014.

144 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -  
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.  
Bibliografia: f. 73-77.

1. Fortaleza (CE). 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio Industrial. I.  
Título.

CDD 711.4

**FLÁVIO GONDIM VIANA**

**A CIDADE DE FORTALEZA E SUAS  
RAÍZES INDUSTRIAIS:**

**Ensaio Sobre Formação Urbana e Patrimônio Industrial**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Interinstitucional do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie com a Universidade de Fortaleza como quesito para obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Urbanismo.

Aprovado em 06 de fevereiro de 2015

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ANA GABRIELA GODINHO LIMA - Orientadora  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> RUTH VERDE ZEIN  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA ALICE JUNQUEIRA BASTOS  
Universidade de São Paulo

Este trabalho é dedicado aos meus filhos, filha e netos – razão das minhas principais emoções, e à Virgínia, pela cumplicidade e compreensão que os momentos de convívios perdidos, assim como um monumento em ruínas, nunca serão substituídos, mas poderão ser bem reaproveitados.

## AGRADECIMENTOS

---

Em primeiro lugar, agradeço a quem chamamos Deus, pela força espiritual que sempre recebi, muitas vezes em forma de perseverança para nunca desistir.

Obrigado especial aos meus amados pais que se distanciaram exatamente nos momentos de definição do mestrado, mas que de algum modo estão sempre ao meu lado.

Agradeço de forma especial à Universidade de Fortaleza – UNIFOR (Ceará) e à Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo), pela oportunidade de participar do MINTER – Mestrado Inter-Institucional em Arquitetura e Urbanismo, aprovado pela CAPES e promovido pelo Programa de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em parceria com a Universidade de Fortaleza, IES receptora.

Ao professor Luiz Telles (*in memoriam*), pela oportunidade de ter assistido a sua última aula. Foi uma amizade que durou um dia.

À orientadora desta tese professora Ana Gabriela Godinho Lima que com confiança, estímulo e sugestões criteriosas muito me ajudou a viabilizar essa dissertação.

À Banca Examinadora da Qualificação formada pelas professoras Ruth Verde Zein e Maria Alice Junqueira Bastos pelas sugestões valiosas.

Aos novos amigos da Mackenzie e da UNIFOR que contribuíram de forma direta ou indireta para a elaboração desse trabalho. Em especial as professoras Eunície Helena Abascal, Maria Augusta Justi Pisani e Flora Lima, pelo empenho, disponibilidade e delicadeza aos atendimentos.

Aos colegas do MINTER, pela presteza e atenção, em especial os dois parceiros de cafés e ideias, Marilena Carvalho e Pedro Boaventura. Foi uma grande alegria viver este tempo de estudos na presença de vocês!

Ao colecionador e incentivador da cultura Miguel Ângelo de Azevedo (NIREZ), pelo pronto acesso aos seus livros e acervo iconográfico.

E a todos que contribuíram para o desenvolvimento dessa dissertação; desde as minhas parceiras de pesquisa, aos funcionários de todas as bibliotecas, arquivos, museus e obras visitadas, pela atenção.

Este trabalho de mestrado também não existiria sem a vontade e empenho de duas pessoas; os professores Napoleão Ferreira Neto e Euler Sobreira Muniz. A eles meu eterno agradecimento.

“Tantas vezes pensamos ter chegado. Tantas vezes é preciso ir além.”  
Fernando Pessoa

## LISTA DE IMAGENS

---

IDENTIFICAÇÃO DA IMAGEM	PÁGINA
01. Vista aérea da fábrica matriz da Brasil Oiticica em Fortaleza.	12
02. Espaço onde existiu a Brasil Oiticica em Pombal (PB).	14
03. Chaminé da Brasil Oiticica em Pombal (PB).	14
04. Passeio Público em Fortaleza. Começo do Século XX	16
05. Cartão Postal do Passeio Público em Fortaleza.	17
06. Vista Aérea do Castelo do Plácido em Fortaleza	18
07. Vista Aérea de Fortaleza (1939)	21
08. Planta da Cidade de Fortaleza (1932)	22
09. Vista Aérea de Fortaleza (década de 1930)	25
10. Vista Aérea da fábrica do Grupo Vicunha Têxtil (2003)	28
11. Vista Aérea da fábrica do Grupo Vicunha Têxtil (2014)	28
12. Implosão da Fábrica Astra de cervejas (maio 2010)	29
13. Planta da Cidade de Fortaleza (1726)	32
14. Mapa de Fortaleza (1628)	35
15. Primeira Planta de Fortaleza (1726)	41
16. Planta do Porto e Villa da Fortaleza (1813)	44
17. Mapa da Villa da Fortaleza e seu Porto (1818)	45
18. Planta da Cidade de Fortaleza (1856)	47
19. Planta Exata da Capital Ceará (1859)	48
20. Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios (1875)	50
21. Planta da Cidade de Fortaleza (1888)	52
22. Vetores de Ocupação de Adolfo Herbster	53
23. Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza (1947)	54
24. Cartão Postal do Centro de Fortaleza (1936)	55
25. Plano Diretor de Remodelação e Extensão de Fortaleza (1947)	56
26. Fábrica de Fiação Progresso	59
27. Fábrica e linha férrea	63
28. Casa de taipa	66
29. Mapa da Cidade de Fortaleza (1932)	67
30. Espaço da antiga Fábrica Clemente Irmãos (2014)	72
31. Fábrica São José (década de 1930)	73
32. Ruínas da Fábrica São José (2014)	73
33. Fábrica Myrian (década de 1930)	75
34. Nova fachada da antiga Fábrica Myrian (2014)	75
35. Vista da Fábrica Esplanada (2013)	76
36. Canteiro de Obras na antiga Fábrica Esplanad	76
37. Vista da Fábrica Astra, de cervejas (2010)	77
38. Vista da Fábrica Astra, de cervejas (2014)	77
39. Antiga fábrica na Avenida Duque de Caxias	79
40. Prédio atual da antiga fábrica	79
41. Prédio da antiga fábrica Siqueira Gurgel (década de 1940)	81
42. HiperBompreço da cadeia Walmart (2014)	81
43. Embalagem das Castanhas Iracema	84
44. Fábrica Packard. Linha de Produção de Automóveis	85
45. Fábrica de Automóveis da Packard atualmente	85
46. Sítio de Fábrica em Cornwall, Sul de Bretanha	88
47. Siderúrgica <i>Ebbw Vale Steelworks</i> . País de Gales	89
48. Ruínas da Indústria Arma Krupp. Essen, Alemanha	90
49. Vestígios de Fornos Fabris. <i>Northern Sihowy</i> . País de Gales.	92
50. Vista Aérea do <i>Halles Centrales</i> , Paris	94
51. Vista Interna dos Galpões do <i>Halles Centrales</i> , Paris	94
52. Vista Interna das Minas <i>Wieliczka</i>	95
53. Real Fábrica de Ferro São João. Fazenda Ipanema	97

54. Sítios Industriais. Romênia	101
55. <i>Michigan Central Station</i> .	102
56. Plano de Fortaleza (1875)	105
57. Avenida Philomeno Gomes	107
58. Vista Aérea de Fortaleza (direção Leste-Oeste)	108
59. Fábrica de Tecidos São José (década de 1930)	109
60. Vista aérea dos bairros Jacarecanga e Carlito Pamplona	111
61. Mapa dos bairros Jacarecanga e Carlito Pamplona	111
62. Fachadas Norte e Leste da Fábrica de Tecidos São José	112
63. Fachada Leste da Fábrica de Tecidos São José	112
64. Vista aérea da fachada Leste	113
65. Ruínas da Fábrica São José	113
66. Ruínas da Fábrica São José – Vista interna dos galpões	114
67. Ruínas da Fábrica São José – Vista interna dos galpões	114
68. Fachada das casas da Vila São José	115
69. Casas da Vila São José	115
70. Planta baixa da Fábrica São José	116
71. Planta de situação da Vila São José	117
72. Vista aérea da Oficina do Urubu	119
73. Planta de situação da Oficina do Urubu	120
74. Galpão da Oficina de manutenção	121
75. Galpão da Oficina de reparos e manutenção	121
76. Galpão da Oficina de reparos e manutenção	122
77. Vista interna do Galpão da Oficina de reparos e manutenção	122
78. Vista interna do Galpão da Oficina de manutenção	123
79. Vista Galpão da Oficina de reparos e manutenção	123
80. Planta original do terreno do Urubu (1925)	124
81. Vista aérea do bairro Carlito Pamplona	126
82. Vista aérea dos fundos da Brasil Oiticica (década de 1940)	128
83. Vista aérea dos fundos da Brasil Oiticica (2014)	128
84. Vista aérea da Brasil Oiticica (anos de 1950)	129
85. Vista aérea da Brasil Oiticica (2014)	129
86. Volumetria da fábrica	130
87. Fachada do prédio administrativo	130
88. Uso da luz natural	131
89. Composição volumétrica da fachada	131
90. Fachada sul do galpão central	132
91. Fachada leste do galpão central	132
92. Vista do pátio central	133
93. Vista interna dos galpões antigos	133

## RESUMO

---

Segundo o Anuário Estatístico do Brasil (1976) a população de Fortaleza que em 1890 era de 41 mil pessoas, passou para cerca de 2.571.896 habitantes em 2014, conforme dados do IBGE (2010). Esse aumento populacional ocasionou a rápida expansão do seu espaço urbano para as zonas Oeste e Leste da cidade. O processo de industrialização fortalezense ocorreu no lado Oeste da cidade, a partir do final do século XIX até a década de 1970. Investigar como se deu o início dessa urbanização, até o recorte da década de 1940, é o objetivo principal deste trabalho. Descobrir se esse fato dependeu diretamente da instalação das indústrias é a maior questão. Desde os anos de 1970, as indústrias localizadas na área urbana de Fortaleza vêm se transferindo para outras regiões do estado, deixando para trás os edifícios de suas fábricas. Alguns deles, já foram derrubados, outros ainda estão lá, fazendo parte da paisagem, mas desprovidos das suas condições de símbolos locais. Essa pesquisa, também pretende contribuir com questões relacionadas a valorização dos prédios industriais como parte da história das comunidades onde estão inseridos. Da industrialização em Fortaleza buscamos resgatar exemplos de três antigas indústrias da cidade: a Fábrica de Tecidos São José Philomeno S.A. Indústria e Comércio, as Oficinas do Urubu, pertencente à RFFSA, e a Brasil Oiticica S.A.. Analisando as mudanças ocorridas no entorno de cada uma delas, a partir das instalações, e em seguida apresentando características de cada unidade fabril. Esta pesquisa procura contribuir com reflexões teóricas e históricas sobre a urbanização de Fortaleza, suas relações com o primeiro processo industrial ocorrido na cidade, além de problematizar a relação patrimônio e cidade.

**Palavras-chave:** Urbanização de Fortaleza; Industrialização; Patrimônio industrial e cultural.

## ABSTRACT

---

According to the Statistical Yearbook of Brazil (1976) the population of Fortaleza went from 41,000 people in 1890 to about 2,571,896 inhabitants in 2014, according to IBGE (2010) and estimates of the resident population of July 2014, published in the Journal Union official on 08/28/2014. This population increase caused rapid expansion of the urban space. From the 1970s the phenomenon of de-industrialization in the urban area of Fortaleza, in addition to causing the transfer of numerous plants to other parts of the city and the state of Ceará, contributed to the closure and abandonment of other areas, some of which are true documentary records of the landscape, identity and symbols that form the local history. On the theme of industrialization and urban space this work aimed to characterize the urbanization of Fortaleza, with reference to the historical context of industrialization from the installation of the first industries in the city. In the text are addressed issues related to industrial heritage, from the reasons why cultural property are not preserved and its implications in the history of communities. Industrialization in Fortaleza seek rescue examples of three ancient city industries: Brazil Oiticica SA , San José Textile Factory ( SA Philomeno Industry and Trade ), and the Oficina do Urubú (Office of the Vulture), belonging to RFFSA, trying to analyze not only the constructed object but the whole process and the circumstances that resulted in him. This literature qualitative study aims not reach conclusive criteria defining categorically that the urbanization of Fortaleza was determined by the arrival of industrialization, but rather to contribute reflections on the theoretical and historical implications of this fact.

**Keywords:** Fortress of urbanization ; industrialization ; Industrial and cultural heritage.

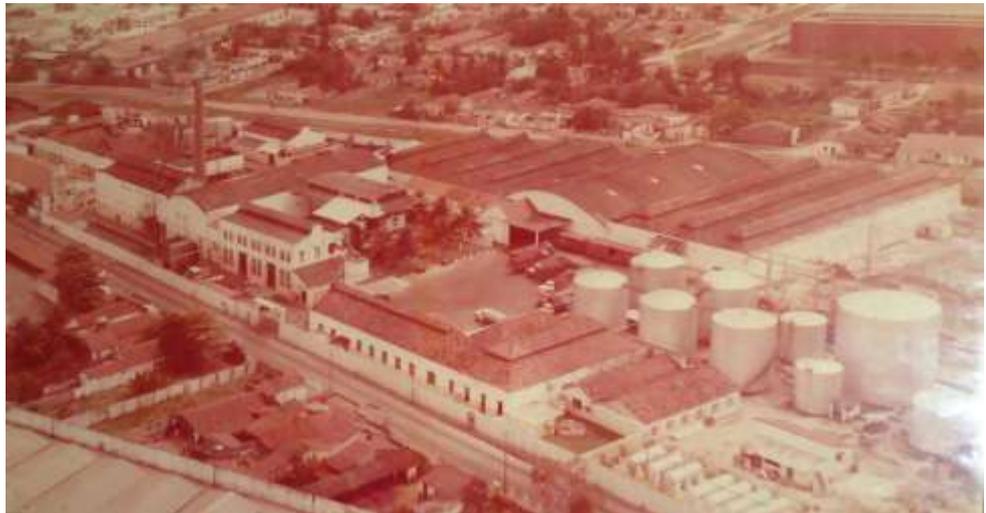
## APRESENTAÇÃO

---

Antes de tudo, gostaríamos de deixar claro que a ideia de construir esta pesquisa nasceu da vontade de analisar de que forma a presença das primeiras fábricas foi importante para a história de Fortaleza.

Tomando a matriz da Brasil Oiticica S.A., em Fortaleza, como exemplo (uma escolha conduzida em parte pelo saudosismo, já que sua semente foi plantada por meus familiares) procuramos pesquisar como sua origem contribuiu para a formação de um bairro que até 1947 tinha o seu nome (Brasil Oiticica), e que hoje se chama Carlito Pamplona - uma homenagem póstuma a um dos fundadores da fábrica.

**Imagem 01. Vista aérea da Brasil Oiticica de Fortaleza.**



**Fonte:** foto do autor tirada de um quadro fotográfico ainda existente na fábrica.

Desde 1934, ano da sua criação, passando pelas primeiras décadas do século XX, seu desenvolvimento foi um marco na história da economia cearense, tanto pelo seu pioneirismo, na extração do óleo de oiticica e da castanha de caju, quanto pela dimensão de destaque que possuiu até a década de 1970, sendo uma das principais unidades fabris do Estado.

Atualmente, a Brasil Oiticica não mais existe como indústria. Algumas instalações ainda permanecem, mas em péssimo estado de conservação, outras foram reformadas de tal forma que descaracterizaram a sua aparência original.

Nesta situação, ainda existe a possibilidade do edifício e seu espaço físico não serem considerados unicamente uma mercadoria imobiliária, pois além da história que carregam, continuam com condições de serem preservados em função dos valores culturais que possuem.

Primeiramente, a importância de cada fábrica para a comunidade onde está instalado, tem que ser aceita em todos os níveis da nossa sociedade. No segundo momento, é preciso que ocorram mudanças de atitude - nem “*avant-garde*” demais, nem inimigas da modernidade. Algo como defender os edifícios históricos (inclusive os fabris) em nome da preservação dos dados mais significativos ligados à memória e aos sentimentos dos moradores de um lugar.

A vontade coletiva foi indutora de um belo exemplo na cidade de Pombal, na Paraíba. A filial da Brasil Oiticica, uma fábrica que marcou a história da cidade, foi demolida, contra a vontade da comunidade local, e no seu espaço foi lançado um investimento imobiliário (ver Imagem 01).

Recentemente, o Ministério Público Estadual determinou que a torre da chaminé da velha fábrica era o mais novo patrimônio histórico e social da cidade. Depois de três tentativas de demolição, sem obter sucesso, a chaminé continuará firme, fazendo parte da paisagem e da memória histórica pombalense.<sup>1</sup> (ver Imagem 02).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://omundocomoelee.blogspot.com.br/2012/05/brasil-oiticica-apos-trancos-e.html>. Acesso em: 04 jun. 2014.

**Imagem 02. Espaço onde existiu a Brasil Oitica de Pombal.**



**Fonte:** <http://omundocomoelee.blogspot.com.br> - Acesso em 08 jun. 2013

**Imagem 03. Chaminé da Brasil Oitica de Pombal.**



Registro de uma das três tentativas de demolição da torre chaminé antes dela ser considerada patrimônio cultural de Pombal.

**Fonte:** <http://omundocomoelee.blogspot.com.br> - Acesso em 08 jun. 2013

## INTRODUÇÃO

---

Fortaleza está situada a 3°45'47", de Latitude Sul e 38°31'23 Norte, em região litorânea do Ceará. Capital do estado do Ceará, localizado em zona semiárida do Nordeste brasileiro, convive com estações de seca e fluxos migratórios de retirantes do sertão que buscam locais onde a sobrevivência seja mais fácil.

É uma cidade jovem, tendo sido elevada de vila à cidade em 17 de março 1823. Seu desenvolvimento foi lento até o final do século XIX e a metade do século XX, onde a população aumenta quase sete vezes (ela passa de 40 mil para 250 mil habitantes<sup>2</sup>). Atualmente, pelos dados do IBGE (2010) a estimativa publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014, chega a 2.571.896 habitantes. Embora seja uma cidade de íntimas relações com a dinâmica da expansão capitalista (seu acelerado crescimento populacional está diretamente relacionado com os recursos obtidos dos negócios algodoeiros e da pecuária), é também o “porto seguro” dos que fogem das secas do sertão. Nestes períodos, Fortaleza obtém uma expansão populacional sem precedentes, pois recebe grande contingente de mão-de-obra, e não tem ocupação nem espaço digno para acomodá-los.

Para Correa<sup>3</sup>, tanto a elite industrial quanto os retirantes – como grupo social excluído, são responsáveis pelas estratégias que fazem e refazem a cidade. O autor explica que, o processo de urbanização de Fortaleza foi resultado dos mesmos agentes que fazem o espaço urbano, entre eles os sociais e econômicos - como a industrialização. Desde modo, enquanto a industrialização foi responsável por transformações urbanas, a urbanização forneceu

---

<sup>2</sup> Anuário Estatístico do Brasil, FIBGE, 1976. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzachiello (coord.). Da cidade à Metrópole: (trans) formações em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p.14

<sup>3</sup> CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2002, p.12.

as condições necessárias requeridas pelo processo industrial. Ou seja, é impossível desencaixar a industrialização da ordenação urbana e social, e vice versa.

A partir de meados do século XIX, Fortaleza recebeu grande quantidade de comerciantes estrangeiros, que além de negociar algodão, trouxeram os hábitos europeus. Em decorrência dessa mentalidade, a forma urbana de Fortaleza e de seus edifícios antigos mais representativos são inspirados na *Belle Époque* francesa (como se observa nas imagens 04 e 05). Até o desenho urbano em vigor se apoiava nos *boulevards* de moldes “*hausmannianos*”.

**Imagem 04. Passeio Público.**



No começo do século XX, o Passeio Público era local de encontro das pessoas “de bem” da Cidade.

**Fonte:** arquivo do Nirez.

Metade da população vivia em uma cidade de crescimento controlado e que pedia civilidade (ou seja; higiene, beleza, tecnologia e fábricas), e a outra metade viveu segregada em áreas periféricas, obrigadas a se exilarem do convívio citadino através das determinadas leis municipais e dos planos urbanos da cidade.

**Imagem 05. Postal do Passeio Público.**



Elementos da “Belle Époque” se repetiam no cotidiano de Fortalezas, no começo dos 1900 .  
**Fonte:** arquivo do Nirez.

Na história do povo cearense existem dezenas de exemplos que confirmam a preferência pelo moderno como fuga dos seus padrões provinciais - a cultura de valorização do novo que substituiu o antigo, simplesmente por ser atual e “na moda”, padrão bem comprometido com o mundo burguês.

Podemos exemplificar estas relações enumerando as obras que foram silenciosamente destruídas ou abandonadas, apagando um tempo e substituindo dessa maneira, o cotidiano da cidade por uma nova história. Formando fatos novos, que os estudiosos do presente até questionam seu valor, mas só o futuro terá condições de avaliar qual delas foi a mais representativa da cultura fortalezense. (ver imagem 6).

O primeiro processo industrial de Fortaleza nasceu e se desenvolveu nos momentos mais ricos da cidade. Aqueles onde o estado não sofria com a seca, garantindo boa produção algodoeira e baixa migração interna. Os novos edifícios fabris e vilas operárias contribuíram para o surgimento de novas áreas habitacionais

ampliando a ocupação territorial da cidade. Hoje em dia, as primeiras fábricas não mais existem. Poucas resistiram como edificações industriais, algumas só se conhecem por fotos. São raros os acervos preservados. A maioria das indústrias mudou de donos várias vezes, e com eles, uma grande parte dos acervos se perdeu nas mudanças.

**Imagem 06. Vista aérea do Castelo do Plácido.**



Foto do Castelo do Plácido, construído em 1912, na Aldeota, e demolido em 1974, para dar lugar a um hipermercado que nunca foi construído. O palácio teria sido construído como uma prova de amor, já que era um pedido da jovem italiana Pierina Giovanni para vir morar no Brasil com o empresário Plácido de Carvalho.

**Fonte:** arquivo do Nirez.

Hoje, algumas das antigas fábricas têm seus espaços ocupados por novos edifícios e até as zonas que ajudaram a desenvolver, perderam sua identidade de bairro fabril. O tempo e o descaso coletivo (do estado e da comunidade) contribuíram tanto para isolar a história da localidade, quanto para apagar as memórias dos velhos operários sobre suas rotinas do passado.

A questão fundamental que norteou a construção dessa dissertação foi desvendar a relação entre o processo de industrialização e expansão urbana, de forma a visualizar o que ocorreu no entorno de cada indústria? Se ela induziu modificações no espaço urbano? Ou se ocorreu o oposto? E se isso foi um fato, quais foram as conexões com a expansão territorial na direção Oeste de Fortaleza?

Muitas outras indagações complementam a primeira; podemos citar se é importante associar o nascimento das favelas e a saída da elite, que vivia na região conhecida como Jacarecanga, com a chegada das primeiras indústrias? Quais os processos que vêm passando as velhas fábricas (que compõem o nosso patrimônio industrial)? Inclusive, quais as dificuldades de se tratar uma indústria como um patrimônio histórico e cultural?

Diante de fatores que surgiram nas buscas por registros antigos como perdas, estragos e principalmente, da carência documental, preferimos arrolar os fatos que repercutiram no processo de urbanização de Fortaleza durante os últimos anos do século XIX, até o fim da década de 1940, inclusive por se encaixarem no mesmo momento que se inicia o processo industrial.

A procura da verdade histórica, tentada por meio de consulta a documentos comprobatórios do fato, constitui, sem dúvida, metodologia de trabalho perfeitamente justificável. No fim de contas, não se podem analisar ou interpretar fatos

desconhecidos. Trata-se de poderoso e inquestionável modo de acesso ao conhecimento, todavia, é claro, sempre passível de dúvidas, posto que, submetido ao crivo da análise crítica, o documento pode revelar-se falso ou, em sendo autêntico, talvez encubra mentiras.<sup>4</sup>

Substanciando a discussão recorreremos aos aspectos da expansão urbana nos textos de Margarida Andrade (2012), *Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na apropriação e produção material da cidade (1810 – 1933)*, e Vera Mamede (2008), *Planejamento, Planos Diretores e Expansão Urbana: Fortaleza 1960-1992*.

Alguns autores explicam que para saber mais sobre as questões que se relacionam às cidades, o ponto de partida é analisar em que estágio está o modo de produção dos seus habitantes. Entre eles, Milton Santos (1999), quando cita:

A produção do espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, através dos objetos naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais, pois conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas. (p. 64).

O livro do Geraldo Nobre (2001), *O Processo Histórico de Industrialização do Ceará*, Dorian Sampaio Filho (1987), *A Industrialização do Ceará: Empresários e Entidades*; são as principais referências usadas sobre a história do Ceará. Nos textos são constantes as citações sobre o processo industrial, pelo viés da Economia; materiais utilizados, suas formas de utilização e industrialização, o montante produzido, valores, empresários etc. Mas raras são as referências ligadas aos espaços de produção e seus projetistas. Tanto que nesta pesquisa o tema arquitetura

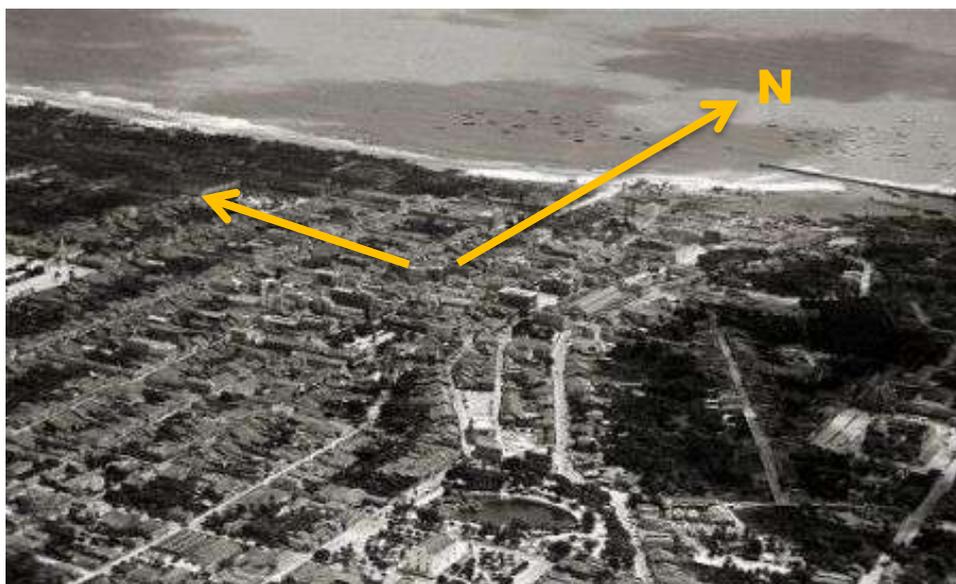
---

<sup>4</sup> CASTRO, José Liberal. *Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada*. Revista do Patrimônio Cultural. Separata da Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Fortaleza, 2005, p. 94

industrial não será aprofundado pois, entende-se que deva ser versado em trabalhos específicos.

Por se tratar de um estudo dentro da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo, o campo de abrangência da pesquisa não se restringiu às questões ligadas a expansão que a cidade tomou. Relacionamos as primeiras indústrias representativas de cada setor produtivo, situadas na zona oeste da cidade de Fortaleza (como delimita a foto abaixo), e complementamos com a história de cada uma delas, em ordem cronológica (da mais velha a “menos” antiga).

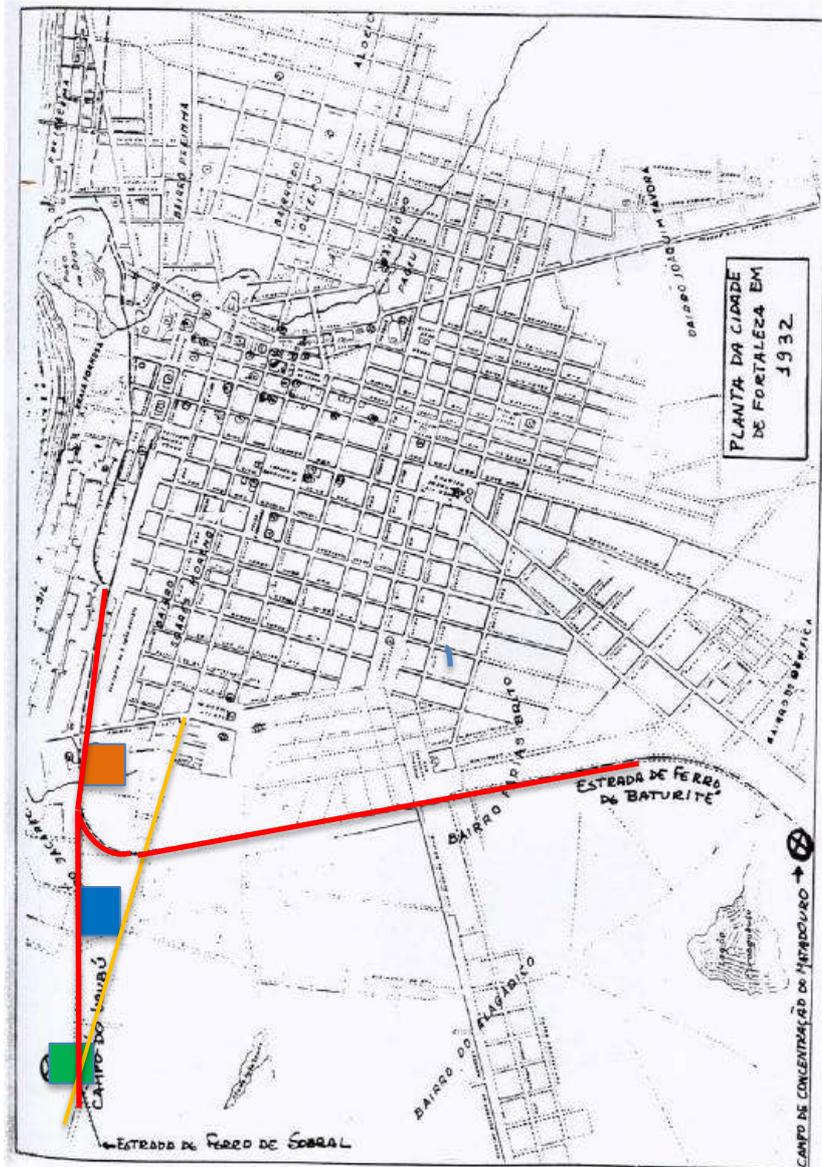
**Imagem 07. Vista Aérea da cidade de Fortaleza, em 1939.**



As setas em destaque partem do centro da cidade e indicam o sentido Norte e o Oeste - o rumo tomado para a instalação das primeiras indústrias.

**Fonte:** [www.ciavisual.com.br](http://www.ciavisual.com.br). Acesso 11 out. 2014

Dada à complexidade desta análise (que julgamos indispensável para a compreensão global do fenômeno), optamos pela visita aos edifícios onde ainda hoje são perceptíveis os vestígios materiais e socioculturais da arquitetura fabril do início do século XX.



**Imagem 08. Planta da cidade de Fortaleza, de 1932.**  
 Onde estão marcadas, além as três indústrias estudadas nesta pesquisa, a avenida Francisco Sá.  
**Fonte:** arquivo do Nirez

O estudo que resultou nesta dissertação se apoiou nos dados já obtidos pelo grupo de pesquisa da Universidade de Fortaleza – UNIFOR (realizado entre 2013 e 2014), sobre o inventário industrial de Fortaleza, e está sustentado fundamentalmente na leitura, no estudo das fontes bibliográficas (apresentadas ao longo do texto), visitas as fábricas e entrevistas aos parentes de antigos funcionários. A listagem bibliográfica, no final do volume apresenta os trabalhos dos autores mais consultados.

Podemos dizer que a presente discussão se utilizou de quatro autores principais, cada um responsável por um tema diferente, mas que buscamos elementos capazes de associá-los entre si: Beatriz Kühl (2008), *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização – Problemas Teóricos de Restauro*; Manoela Rufinoni (2014), *Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em sítios históricos industriais*; Luiz Amorim (2007), *Obituário Arquitetônico – Pernambuco Modernista*; e José Liberal de Castro (2005), *Uma planta fortalezense de 1850 encontrada*.

Na sequência, foram utilizadas outras fontes como livros, artigos, teses, dissertações, anotações particulares, textos brasileiros, e fotografias cujos temas tratam da História de Fortaleza, da organização do seu território, e do patrimônio industrial. O objetivo dessas consultas foi tomar contato com as diferentes abordagens apresentadas por autores que, de forma pessoal e distinta, discutem um mesmo tema.

A organização desta dissertação está dividida em três partes. A parte um - A CIDADE DE FORTALEZA: Formação histórica, urbana e industrial - é dedicada ao estudo da formação territorial de Fortaleza, e das iniciativas que repercutiram no seu processo de urbanização para o lado Oeste da cidade. De forma

breve, destacamos os aspectos políticos (planos e leis), econômicos (inclusive a industrialização), e climáticos (secas) que contribuíram para este processo. Buscamos referências nos trabalhos do professor José Liberal de Castro (2007), *Uma planta fortalezense de 1850 encontrada*, das professoras Margarida Andrade (2012), *Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na apropriação e produção material da cidade (1810 – 1933)*, e Vera Mamede (2008), *Planejamento, Planos Diretores e Expansão Urbana: Fortaleza 1960-1992*, e do historiador Gisafran Nazareno Mota Jucá (2003), *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza*. Seguindo o raciocínio dos autores tivemos condições de conhecer os agentes decisivos da expansão da cidade. Concluimos esta parte do texto com informações históricas sobre as primeiras atividades industriais em Fortaleza.

A análise dos valores relacionados a um edifício industrial, dentro da dimensão urbana, é o foco da parte dois – A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. Nela estão elencados três subitens dispostos em sequência de forma a possibilitar um melhor entendimento sobre a história do patrimônio industrial, a saber: 2.1. A Arquitetura e os órbitos dos edifícios industriais; 2.2. O Patrimônio industrial e memória: aspectos histórico-culturais; e 2.3. Patrimônio industrial, patrimônio cultural e espaço urbano. Buscamos, então, explicar a preservação do edifício fabril e a sua valorização como identidade urbana às futuras gerações, destacando questões ligadas ao tema desta dissertação.

Para esse segmento, concordamos com Lynch (2003), quando ele afirma que a história de um lugar tem como base a história de seus habitantes. Para ele, as experiências vividas pelas pessoas de um lugar, contam como era esse lugar. Dentro desta lógica, um edifício abandonado ou em ruínas é como um livro de páginas perdidas, que tem sua história descaracterizada, mas nem por isso deve ser omitida.

**Imagem 09. Vista aérea de Fortaleza na década de 1930.**



A foto mostra o centro da cidade e seu lado leste - da Aldeota até as dunas da “futura” Praia do Futuro.

**Fonte:** Arquivo do Nirez.

Assim, o Capítulo 2 trata, de forma breve, da história da Industrialização, desde o século XVIII, no Reino Unido, chegando até os anos de 1940 no Ceará. Na sequência, procuramos os conceitos de monumento, as diferenças entre arqueologia industrial e patrimônio industrial, e aonde melhor se encaixam as ações de preservação e restauro. Para tal buscamos referências nos livros que tratam da questão do patrimônio Industrial das arquitetas Beatriz Kühl (2008), *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da*

*Industrialização – Problemas Teóricos de Restauo*; e Manoela Rossinetti Rufinoni (2012), *Preservação e Restauo Urbano – Intervenções em sítios históricos industriais*. Por fim, recorreremos às metáforas utilizadas pelo professor Luiz Amorim (2007), referenciadas no seu livro *Obituário Arquitetônico – Pernambuco Modernista*, onde compara a perda da função arquitetônica de um edifício com uma doença em seres biológicos, de modo que:

Óbito arquitetônico pode ser entendido como o desaparecimento do corpo edilício em sua totalidade ou em suas partes. Quando pleno, dele nada resta; não sobrevive, além de registros e memória, nada que a matéria e o espaço moldado expressaram, abrigaram ou possibilitaram. (Amorim, 2007, p. 162)

Na terceira parte do texto apresentamos o ESTUDO DE CASO DE INDÚSTRIAS PIONEIRAS, a partir da história de três edifícios fabris: 3.1. Fábrica São José e Philomeno S/A Indústria e Comércio; 3.2. Oficinas do Urubu da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e 3.3 Brasil Oiticica S.A. No Capítulo 3, voltamos à discussão sobre o edifício industrial, mas sem priorizar as questões diretamente ligadas à arquitetura da edificação. Uma soma de fatores, entre eles o próprio período temporal, contribuiu para que a escassez das “combinações de elementos textuais e não textuais”<sup>5</sup>, que nos auxiliariam num estudo mais exaustivo e rico, terminasse por simplificar a análise, sobretudo das origens de cada edifício. Fato que comprometeu, em parte, a maneira de ver as questões de cada uma de suas arquiteturas. Amorim (2007) esclarece os edifícios que deixam de ser ocupados conforme foi projetado, deixam também de serem vistos como objetos arquitetônicos e viram apenas uma forma edificada qualquer. Por concordarmos com ponto enfatizado, optamos por ressaltar o local da implantação das indústrias pesquisadas e suas relações com o entorno.

---

<sup>5</sup> ZEIN, Ruth Verde. *Há que se ir às coisas: revendo as obras*. Coleção PROARQ. Leituras em Teoria da Arquitetura 3. Objetos. Rocha-Peixoto, Gustavo; Bronstein, Laís; Oliveira, Beatiz Santos; Lassance, Guilherme. Rio de Janeiro: Riobooks, 2011, p.4.r

O estudo de obras antigas, até mesmo de ruínas, é feito em função de um conhecimento prévio, característico de um saber arquitetônico, complexo e pleno de significados. Nesta etapa procuramos meios de fornecer dados capazes de auxiliar outra futura pesquisa que tenha como foco a interpretação da arquitetura da obra industrial, dos seus espaços, circulações, materiais e até estilo arquitetônico (mesmo sendo pouco representativo nas obras pioneiras). Perante o material que obtivemos, conseguimos como resultado identificar algumas características pertinentes ao período de construção e ao tipo de produção de cada fábrica, mostrando tipologias com similaridades formais, funcionais e as mesmas relações com o entorno.

Neste capítulo inserimos algumas informações presentes nos livros da socióloga Maria Iselda Rocha Almeida (1989), *A História da indústria de óleos vegetais no Ceará: 1900-1960*, e do professor economista Geraldo da Silva Nobre (2001), *O Processo histórico de industrialização do Ceará*, além de alguns artigos sobre a industrialização cearense, constantes nos livros e revistas com informações sobre a História Econômica do Ceará. Sem sobrevalorizar os edifícios fabris, fundamentamos pesquisar toda a documentação relacionada ao tema como peças inter-relacionadas; desde peças mecânicas, até o sítio industrial. Esta pesquisa também dá suporte a quem busca entender as relações entre a indústria, o patrimônio cultural e a cidade. Além dos aspectos dinâmicos em que se dá o equilíbrio entre o desenvolvimento e a cultura de cada comunidade.

**Imagem 10. Vista aérea da fábrica do Grupo Vicunha Têxtil, de 2003.**



Fonte: google earth. Acesso 30 out. 2014

**Imagem 11. Vista aérea da fábrica do Grupo Vicunha Têxtil, de 2014.**



Fotos da fábrica do Grupo Vicunha Têxtil, que ocupava 60 mil metros quadrados de área, e se localizava na zona Oeste de Fortaleza, tiradas em dois momentos; uma no auge da produção quando possuía 7 mil operários; e a outra, na operação de demolição que vai dar lugar a um condomínio residencial. Com essa demolição, desaparecem, além das suas estruturas, as relações sociais entre seus funcionários e os intercâmbios que possuía com o bairro – desaparecendo parte da história da região.

Fonte: google earth. Acesso 30 out. 2014

Mesmo mostrando certo saudosismo, Choay (2001) considera que as obras determinantes deviam ganhar algum reuso que preservasse tanto o seu espírito original quanto o do lugar.

Toda vez que importantes exemplares da arquitetura são destruídos ou ficam em ruínas perdem a finalidade de reviver o passado mergulhado no tempo (p. 26).

Choay nem questiona os usos que podem ser atribuídos aos monumentos – como às velhas fábricas. Sem definir o valor ou importância do edifício, ele valoriza o papel deixado na história de comunidade e da sua paisagem

**Imagem 12. Foto da implosão da Cervejaria Astra (maio 2010).**



**Fonte:** <http://cearanoticia.blogspot.com>. Acesso: 30 out. 2014

# **CAPÍTULO 1**

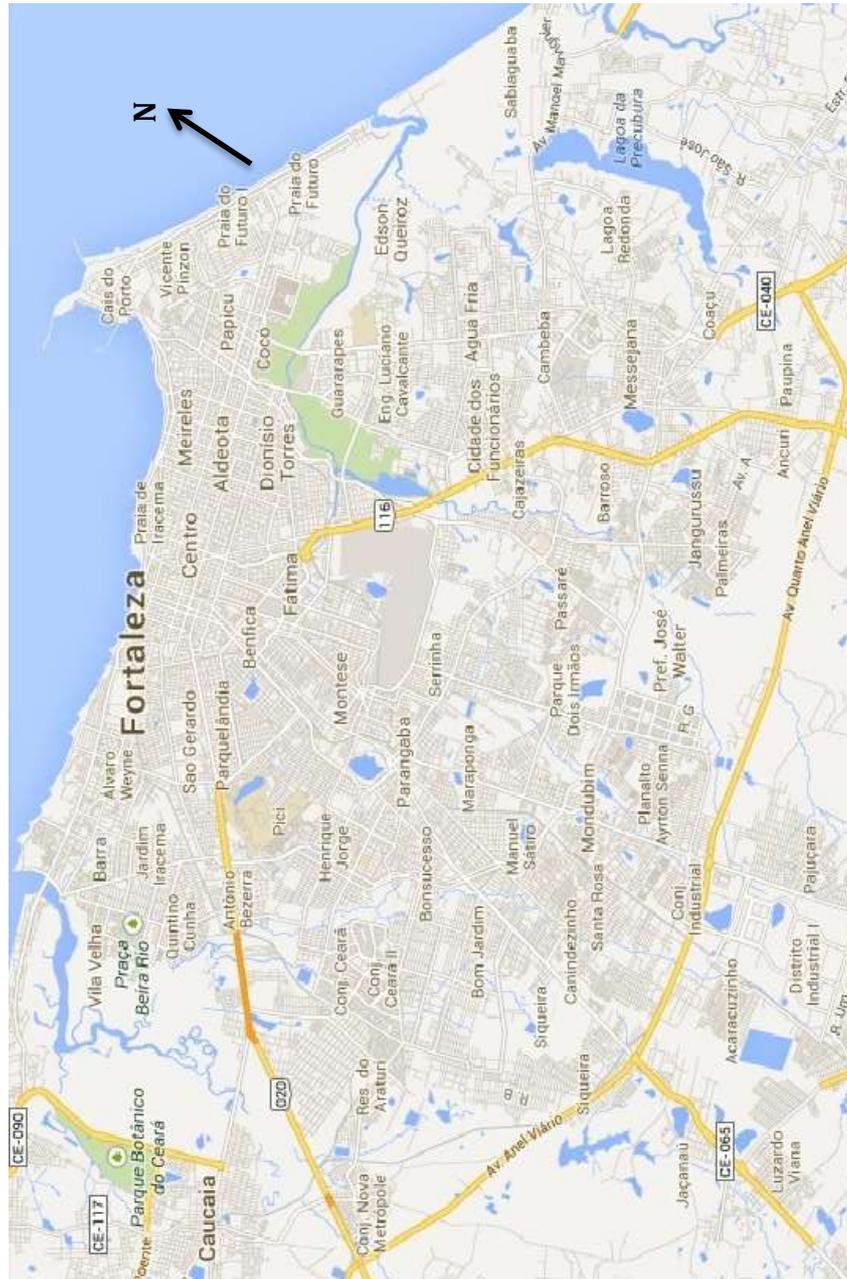
## **A CIDADE DE FORTALEZA**

Neste capítulo iniciamos as discussões voltadas à interpretação e análise dos aspectos históricos da expansão urbana de Fortaleza, e dos diversos agentes que produziram a organização de seu espaço como as instituições públicas, a dinâmica da expansão capitalista – em especial a industrialização, e as migrações internas, oriundas dos períodos de seca. Logo no início, analisaremos como se deu a colonização dos territórios cearenses e seus ciclos econômicos. Em seguida, discutiremos o desenvolvimento industrial de Fortaleza, e suas relações com o interior do estado e o mercado mundial.

As principais fontes utilizadas foram teses de Doutorado de Margarida Andrade (2012), *Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na apropriação e produção material da cidade (1810 – 1933)*, e Vera Mamede (2008), *Planejamento, Planos Diretores e Expansão Urbana: Fortaleza 1960-1992*, e os trabalhos de Gisafran Nazareno Mota Jucá (2003), *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza*, de José Liberal de Castro (2007), *Uma planta fortalezense de 1850 encontrada*, e da Zenilde Baima Amora (1994), *Aspectos Históricos da Industrialização no Ceará*.

Seguindo o raciocínio dos autores descritos tivemos condições de conhecer que agentes foram decisivos no processo de aceleração da urbanização de Fortaleza. Com efeito, concluímos esta parte do texto acrescentando informações históricas sobre as primeiras atividades industriais na cidade.

Imagem 13. Planta da cidade de Fortaleza



Mapa da cidade de Fortaleza. Tendo em destaque as vias de acesso a cidade e a nomenclatura dos bairros.  
Fonte: google earth. Acesso: 30 out. 2014

### **1.1. História da Formação de Fortaleza:** do forte à cidade

Fortaleza está situada em frente ao Oceano Atlântico numa área de 313,8 km<sup>2</sup>, localizada sobre o solo arenoso de dunas baixas recortadas pelas praias, lagoas e poucos rios (Maranguapinho, Ceará e Cocó) com bacias hidrográficas que cobrem quase toda a área da cidade, e muitos riachos (como o Pajeú e Jacarecanga, de importância histórica por compartilharem a formação da cidade). A quase ausência de obstáculos físicos favorece a dispersão populacional, traduzindo-se em baixas densidades urbanas. Por estar localizada numa região que sempre conviveu com períodos alternados de chuvas e secas, Nos períodos de falta de chuva, Fortaleza recebe levas de migrantes oriundos do interior do estado. Já, nos períodos “de bom inverno”, existe fartura na produção, e o matuto permanece no campo. Em anos assim, a exportação dos produtos agrícolas se amplia, garantindo uma economia favorável, que contribui com ganhos de capital para a população, com o embelezamento da cidade, e também com o processo de urbanização associado a industrialização.

A formação de toda cidade parte de aglomerados com formas designadas como espontâneas, orgânicas e irregulares, ou mesmo de condições projetadas, onde cada comunidade tem a sua história particular.

Aceitando esta ideia, avaliamos ser importante para uma melhor compreensão deste texto, o conhecimento da história da formação de Fortaleza desde seu início até a década de 1940, período de redefinições industriais, cujas características limitam o objetivo desta pesquisa, pois sob a direção do capital americano a economia mundial chegou também a influenciar o processo industrial de Fortaleza, alterando o foco de análise deste estudo.

No caso de Fortaleza, pelas suas condições físicas e históricas, procuramos investigar quais os agentes que se instalaram, moraram e produziram, na cidade, enfatizando a zona oeste da cidade.

A região conhecida como *Siará Grande*, foi doada a Antônio Cardoso de Barros, que nunca veio conhecer sua propriedade. Os primeiros portugueses aparecem por volta de 1600, e encontraram a região, em que hoje se situa Fortaleza, ocupada por índios potiguaras e tabajaras. Durante as primeiras visitas esbarraram numa gama de problemas, entre eles destacamos; a falta de atrativos econômicos, a aridez do solo, as fortes ondas e correntes marítimas (que dificultavam a navegação) e a agressividade nos nativos.

Em 1603, o português Pero Coelho de Souza ergueu um arraial - o povoamento Nova Lisboa, junto ao forte de São Tiago, nas margens do rio Ceará. Sobre as ruínas do antigo forte São Tiago, Martins Soares Moreno construiu, em 1611, o forte de São Sebastião. Com sua saída da região, em 1631, o forte de São Sebastião é abandonado. A tentativa de colonização de Martins Soares Moreno segundo Castro (2006) “se insere nos processos lusitanos de implantação de cidades marítimas e fluviais, de espaço bipartido, com uma aglomeração na praia (ou na ribeira) e outra, no alto, fortificada”.

No ano de 1649, já sob o domínio holandês, o comandante no Ceará, Matias Beck, mandou erguer o forte *Schoonenborck* bem às margens do riacho Pajeú (*Marajaig* em tupi). O certo é que, em 1654, após a rendição dos holandeses, o pequeno forte holandês foi reformado e recebeu o nome de forte de Nossa Senhora da Assunção. Um povoado cresceu ao redor do forte que é margeado pelo riacho Pajeú, como se percebe na imagem 14.

**Imagem 14. Mapa de Fortaleza de 1629.**



Mapa do litoral do Ceará, do “Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará”. Se encontra no Arquivo Digital da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O desenho foi feito por Albernaz I, em 1629.

**Fonte:** arquivo do Nirez

Logo após a expulsão dos holandeses do Nordeste, a Capitania do Ceará, que estava sob o domínio do Governo do Maranhão, passou a ser subalterna à capitania de Pernambuco, e assim permaneceu até o ano de 1799.

Em meados do século XVIII, apareceram espalhados pelo Caribe novos centros produtores de açúcar, mais produtivos e competitivos que os nordestinos. Este mercado acentuou a crise no preço do açúcar regional contribuindo para o surgimento de outro cenário econômico, conhecido como o ciclo do gado e do couro. As rotas de pastoreio baiano e pernambucano se dirigiam ao Maranhão através do interior do Ceará. Entre paradas para abastecimento, principalmente nas margens ribeirinhas dos rios Jaguaribe e Acaraú, os sertões cearenses foram, pouco a pouco, sendo ocupados com currais e povoado pelos fazendeiros e seus

vaqueiros. Com o passar dos anos, empreendedores diversificam suas atividades de pecuária com outros tipos de negócios.

Segundo as histórias populares tradicionais, para se fundar uma cidade no sertão bastava ter três coisas em abundância: água, cachaça e “rapariga”, e se ainda fosse possível, uma capela.

A economia cearense, deste momento, é dependente da pecuária, pois se destinava a fornecer carne, couro e animais ao mercado nordestino. No sertão, o mesmo fazendeiro que criava o gado cuidava simultaneamente da lavoura de subsistência e da algodoeira – útil também para a obtenção das rações do gado.

A pecuária foi uma atividade que possibilitou o crescimento da população; mas não demandava muita força de trabalho. Uma parcela significativa da população gestada pelo complexo pecuário não era absorvida: ficava como que sem função na perspectiva mercantil. (PINHEIRO, 2000. p.46-47).

Aquiraz, no litoral, hoje Região Metropolitana de Fortaleza, foi decretada em 1713, a primeira vila do Ceará. Icó, distante aproximadamente 300 km de Fortaleza, foi, em 1738, a primeira vila a ser criada no interior, bem no entroncamento da estrada do Jaguaribe. No dia 13 de abril de 1726 é instalada a “Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção”. Várias cidades do interior do estado como Aracati, Crato, Sobral, Quixeramobim, e Acaraú também surgiram com o ciclo do gado.

Fortaleza passou mais de um século sendo um aglomerado com menos expressão econômica que Aracati, Icó, Sobral, Camocim, Acaraú, Crato e Quixeramobim, pois não tinha porto, estava geograficamente isolada dos principais mercados regionais da época, como Recife e São Luís, e também dos centros produtivos do couro (posteriormente também do algodão). Nesse período, a maior parte da população fortalezense dependia das

atividades econômicas ligadas ao serviço público, já que Fortaleza era a sede administrativa do Ceará. As vilas principais mantinham poucas relações comerciais entre si, as transações ocorriam entre as províncias do Nordeste. Os portos de Aracati com Recife, e os de Camocim e Acaraú com São Luiz e Belém. Estes eram os principais núcleos coletores e exportadores da região. Enquanto isso, Recife e Salvador, desde o século XVIII, apareciam como importantes centros, tanto econômico (exportação do açúcar para à Europa), quanto político (eram capitais de províncias).

Ao final do século XVIII, os poderes dos fazendeiros ultrapassaram os limites das fazendas e chegaram às urbes. Os primeiros aglomerados, por sua vez, que nasceram dependentes das fazendas, passaram a ser politicamente dependentes dos donos das terras (e do gado). Esse tipo de poder é conhecido como “coronelismo”<sup>6</sup>.

Da extensão do ciclo do gado, surgiu o ciclo do couro. Quase todo artesanato produzido vinha do couro: roupas, sandálias, bolsas, e até os chapéus. Aracati, que no século XVIII possuía um porto acessível, se torna o mais rico centro comercial da capitania do Ceará. Além de ser a grande exportadora de produtos locais também recebia os importados, vindos de Pernambuco, que iam abastecer o mercado interno cearense. Em 1799, o Ceará se torna livre da capitania de Pernambuco.

---

<sup>6</sup> Coronelismo é um tipo de brasileiro que é utilizado para conceituar uma complexa estrutura de poder, além do mandonismo, do *apadrinhamento*, das fraudes eleitorais e formas de controle político e social, atingindo todo o sistema político do país durante a República Velha, embora ainda esteja presente na cultura política do país, em especial, nos estados mais atrasados e com baixas taxas de escolarização. O coronel como forma de poder político consiste na figura de uma liderança local que define as escolhas dos eleitores em candidatos por ele indicados. De acordo com a Wikipédia nesta forma de mandonismo, o coronelismo tem origem no período colonial - quando era inicialmente absoluto o poder do chefe local, evoluindo em seguida para formas mais elaboradas de controle, chegando às modernas formas de clientelismo ([www.wikipedia.org.br](http://www.wikipedia.org.br). Acessado em 14/12/2014).

As plantações de algodão que existiam associadas a pecuária, tomam novo ritmo com o avanço das indústrias têxteis inglesas, francesas e americanas. A partir do início do século XIX, a agricultura do algodão ganha enormes proporções por todo o nordeste brasileiro. No Ceará as plantações de algodão se expandem pelas serras e pelo interior, contribuindo também para fixar a população no interior. Diferente da pecuária, facilmente dizimada nos períodos de seca, a cultura algodoeira se adaptou bem ao clima nordestino. Com isso, grandes áreas foram desmatadas e o sertão virou uma fazenda só, representando cerca de 20% da produção brasileira (Silva. 1994).

Após 1822, com a independência do Brasil de Portugal, foram criadas as províncias do Império, entre elas a do Ceará. E Fortaleza, em 17 de março de 1823, ainda como capital, passa a categoria de cidade, com o nome de “Cidade de Fortaleza de Nova Bragança”.

A partir da segunda metade do século XIX, Fortaleza consolidasse como polo-hegemônico da região, e depois que recebe melhorias no seu porto, tem rotas permanentes de navios com o exterior, passando a ser o principal centro exportador/importador da província.

Entre 1861 e 1865, a guerra da Secessão parou a cultura algodoeira americana refletindo com grandes baixas na produção mundial e ao mesmo tempo, elevando seu preço no mercado. No Brasil, tal situação impulsionou grande procura pelo algodão cearense. Valorizando ainda mais a importância de Fortaleza devido ao seu papel na comercialização do algodão e outros produtos de exportação.

Com a inauguração da Companhia da Via Férrea de Baturité, no ano de 1873 (a estrada de ferro foi construída principalmente

pelos flagelados da seca), o transporte se modernizou e passou a conduzir a produção do sertão com mais rapidez até a capital. O desenvolvimento da produção agrária cearense se favoreceu com a aproximação entre o sertão, serras e o litoral - zonas produtoras e os centros de consumo e de exportação. O uso dos trens era exclusivo para o transporte de produtos, enfatizando assim, que as benfeitorias e infraestruturas eram sempre mais favoráveis aos interesses da classe mandante e embora fosse mais necessária à maioria da população. Nesta dinâmica comercial a estrutura urbana de Fortaleza passou a mudar de aparência ao ganhar formas mais modernas, bem em sintonia com as necessidades da elite da cidade.

Até a virada do século XX, o Ceará manteve o mesmo modelo agroexportador brasileiro. O algodão, o café, a pecuária e outras atividades extrativas, respondiam por quase todas as exportações da província. Por volta de 1860, um grande número de empresas estrangeiras exportadoras e importadoras se instalou em Fortaleza. Com elas ficou o monopólio sobre os carregamentos de algodão, e também o comércio direto com a Europa. Para Farias (2012), o algodão dinamizou a economia cearense;

(...) provocando mudanças políticas e sociais. Os lucros da venda algodoeira deram prestígio e enriqueceram alguns fazendeiros e comerciantes, possibilitando um crescimento da importação de artigos variados (roupas, móveis, materiais de construção, etc.) e um maior apuro no vestir, alimentar-se e morar dessa elite em relação ao grosso da população, o que, contudo, não pode ser exagerado. O Ceará continuava uma terra pobre e rústica. (p.49)

Em momentos de secas expressivas, muitos latifundiários também políticos, chegavam a contrair dívidas altas, com os agiotes, normalmente indivíduos que trabalhavam com a exportação de algodão, chegando ao ponto de trocarem seus apoios por acordos de negociatas. Estas ajudas terminaram

consolidando nestes comerciantes um papel político, que até hoje continua perpetuando-se por várias gerações dentro das famílias.

## **1.2. A configuração da forma urbana e a industrialização**

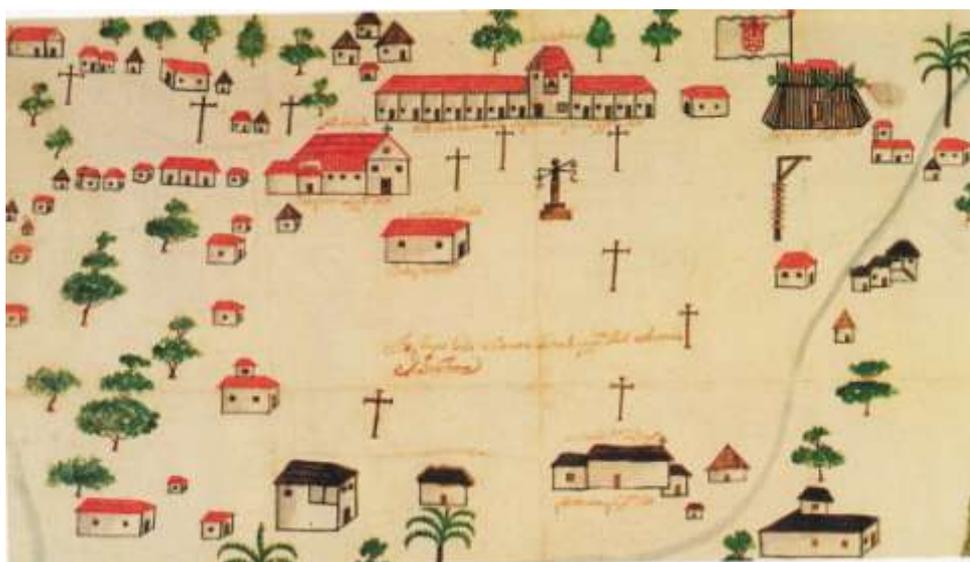
Este tópico pretende analisar as transformações urbanísticas em Fortaleza entre 1880 e 1950, examinando que ações contribuíram para a expansão da cidade no sentido oeste, e quais delas tiveram relações com o processo industrial. Foi necessário conhecer os aspectos físicos, econômicos, sociais e políticos, para só então podemos analisar como os espaços foram produzidos e quais foram os seus efeitos sobre a qualidade de vida dos seus moradores.

Castells (1983) trata o aparecimento e a produção de novas formas urbanas (também novos espaços) como resposta do desenvolvimento e de um sistema cultural comum e interdependente. Onde o desenvolvimento remete na melhora na qualidade de vida dos habitantes de um local, inclusive no potencial que essa melhora pode remeter aos processos de produção. Ele reforça sua opinião afirmando que a urbanização está diretamente associada a questão do desenvolvimento. Pois formas espaciais particulares e específicas, fortes concentrações de atividades e uma cultura comum também são elementos que se referem à urbanização. De fato, falar de urbanização, é usar o termo urbano, com um sentido maior que a palavra “cidade” - a *urbis*.

Urbano designaria então uma forma espacial de ocupação do espaço por uma população, a saber, o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior. (CASTELLS, 2003, p. 41)

Assim, começamos este tópico analisando, conforme orientação de Santos (2013), a evolução dos usos do território fortalezense e do seu desenho urbano, e a evolução social, dos seus habitantes. Estórias que se completam por estarem associados entre si, e principalmente por se manifestarem a partir das mesmas experiências econômicas, políticas e socioculturais.

### **Imagem 15. A Primeira planta de Fortaleza.**



Parte central do desenho de Manuel Francês, em 1726, da “Vila Nova da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunpção da Capitania do Siara Grande”.  
**Fonte:** arquivo do Nirez

Ao estudarmos o processo histórico de Fortaleza, nos deparamos com as escassas informações existentes sobre sua formação espacial e populacional da cidade, desde chegadas dos portugueses, no século XVII, até o início do século XIX. Algumas delas são cartas ou levantamentos, como o desenho de Manuel Francês. Nele, se percebe Fortaleza como um pequeno aglomerado de casas, onde se distingue o palácio do govenador, um quartel com paliçada, duas igrejas e a forca (imagem 15).

Diferente de Recife e Salvador, que possuíam atrativos econômicos (cultura canavieira), sua ocupação foi feita na foz do riacho Pajéu - um pequeno vale cercado por dunas, terreno esse

pouco propício a plantações. Desde esta época, sua função principal foi preservar o patrimônio português de invasores, daí a manutenção de um forte no local. Nunca foi objetivo do governo português a formação de vila ou cidade devido a existência do forte, em muitas oportunidades, como foi o caso de Fortaleza, esse processo se deu de forma espontânea, mas sempre associado a fatores econômicos e políticos.

Escolhida em 1726, como sede administrativa, foi elevada a categoria de vila, mesmo sem ser o núcleo mais importante da capitania. Fortaleza continuou se desenvolvendo de forma lenta, mantendo sua importância por ser a capital política. Em 1799, a Capitania do Ceará ganha independência administrativa da capitania de Pernambuco, e passa a ter seus próprios governadores, e Fortaleza continuou sendo a capital. Nesta época, a capitania do Ceará, deixa de comercializar exclusivamente com outras províncias podendo ter contatos diretamente com Portugal e suas outras colônias. Pouco depois, em 1808, com a Abertura dos postos às “Nações Amigas”, são permitidas também as transações comerciais com o mercado exterior (principalmente a Inglaterra e a França), favorecendo a importância das cidades com portos.

Até o início do século XIX, a vila de Fortaleza se mantém como um núcleo inexpressivo, mas já tendo a função de ser um centro coletor e exportador de algodão. Dentre as referências sobre a Fortaleza antiga, Costa (2007) cita a passagem do inglês Henry Koster em 1910, descrita no livro “Viagens ao Nordeste do Brasil – *Travels in Brazil*”, publicado em 1842, onde se lê; a Vila possuía o “formato de uma quadra com quatro ruas partindo da praça e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão”. Ele relata a existência de três igrejas, o palácio do governador, a Casa de Câmara e prisão, Alfândega e Tesouraria, possuindo cerca de 1200 moradores. A estrutura urbana da Vila do Forte ainda se mostra semelhante ao

desenho de 1726 (imagem 15), com dois núcleos sendo divididos pelo riacho Pajéu: um mais urbanizado desde a margem esquerda, e o outro, ligado às atividades de defesa e comércio marítimo.

Nesse começo de século XIX, a Câmara Municipal tem um "arruador" – um arquiteto leigo responsável em organizar as intervenções urbanísticas mais urgentes, tais como: bater (nivelar) os acessos, traçar ruas, erigir chafariz, etc. Entre 1812 e 1820, o governador da província do Ceará, coronel Manuel Inácio de Sampaio trouxe o tenente-coronel engenheiro Antônio José da Silva Paulet para organizar a vila, reparar a defesa da cidade, realizar levantamentos cartográficos (as imagens 16 e 17) e construir obras. Silva Paulet construiu a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção em 1812, e antes de sair planejou uma grande praça, depois chamada de Passeio Público

Em 1818, Silva Paulet elabora o primeiro plano urbanístico de Fortaleza se utilizando do mesmo traçado xadrez das cidades lusas após o período pombalino, porém adaptado ao relevo quase plano da Vila do Forte. Este traçado, ainda hoje é a matriz básica da expansão espacial de Fortaleza.

O plano de reedificação de Paulet foi iniciado com “a abertura de uma rua do lado leste do riacho Pajéu, denominada Norte.” Andrade (2012, p. 53). A rua Norte – atual rua Governador Sampaio, segundo Castro (1994), teria a função de balizar o traçado para o trecho leste da cidade. Seu desenho se origina nas proximidades do prédio do Correio Central, no Centro da cidade e não se estende após as ruas Barão do Rio Branco e Senador Alencar (que cortam o centro da cidade de Fortaleza), mas sinaliza os caminhos que irão orientar o futuro crescimento da cidade, são elas a estrada de Jacarecanga, de Soure, de Arrouches, do Aquiraz, da Precabura e a Picada do Mucuripe. (Imagem 17).

Imagem 16. Planta do Porto e Villa da Fortaleza (1813).



Levantamento feito por Antônio José da Silva Paulet, das ruas e travessas da Vila de Fortaleza.  
Fonte: arquivo do Nirez.

**Imagem 17. Mapa da Villa de Fortaleza e seu Porto. (1818)**



Planta elaborada por Silva Paulet. Em destaque as estradas de Jacarecanga, de Soure, de Arrouches, do Aquiraz, da Precabura e a Picada do Mucuripe.

**Fonte:** arquivo do Nirez

É importante frisar que neste período, ocorrem muitas mudanças políticas que comprometem a implementação deste plano, uma delas foi a Independência do Brasil, em 1822, onde uma das primeiras alterações constitucionais foi criar as províncias do Império Brasileiro, entre elas a do Ceará, onde Fortaleza, para ser capital foi elevada a categoria de cidade em 17 de março de 1823. A nova constituição trouxe uma política de excessiva centralização imperial em relação às províncias e aos municípios. Sobre o assunto, Accioly (2008, p. 95), explica que mesmo com o Ato Adicional 1834, que concede certa autonomia às Câmaras, a

Câmara Municipal de Fortaleza teve sua cota de responsabilidades na modernização e expansão urbana da cidade.

Quando Silva Paulet saiu de Fortaleza, em 1820, deixou seu auxiliar, o arruador Antônio Simões Ferreira de Farias, ajustando as alterações indicadas no seu plano. Durante seu convívio com Silva Paulet, Simões de Farias participou do desenho de várias plantas, inclusive da datada de 1850, que Castro (2006) destaca em artigo da Revista do Instituto do Ceará, com o título: “*Uma planta fortalezense de 1950 reencontrada.*” A planta de 1850, trata de mostrar as construções existentes na cidade. E sugere expandir a cidade para o leste, onde hoje é o conhecido bairro Aldeota (cortando o riacho Pajéu em dois pontos) e para o oeste. Em 1857, Farias abandona seu posto de arruador de Fortaleza, sendo substituído por Adolfo Herbster, engenheiro vindo de Pernambuco.

**Imagem 18. Planta da cidade de Fortaleza (1856).**



**Fonte:** arquivo do Nirez.

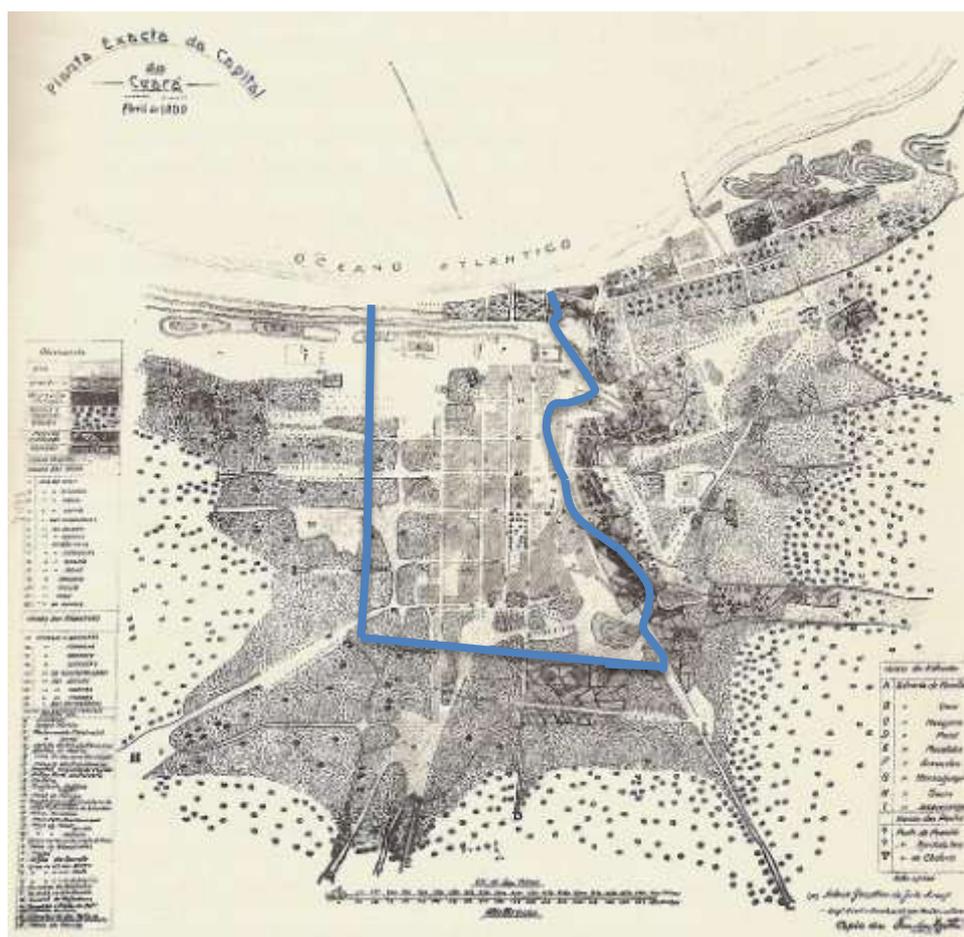
Outra planta conhecida, mas não tratada como plano urbanístico é a de 1856 (imagem 18), desenhada pelo padre Dom

Manuel Rego de Medeiros (embora esteja assinada por Guaraci Lavor), possivelmente uma versão atualizada dos desenhos de Simões Farias, já que, segundo Castro (2005), algumas vias paralelas e perpendiculares à rua do Norte, sugeridas anteriormente aparecem desenhadas como existentes e já com seus próprios nomes.

Herbster fora contratado pelo presidente da Câmara de Fortaleza Antonio Rodrigues Ferreira, para dar uma melhor sistematização e cuidar do embelezamento da cidade. Para tanto, elaborou três plantas com base na trabalho de Silva Paulet. Em abril de 1859, entregou os desenhos do levantamento de Fortaleza, mais conhecido pela denominação de *Planta Exata da Capital do Ceará* (imagem 19), cuja forma urbana orientou o desenvolvimento da cidade para a direção oeste, de modo inverso ao proposto por Simões de Farias. A Planta Exacta trás os limites da cidade, os acessos, seus traçados centrais, alguns pontos demarcando palhoças, além dos nomes das ruas, e em legendas laterais ao mapa descreve a localização dos principais edifícios da cidade. Andrade (2012) cita que ao redor da área urbanizada delimitada existiam sítios e chácaras. Afirmação que Castro (1979) complementa ao relatar que ao redor desse cinturão de “sítios ou zonas para arruar” se localizavam inúmeras palhoças.

A primeira planta de Hershster surgiu em um momento de euforia, pois a cidade estava a mais de dez anos sem conviver com grandes sêcas e na ausência desse problema climático os produtos agropecuários do Estado (algodão, café, açúcar, borracha de maniçoba, cera de carnaúba e couro) estavam bem valorizados, de forma que também a população compartilhava desse bom momento. Nessa década, Fortaleza se torna o mais importante núcleo comercial do estado.

**Imagem 19. Planta Exacta da Capital do Ceará (1859).**



Herbster define os limites de Fortaleza sendo; ao norte, a orla marítima; a oeste, a rua 24 de Maio; ao sul, a rua Clarindo de Queiroz; a leste o riacho Pajeú.

**Fonte:** Arquivo do Nirez.

Os recursos oriundos da exportação propiciam intensa transformação urbana. Fortaleza, a partir da metade do século XIX, cresce em ritmo acelerado igualmente aos recursos oriundos do comércio do algodão. Alimentadas pelas interferências das mudanças do sistema capitalista, nesse período, a cidade ganha seus primeiros sobrados, calçamentos nas ruas principais, bondes de tração animal, iluminação a gás, canalização d'água, e até cafés nos moldes parisienses, dando um aspecto menos provinciano à capital.

Os anseios e iniciativas de remodelar e regular Fortaleza registraram-se, lenta e crescentemente, de 1860 em diante, partindo tanto dos poderes públicos como particulares, mas não de forma conjugada, pois não houve um planejamento sistematizado

entre governantes, burgueses e médicos para tal fim. O que os alinhava era o objetivo de civilizar a capital e a população, estando ou não aqueles setores politicamente afinados. (PONTE, 1993. p.31)

Em 1863, Herbster elabora um plano oficial de expansão, sobre os limites anteriores. *“Uma área projetada para expansão que equivaleria umas seis ou sete vezes aquela ocupada pela cidade na ocasião”* (Castro,1994. p.64 apud Andrade, 2012. p.83).

Fortaleza crescia de forma controlada e com regulamentação sobre construções e propostas de expansão urbana. A Câmara Municipal aprova em 1865, o Código de Posturas, com obrigações para construtores, zoneamento funcional e preocupações com a saúde pública. Como exemplo, Jucá (2003) relata a existência de leis que proibiam as janelas de serem abertas para as ruas, limitavam a altura das casas em 22 palmos (4,84 metros), e o tamanho das propriedades urbanas (não podiam ser maiores que um quarteirão - quadra).

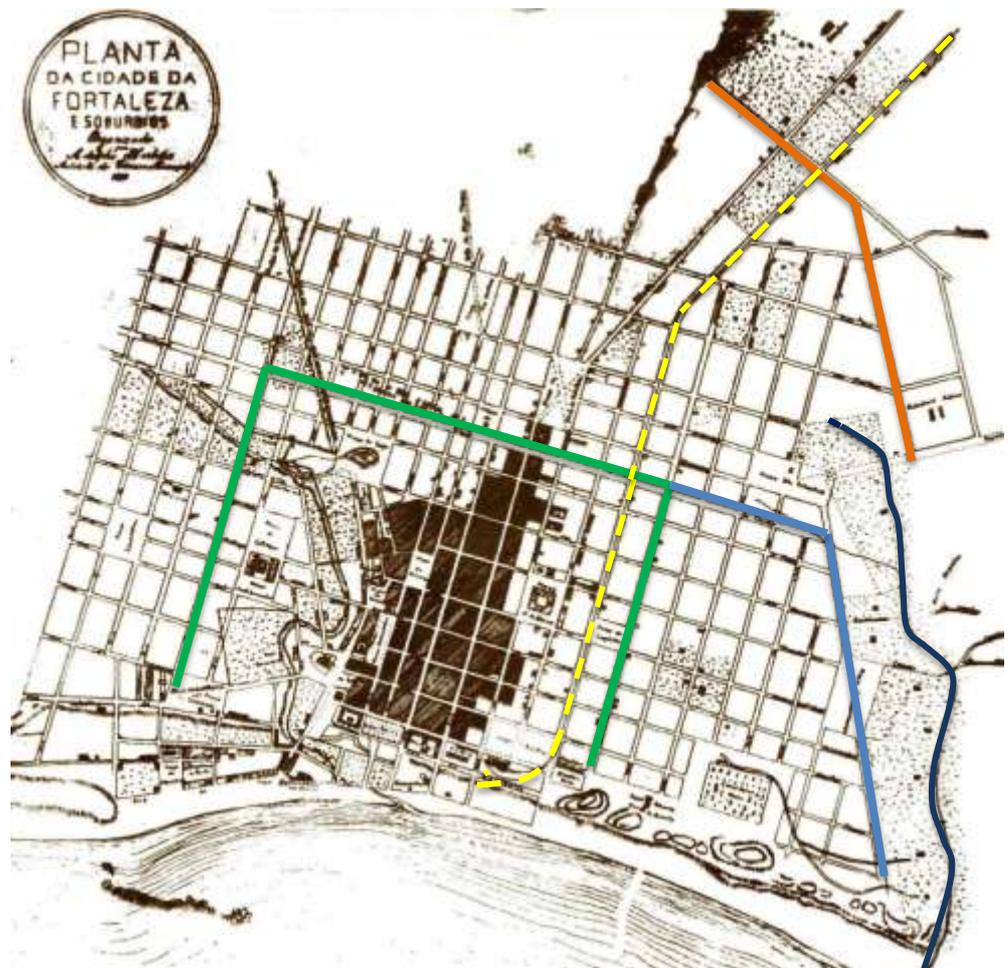
Em 1875, o Adolfo Herbster, elaborou a “Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios”, mantendo o traçado xadrez de Silva Paulet. Herbster, inspirado nos projetos do Barão de Haussmann para Paris, criou três boulevares, próximos ao centro da cidade: o da avenida D. Manuel, da Duque de Caxias e o da avenida do Imperador, além de três perimetrais com objetivos de “abrirem” a cidade, tornando-as mais transparentes aos olhares, e de unir o centro aos subúrbios, possibilitando a expansão da cidade para além dos limites existentes. A primeira perimetral integrava os “*boulevards*”, a segunda perimetral, definia os limites da cidade no sentido oeste (Jacarecanga); e a terceira perimetral era a Estrada do Gado, conhecida assim por ser o caminho ao matadouro (parte da atual avenida 13 de Maio). Público Ainda hoje essas rotas são muito importantes para o fluxo de veiculos na cidade. Este mapa contém o traçado da Companhia Cearense da Via Férrea de

Baturité, o Passeio Público, o Cemitério São João Batista e o Gasômetro.

## Imagem 20. Planta da cidade de Fortaleza e Subúrbios (1875)

### LEGENDA

	1ª perimetral		Via férrea
	2ª perimetral		Riacho Jacarecanga
	3ª perimetral		



Fonte: Arquivo do Nirez.

A planta de 1875 incorporou ao redor da área planejada como perímetro urbano, antigos sítios e estradas, despertando novos negócios imobiliários, que resultaram no processo de parcelamento em muitas dessas terras. Entre eles as terras de Jacarecanga e do Urubú.

A primeira linha férrea do Ceará, a Companhia Cearense da Via férrea de Baturité, foi iniciada em 1870, desde Fortaleza até Pacatuba. Partindo da praça da estação e seguindo pela rua do trilho (hoje Av. Tristão Gonçalves). Em 1872, foi a vez da Estrada de Ferro Fortaleza-Sobral, agilizando o transporte de algodão das serras e do sertão para Fortaleza. Em 1880, a companhia de Ferro carril implanta o Transporte público de tração animal ligando a centro da cidade a alguns bairros. Nessa época, Fortaleza já conta com caixas postais e cabo submarino para a Europa.

Na seca de 1877-1879, mais de 100 mil retirantes vindos do sertão chegaram a Fortaleza. Nesse mesmo período, ocorre um surto de varíola na cidade que dizima boa parte da população presente. Houve dias que ocorriam cerca de mil óbitos. A epidemia transformou-se em catástrofe, quebrando toda a rotina econômica, e repercutindo com fome, morte, migrações e saques.

Após o fim da epidemia, a Câmara Municipal acentua a preocupação com o binômio saúde pública-higiene. Com diretrizes que tratam dos detritos, proíbem a construção de casas de palha ou de taipa, de currais e das fábricas que exalem mau cheiro dentro do perímetro urbano. Aumentando também o controle social, através do confinamento dos indivíduos sem recursos, nem educação - todos os que não tivessem civilidade.

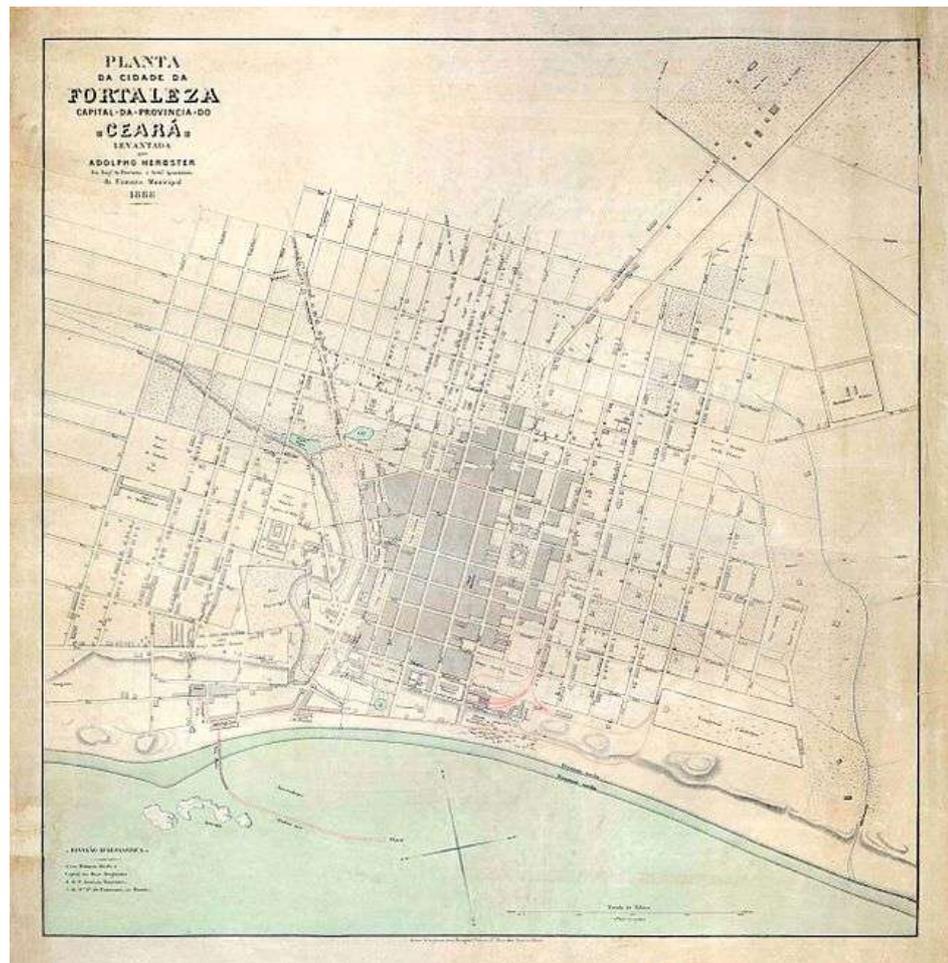
Desde este momento, as fábricas de sabão, óleo e cigarros, além de depósitos de couro e cal, entre outros, para continuarem com suas atividades, são obrigados a se transferirem para a periferia, bem próximo de onde estão os núcleos de casas construídas com palhas.

Em 1883, a Fábrica Pompeu & Irmão, localizada na rua Dr. Antônio Pompeu com a Princesa Isabel, inicia a produção de fios e

tecidos de algodão. Em 1904 é inaugurada a Fábrica Progresso, ambas na área urbana da cidade.

Em 1888, Herbster apresenta a terceira das suas propostas para a remodelação da cidade, a Planta da Cidade da Fortaleza (imagem 21). Ampliando seus limites para o oeste, e também para o leste, atingindo desde áreas da Praça do Liceu, no bairro Jacarecanga até a rua João Cordeiro, na Aldeota. A planta de 1875 e de 1888 tem poucas modificações entre si, como algumas ruas com novos nomes e o cemitério ampliado até o limite oeste da cidade, que era o *boulevard* Jacarecanga.

**Imagem 21. Planta da Cidade da Fortaleza (1888)**



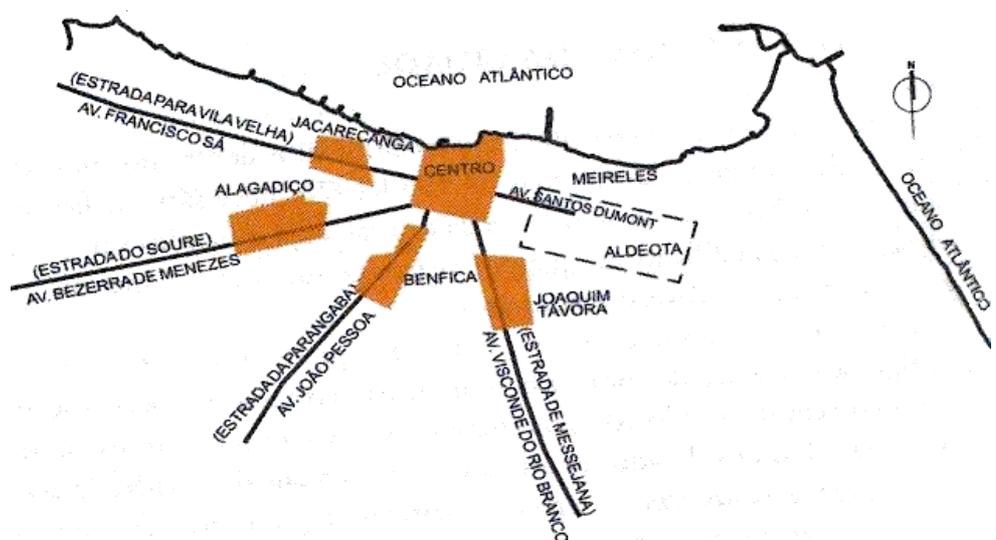
**Fonte:** Arquivo do Nirez.

A Proclamação da República em 1889, altera as forças de poder no Estado, com a chegada do grupo político de Nogueira Accioly. No seu governo, continua o controle da população e a ideia de modernidade, vista em práticas como o embelezamento da cidade.

Em 1919, ocorre a saída da via férrea da rua Tristão Gonçalves para o Jacarecanga, bairro que se formava como o local da elite da cidade, aonde estavam as residências das famílias mais abastadas da cidade. O prefeito Godofredo Maciel abre a avenida Demosthenes Rockert (atual avenida Francisco Sá), ligando a Oficina da Rede Viação Cearense ao Centro da cidade. Esses fatores contribuíram para a população carente ir se fixando nas proximidades da via férrea.

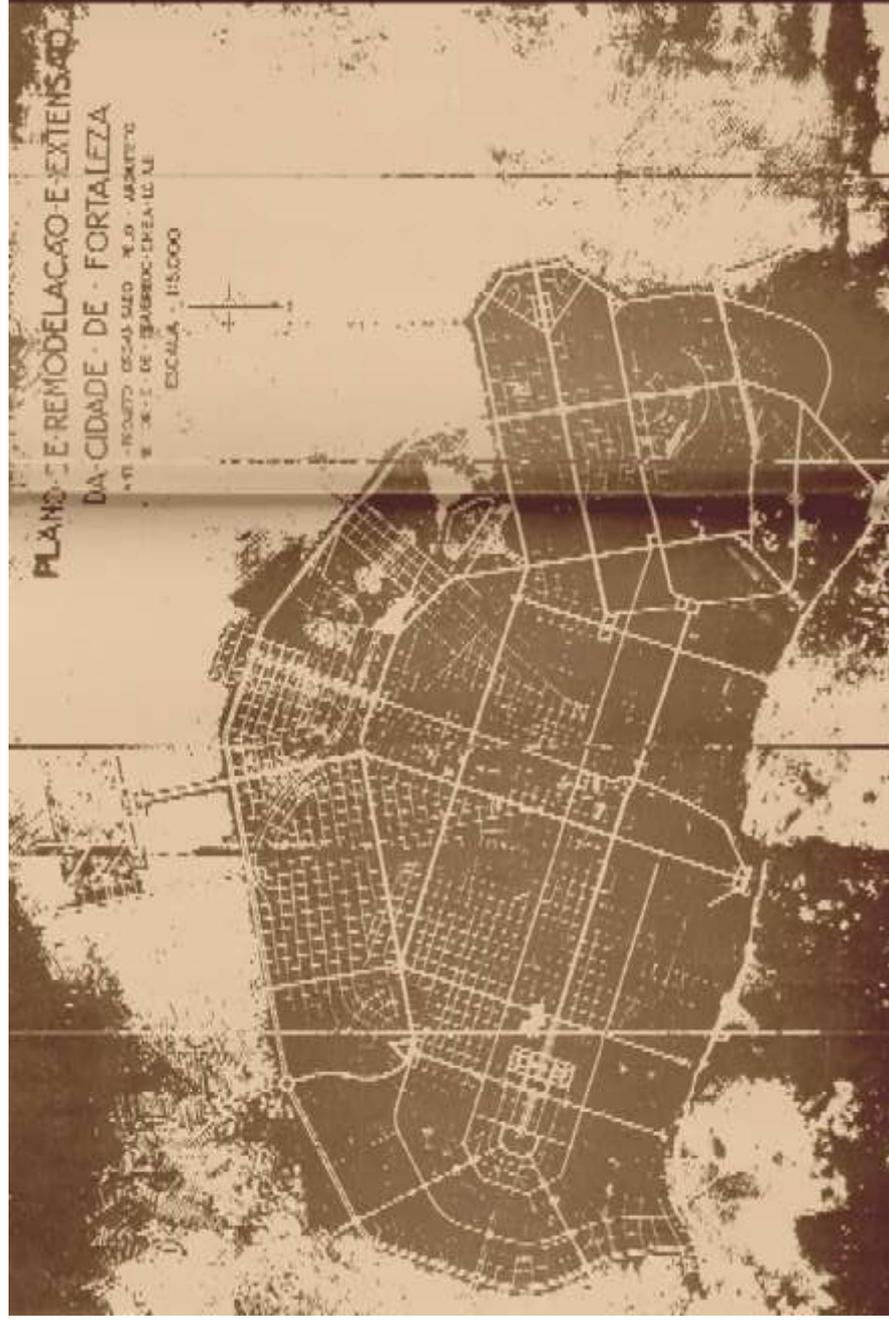
Com o passar dos anos, o crescimento desordenado do espaço urbano da cidade e da sua população, se conflitam com o plano de Herbster, que vai deixando de atender as necessidades dos fortalezenses.

**Imagem 22. Vetores de ocupação de Herbster.**



**Fonte:** equipe Minter

**Imagem 23. Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza**

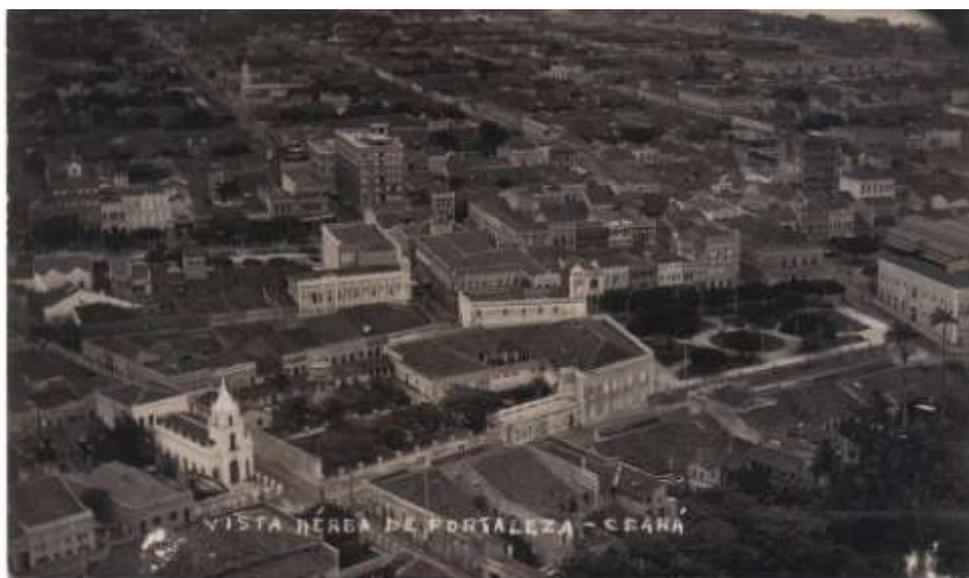


Plano elaborado por Saboya Ribeiro.  
**Fonte:** arquivo do Nirez.

Em 1933, o Prefeito Raimundo Girão na tentativa de renovar a cidade, contrata o arquiteto paraibano Nestor de Figueiredo, que elabora o “Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza” (imagem 23), a partir de um plano radiocêntrico, separado por zonas de atividades distintas. Mas por não contar com o apoio do Prefeito Álvaro Weyne (para ele, a cidade tinha outras necessidades mais urgentes que um plano urbanístico) não viu seu projeto aproveitado. Enquanto isso, “a cidade seguiu sendo transformada pelas mãos dos empreendedores imobiliários” (Andrade, 2012. p. 237).

Outro Plano para Remodelação de Fortaleza foi lançado em 1947, pelo engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro (imagem 25). Este plano difere dos anteriores logo no início da sua concepção. Nele, os bairros estão separados por avenidas, existindo a preocupação com a paisagem e o meio ambiente, enquanto os planos anteriores tratavam apenas da organização do espaço urbano. Saboya Ribeiro também elaborou o Código de Posturas, mas devido a negativa dos proprietários de imóveis, só prevaleceu o Código.

#### **Imagem 24. Vista aérea do centro de Fortaleza (1936)**



**Fonte:** arquivo do Nirez

**Imagem 25. Plano Diretor de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza (1947).**



**Fonte:** arquivo do Nirez.

Os planos mais modernos como o de Hélio Modesto, de 1963, que estimulava as zonas industriais; e o Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região de Fortaleza (PLANDIRF) de 1969 não serão abordados neste trabalho, pois fogem ao nosso recorte de tempo proposto para a análise – de 1800 a 1940.

### **1.3. Fortaleza industrial nas contradições do espaço urbano**

No período colonial o Brasil esteve à mercê da legislação portuguesa que proibia o funcionamento de indústrias no país. Todos tinham que comprar produtos exportados – geralmente ingleses. Após 1808, ano da chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, essa situação começou a ser modificada, e passou-se a produzir fios, tecidos (para a confecção das vestimentas dos escravos) e redes de dormir, de forma manual e com baixa qualidade. A abertura dos portos brasileiros ao mercado mundial intensificou a atividade comercial e cultural. As exportações de açúcar, do café e do algodão expandiram nossa agricultura, concentrando o poder econômico nas mesmas mãos que tinham o poder político.

O Brasil do século XIX foi marcado por um cenário novo com relevantes transformações. A abolição da escravatura força a implantação do trabalho assalariado, a Proclamação da República assinala o fim da monarquia brasileira, a intensificação da política de exportação agrícola traz capital, ideias e com eles o poder que contribuiu para a “modernização” da nossa sociedade. As principais cidades brasileiras passaram por reformas urbanas que buscavam repetir o modelo europeu.

Em 1889, o Brasil contava com 636 fábricas<sup>7</sup> e virou o século com mais de mil e quinhentas. Mesmo assim, a população, como argumentou Brum (1982), permaneceu mergulhada em condições subumanas de existência, extraindo o precário sustento da prática de uma rudimentar agricultura de subsistência.

Antes da entrada do século XX, a estrutura industrial que se desenhava na capital iria aproveitar a produção agrícola cearense para beneficiar seus produtos: o algodão para fiação e fabricação de tecidos grosseiros, couro para vestuário e os caroços do algodão, a mamona, a carnaúba e a oiticica para os óleos vegetais.

Se durante a guerra da Secessão nos Estados Unidos a exportação algodoeira aumentou, após o fim da guerra, a produção americana se normalizou e o algodão perdeu valor. Uma das alternativas encontradas para aproveitar a grande produção local foi investir em indústrias têxteis nacionais. Em 1867, já existiam nove fábricas de tecidos no Brasil, sendo seis no Nordeste. O Ceará ganhou sua primeira fábrica em 1883, a Fábrica Pompeu & Irmão, de Thomaz Pompeu de Souza Brasil e Antônio Pompeu de Souza Brasil. Antônio Pompeu trouxe todo o maquinário da Inglaterra, além dos primeiros mestres e operários especializados no seu uso. Mesmo sem ser engenheiro, montou a fábrica. Seu antigo prédio não existe mais, no passado ele media 55 metros de comprimento por 25 m de largura. Em 1904, foi inaugurada por Thomaz Pompeu de Souza Brasil, a Fábrica de Tecidos Progresso (imagem 26), no centro da cidade de Fortaleza, com todo seu maquinário adquirido na Inglaterra. Hoje em dia, no seu local existe uma loja de material de construção - a Acal.

Além da Fábrica Progresso, Fortaleza viu surgir novas fábricas: um curtume (com motores a vapor), uma fábrica de meias

---

<sup>7</sup> Jornal do Brasil, História da Moderna Indústria Brasileira, 1986 RJ

em 1894, e outra fiação em 1889. Algumas indústrias têxteis começam a acontecer Também nas principais cidades do interior do estado, como Aracati e Sobral.

**Imagem 26. Foto da Fábrica de Tecidos Progresso.**



**Fonte:** arquivo do Nirez.

A indústria têxtil foi a primeira a se instalar em Fortaleza. Não só por ser o estado grande produtor de algodão, mas por ter uma técnica simples. A indústria de óleos vegetais vem logo em seguida aproveitando a cultura algodoeira e extração do óleo do caroço do algodão. Posteriormente, algumas destas máquinas foram adaptadas para beneficiar o óleo da mamona, da oiticica e do babaçu

As fábricas estabelecidas em Fortaleza atendiam as necessidades imediatas da população. Eram fábricas de sabão, de velas, charutos e rapés, tipografias, metalúrgicas, oficinas de alfaiates, sapateiros e artesões do couro, padarias e farmácias.

As primeiras máquinas industriais chegadas ao Ceará, embora oriundas de um *layout* funcional que envolvia o planejamento de produção da época, não traziam mudanças substanciais na forma de construção utilizada no restante do país. Nestor Goulart (2006), assim escreveu sobre a arquitetura das nossas primeiras indústrias:

Ressentindo-se de compromissos de um passado recente com o ambiente doméstico, quer em sentido espacial, quer em sentido social, acomodavam-se em galpões com feições de residência, edificadas em tijolos, sobre os limites das vias públicas. As preocupações arquitetônicas encaminhavam-se no mesmo sentido que as residências, concentrando-se em detalhes de janelas, de acordo com os estilos em voga. (p.84).

O século XX iniciou-se com mais fábricas têxteis sendo inauguradas, inclusive em cidades do interior. Na década de 1920, as fábricas Siqueira Gurgel e Philomeno S/A Indústria e Comércio industrializavam o algodão. Já a fábrica Myrian foi inaugurada para produzir o óleo de oiticica em escala industrial, a partir do empenho de muitas pesquisas. Em 1934, se conseguiu adequar o óleo de oiticica às tintas de qualidade, provocando o interesse de multinacionais neste produto. No mesmo ano, os fundadores da fábrica Myrian participam da diretoria da recém criada, Brasil Oiticica S.A., reconhecida como a principal fábrica de Fortaleza por várias décadas.

As fábricas que se instalavam em Fortaleza eram projetadas como verdadeiros galpões. Um mesmo edifício se adaptava a distintos usos.

Nos fins do século XIX e inícios do corrente, ali se achava montado o Hotel Internacional, do italiano Barroccio (...) Fechado o hotel, instalou-se nesse prédio o escritório do judeu francês Boris (...) Depois, lá esteve a Fábrica Iracema de Cigarros, de Filomeno Gomes. Mais recentemente, nesse prédio abrigou-se a Garage Elite, vendedora de automóveis e peças, pertencente a João Tomé de Sabóia.(Aderaldo, 1974. p. 136).

A falta de infraestrutura, (principalmente de energia elétrica), de tecnologia moderna e de investimentos governamentais, contribui para tornar essas fábricas obsoletas. É importante esclarecer que os investimentos industriais dependiam exclusivamente do capital de grupos familiares locais, geralmente de comerciantes ou latifundiários.

Fortaleza cresceu do litoral para o interior, principalmente depois da implantação de bondes. Nesse tempo, a especulação fundiária está estimulada e muitos sítios sofrem parcelamento do solo para serem ocupados. As famílias nobres que tinham abandonado o centro da cidade (pois seu uso estava sendo predominantemente comercial) se mudam para a zona oeste. A imobiliária de Pedro Philomeno Ferreira Gomes atenta às mudanças acelerou o processo de urbanização na zona oeste da cidade ao transformar o *boulevard* Jacarecanga no bairro da elite fortalezense, repleto de casarões "... copiados de revistas europeias". (Lopes, s/d,p.103)

Em 1928, a ferrovia atravessa a zona oeste da cidade em direção ao sul do Estado. O empresariado sabia que ela representava o único meio ágil de receber a matéria prima e de escoar sua produção. Logo, a chegada de novos estabelecimentos industriais ao longo da via férrea transformou a zona oeste no primeiro polo industrial da cidade. O nobre bairro Jacarecanga, foi atravessado pela ferrovia, e com a chegada das indústrias, das habitações operárias, dos cortiços e das favelas, assistiu o abandono dos seus chiques bangalôs.

A população de baixo poder aquisitivo por não ter infraestrutura adequada às necessidades de uma moradia digna, ocupa as terras públicas ou as áreas pouco valorizadas pelo mercado imobiliário ao mesmo tempo só podem construir suas casas (ou choupanas) com autorização da fiscalização municipal.

No antigo caminho do Urubu (depois denominada avenida Demostenes Rockert e hoje, Francisco Sá) surgem diversos loteamentos. Um deles é o Loteamento Floresta de Boris Frères Cia Ltda., situado nas proximidades da atual praça do Carlito Pamplona. A avenida Francisco Sá, corta a zona oeste de Fortaleza desde o Bairro Jacarecanga, até a Barra do Ceará (atravessando quatro

bairros). Desde a década de 1920, é a avenida que orienta a industrialização em Fortaleza. Sendo conhecida pela grande quantidade de fábricas que existia ao longo de seu percurso. Hoje, ainda atravessada pela linha férrea, mas sem as fábricas, está ocupada por residências e pequenos comércios.

As primeiras indústrias instaladas na Francisco Sá foram; a Indústria Têxtil José Pinto do Carmo, em 1926; e a Oficina dos Urubus, da Rede Viação Cearense em 1928. A Cortez O'Grady & Cia, inicia sua produção de óleo de oiticica, no ano de 1931; e em 1934, é instalada a Brasil Oiticica. O uso industrial dado à Avenida Francisco Sá foi se desenvolvendo de forma espontânea e proporcionando no entorno desta avenida o surgimento de bairros populosos, sem infraestrutura e nem reservas paisagísticas.

Desde o começo da instalação das primeiras fábricas, a escassez de mão-de-obra e a dificuldades de transporte, leva alguns empresários à construir moradias para seus operários nas proximidades do lugar de trabalho. Andrade (1990) coloca que algumas ideias progressistas e filantrópicas podem ter gerenciado os primeiros projetos das vilas operárias. Mas as isenções fiscais e outras concessões dados pelo Estado foram providenciais para o aumento da quantidade de vilas.

Pela décima urbana de 1925, quem construísse vilas operárias com dez ou mais unidades (sólidas, espaçosas e higiênicas), receberia isenções de todos os impostos estaduais por quinze anos. A partir da década de 1930 o número de casas construídas tem um aumento mais significativo. Muitos empresários se aproveitam das isenções e investem na construção de casas de aluguel para operários.

Surgem a Vila São José, da Fábrica Philomeno Gomes, o conjunto habitacional da Indústria Têxtil José Pinto do Carmo e a Vila dos Ferroviários. Os trabalhadores que não conseguiram casas da empresa construíram seus barracos no Pirambu intensificando a população da favela que ali ia se formando.

A partir de 1932, as vilas operárias só podem ser construídas fora da zona urbana de Fortaleza, e as casas populares a pelo menos cem metros dos limites da cidade. Desde 1920, a população de baixa renda sofre discriminação por ter que residir isolada da população que vive na cidade.

#### **Imagem. 27 – Fábrica e linha férrea.**



Linha férrea próxima à Brasil Oiticica.

**Fonte:** arquivo do Nirez

Muitas indústrias que se instalam em Fortaleza o fazem ao longo dos trilhos de trem que atravessam o oeste da cidade, e próximo a elas são construídas algumas vilas operárias. O binômio indústria-vilas operárias foi marcante dentro do processo de

formação dos bairros da Zona Oeste. Através dos anos, a chegada desta população, contribuiu para transformar a área em um polo industrial que até a década de 80 abrangeu os bairros da zona Oeste de Fortaleza.

(...) Uma zona industrial é uma zona de concentração dos empregos dos mais pobres, (...). A proximidade do emprego industrial não é disputada pelos mais ricos, por isso os mais pobres a disputam. (Villaça, 2012, p.65).

A partir de 1963, o então governador Virgílio Távora, criou o I Distrito Industrial do Ceará, em Maracanaú, no distrito de Pajuçara. A estratégia do governo e elites fortalezenses era oferecer lotes de terra a preços simbólicos, incentivos fiscais e financiamentos pela SUDENE. Algumas empresas aproveitaram os incentivos, chegaram ao Ceará e grandes unidades foram instaladas. Mas, em decorrência da falta de infraestrutura básica, tais como: redes de esgotos, vias de acessos e telecomunicações; outras optaram por não ficar no Distrito Industrial. Assim, a escolha transferiu-se para a zona onde já existiam fábricas de grande porte, como a formada pelos bairros: Carlito Pamplona, Barra do Ceará, Floresta, Álvaro Weyne e Monte Castelo.

A má distribuição de chuvas, a miséria, o analfabetismo, a falta de oportunidades existentes no Nordeste, terminaram por dotar a região de instituições promotoras do desenvolvimento, como a: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Ambas responsáveis pelos financiamentos de novos projetos de desenvolvimento.

As políticas modernistas brasileiras, iniciadas pelas nossas elites nas primeiras décadas do século passado e a interferência do Estado, a partir dos progressistas anos sessenta, vieram incentivar uma corrida contra o atraso econômico e cultural. Atualmente, as

novas leis fiscais junto aos investimentos públicos nos Distritos Industriais, impactaram grandes transformações no uso e ocupação do solo dos bairros que perderam suas fabricas, trazendo fortes consequências na sua estruturação sócio econômica.

Já comentamos que a história é construída pela arrumação precisa de fatos e ideias específicas ocorridos em distintos momentos. Ela é a fonte que guarda os dados que permitirão diagnosticar, com o máximo de possibilidade de certeza, a razão de determinados acontecimentos.

O desenvolvimento é um processo histórico que mostra a eterna busca do homem por soluções que facilitem o seu trabalho e lhe traga melhores condições de vida, como a prosperidade. A indústria induz as estas soluções, pois é uma atividade que permite transformar, através de processos mecânicos, a matéria prima em instrumentos úteis para o seu dia a dia. Nobre (2001), ao analisar o conceito de industrialização, complementa afirmando que:

(...) Industrialização e capitalização constituíram-se independentemente da vontade humana, os termos indelével e irreduzíveis do sistema de produção moderno, tornando ainda mais sutil a lógica imanente dos fatos econômicas, para a qual se formulam interpretações ideológicas, com argumentos nem sempre válidos para a nova realidade surgida com o industrialismo (p. 29).

A modernidade que alguns grupos buscam para si em nome do desenvolvimento, não se aplica como qualidade de vida nem como qualidade espacial permanente para todos. Essas conquistas passam por um constante processo de reorganização espacial de base política e econômica, através de planejamentos e intervenções.

Para que uma sociedade seja considerada desenvolvida, é necessário que ela compartilhe as experiências adquiridas por sua herança cultural, ao mesmo tempo em que consegue se adaptar as

transformações modernas, sejam elas: técnicas, comportamentais ou espaciais. De imediato não se pode falar de desenvolvimento como a grande resposta aos problemas do mundo. Brum (1982) lembra que embora o desenvolvimento e o subdesenvolvimento tenham entre si uma convivência “harmônica”, pois são faces de uma mesma realidade, eles precisam de um projeto de vida e de um projeto de sociedade. E que o processo do desenvolvimento, como objetivo de melhores oportunidades de vida, precisa ser:

(...) um processo global induzido, planejado, desejado, assumido, executado e usufruído contínua e permanentemente pela sociedade, de forma coerente, equilibrada e orgânica, com a participação da totalidade dos seus membros (p. 200).

As bases de qualquer projeto de modernidade - a industrialização e o capitalismo, mesmo com direcionamentos comuns, estão aí para servir ao homem, como seu principal agente, e ao seu habitat como complemento, mas nem sempre ocorre com esta lógica. Por isso, pontuaremos na sequência as discussões sobre as transformações ocorridas nas cidades decorrentes do processo de industrialização.

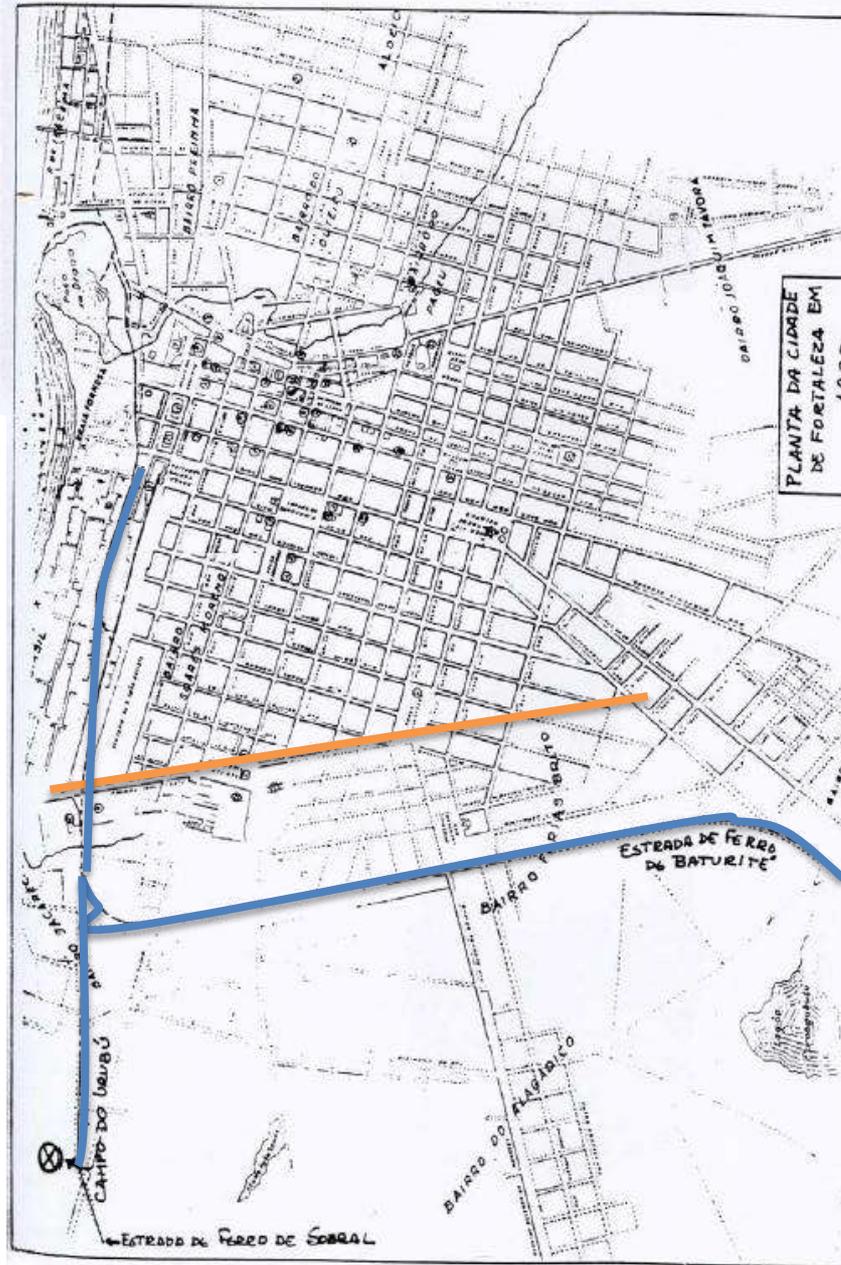
### **Imagem 28 - Casa de taipa.**



Pelas leis municipais, as construções de casas de taipa, ou com cobertas de palhas só pode ser feitas após o limite da cidade.

**Fonte:** Arquivo de Miguel Angelo de Azevedo - Nirez

Imagem 29. Mapa da Cidade de Fortaleza (1932)



**Legendas :** Limite da cidade de Fortaleza (de alta densidade ocupacional).

Linha férrea da RVCf da estação central até a dos Urubus.

**Fonte:** Arquivo de Miguel Angelo de Azevedo - Nirez

## **CAPÍTULO 2**

### **A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL**

## **2. A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL**

Neste capítulo buscaremos contextualizar como o desaparecimento de um antigo edifício industrial não deve ser visto como só mais uma referência física que se foi. Indo de encontro à ótica de Amorim (2007), ele considera que a perda de determinadas edificações compromete a construção da nossa própria identidade como membros de uma sociedade. Em seguida, apoiados nos trabalhos de Beatriz Kühl (2008), resgataremos os conceitos de patrimônio industrial e suas caracterizações. Por fim, discutiremos as transformações ocorridas nas cidades decorrentes do processo de industrialização.

### **2.1. A Arquitetura e os óbitos dos edifícios industriais**

A construção deste tópico, procura no livro do professor Luiz Amorim (2007): “Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista”, associar a problemática de antigas fábricas de Fortaleza, hoje já sem seu uso tradicional, às causas que contribuíram para o seu desaparecimento.

Rufinoni (2013) cita que o belga Louis Cloquet, ainda no século XIX, dividiu os monumentos arquitetônicos em duas categorias: os vivos – obras ainda em uso, e os mortos – os monumentos históricos que assim como as ruínas, perderam seu uso pleno pelas próprias fragilidades estruturais. Seguindo uma temática parecida, Amorim (2007) propôs uma nova definição para as obras denominadas de mortas:

Óbito arquitetônico pode ser entendido como o desaparecimento do corpo edificado em sua totalidade ou em partes. Quando pleno dele nada resta, não sobrevive, além dos registros e memória, nada que matéria e espaço moldado expressaram, abrigaram ou possibilitaram (...) São mortes definitivas, como devem ser, mesmo que a

reconstrução seja possível, afinal à obra de arte não é concebida. (...) Seria essa a única possibilidade de ressurreição de um ente arquitetônico: paradoxalmente ser novamente corpo para emanar seu próprio espírito (p. 16).

É sabido que boa parte da população não considera a fábrica como um objeto arquitetônico, quando se tem nas mãos a relação dos bens tombados de uma cidade (inclusive a de Fortaleza) não estão listados prédios industriais. Mesmo no meio acadêmico, o edifício industrial é visto na maioria das vezes como um grande espaço funcional, desprovido de estilo e beleza. Essa concepção, infelizmente, se expande aos setores públicos e privados, principalmente os ligados ao mercado imobiliário, impedindo que o edifício industrial seja aceito como de mesmo valor que outras construções cujo uso cultural ou social deixou saudades.

É necessário ainda entender, finaliza Rufinoni (2013), que maior que o valor cultural, os sítios industriais são vistos como meros lotes degradados prontos para receber novos usos - um imenso terreno livre para experiências arquitetônicas e urbanísticas.

Além da localização geralmente privilegiada, essas antigas áreas industriais representam reservas potenciais de terreno urbano ocioso, degradado e de baixo custo; um considerável conjunto de vantagens para a implementação de novos empreendimentos e que vem despertando, naturalmente, a atenção de diversos setores envolvidos na produção e transformação da cidade. (...) Ao lado do mercado imobiliário privado, também o poder público tem demonstrado interesses nessas áreas e em seu evidente potencial fundiário e econômico para o desenvolvimento de grandes projetos urbanos (p. 15).

De modo geral, o desrespeito às memórias enraizadas de um lugar qualquer, ou mesmo de uma cidade, tem contribuído para o abandono, degradação e destruição de vários dos seus monumentos, fazendo a história da arquitetura local ficar cada vez mais sem referências.

Vale destacar aqui, mesmo de forma sucinta, que a ideia do abandono e desrespeito ao patrimônio cultural sofre algumas críticas em relação ao modelo de produção social vigente do capitalismo - identificando a modernidade ao que chama de “destruição criativa.” Harvey (1992) questiona se é possível criar algo “novo” sem destruir o “velho”, ou o que havia antes. Isto sugere que a construção do “novo”, no caso do “moderno”, não significa trazer benefícios universais para todos que implique em condições e qualidades dignas de vida sem qualquer discriminação de classe social. Há uma relação imbrincada entre o “velho e o novo” que busca afirmar o discurso hegemônico da burguesia e homogeneizá-lo como único capaz de conciliar e agregar as classes, permitindo, assim, a acumulação satisfatória e tranquila de capital aos donos e proprietários dos meios de produção. O que se proclama novo não se revela, apenas, no modo de produção, mas na estética das cidades, nos comportamentos socioculturais, na dinâmica das relações sociais e em todas as esferas da vida social sob a lógica do trabalho e de sua produção mercantil.

Direcionado para as fábricas cearenses, é de se acreditar que uma simples mudança de olhar focada nos vestígios industriais seria suficiente para despertar a relação da sua historicidade. Este início pode ser dado, viabilizando a aparência dos aspectos arquitetônicos e dos seus estados de conservação.

Caracterizar uma cidade por seus monumentos não basta para desvendar sua estrutura simbólica. É preciso ainda, por um lado, estender os signos urbanos a outras formas além de seus “monumentos” e, por outro lado, determinar o sentido preciso de cada monumento, não historicamente, mas na sua transcrição segundo o código de interações, que organiza efetivamente as relações sociais (Castells, 2000, p.318).

Entretanto, outras ações, como reformas e reconstruções terminam tendo respostas discutíveis, pois não basta manter relações com a realidade temporal do prédio, para se perceber como

estão desfigurados os propósitos de evidenciar seus valores históricos e culturais. Já no século XIX, John Ruskin e William Morris (Apud Rufinoni, 2013), defendiam que consertar paredes ou refazer ruínas em um monumento é a pior das destruições que um edifício pode sofrer, pois seu valor precisa ser mantido antigo e protegido, bem identificado com sua dimensão histórica, pois é aí que estão inseridas suas contingências históricas, sociais e materiais. Segundo Amorim (2007) as desfigurações de um objeto arquitetônico podem ser dar de diversas maneiras:

A morte é apenas uma, mas usa nomes e meios distintos para atemorizar. Pode ser prematura, quando mata antes mesmo da arquitetura se tornar plena em forma, função e espaço. Pode se dar por abandono, quando dela se esvaem sentidos, funções, pessoas, morte lenta e dolorosa, para ela e para quem vê (...) Pode se processar por transfiguração, quando ao espelho não se reconhece ou quando suas entranhas não mais obedecem ao sentido que lhes foi dado. Pode acontecer, ainda, pela presença parasitária de usos não previstos que a carcomem por dentro e por fora, ao fim e ao cabo, ao parasita o corpo transmutado e redefinido (...). Mas a pior morte é a anunciada (...) É conhecida pelas alcunhas de progresso, demanda habitacional ou, simplesmente, investimento imobiliário (p.17).

### **Imagem 30. Antigo sítio da Fábrica Clemente Irmãos.**

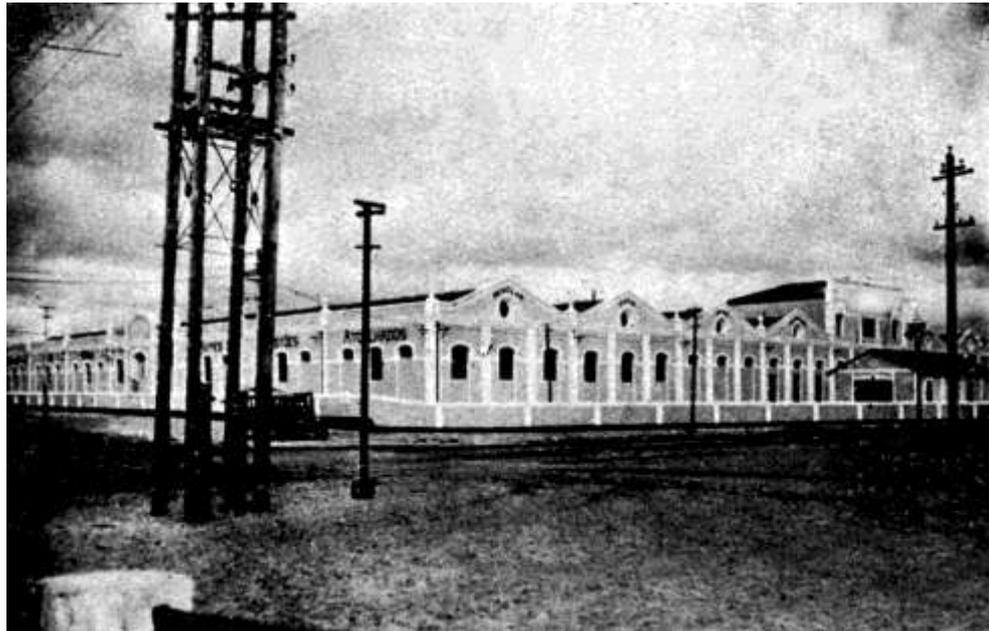


Terreno localizado na avenida Francisco Sá, antigo corredor industrial, onde até 2013, se localizava uma fábrica de painéis.

**Foto:** Arquivo do Autor. Mai.2014

Atualmente na paisagem urbana de Fortaleza visualizamos exemplos deste abandono de edifícios industriais, que impactam na estética da cidade, sendo, em sua maioria, motivados pela especulação imobiliária de uma cidade em plena expansão populacional e assegurados por diretrizes legais.

**Imagem 31. Fábrica São José - Philomeno Gomes (década de 1930).**



Fábrica de Tecidos São José, e das tradicionais redes Filomeno.

**Fonte:** Arquivo de Miguel Angelo de Azevedo - Nirez

**Imagem 32. Ruínas da Fábrica São José (2014).**



**Fonte:** foto do autor (2014)

Trazendo para a arquitetura industrial, a morte por abandono é responsável por vários exemplos entre as velhas fábricas. Novas atitudes, específicas dos dias de hoje, foram alguns das razões que contribuíram para estes fins. Novas tecnologias pediram novos espaços, ansiosas por ações de requalificação. Novos hábitos adequaram (e em outros casos até extinguiram) o típico edifício industrial a um exemplo de arquitetura de varejo. E outros ainda, foram simplesmente abandonados, ou seja, sem uso e sem presença humana.

As edificações que tiveram que ser ampliadas (geralmente com a retirada de barreiras internas, como paredes e mobiliários), ou alteraram suas fachadas com a retirada ou inclusão de esquadrias, são consideradas por Amorim, como mortas por parasitas. É como se um hospedeiro atacasse a arquitetura original sem objetivos de renová-la, corroendo suas estruturas até ter outros usos. Em decorrência disso, algumas lojas, colégios e até centros culturais se enquadram bem nessa tipologia.

Segundo Amorim (2007) as arquiteturas são identificadas, principalmente, pela sua aparência física e pelos elementos que a compõem, ou seja: o estilo, os materiais empregados, as cores utilizadas etc. Quando as características originais de um edifício são removidas e substituídas por outras remoçadas – normalmente seguindo uma tendência, ocorre a morte por vaidade. Diante desse fato, um edifício tem sua identidade destruída.

Em dois momentos distintos, o prédio onde funcionou a Fábrica Myrian, demonstra esta perda de identidade. Após receber um banho de tintas coloridas, o edifício “remoçou” estando agora completamente distinto da sua aparência e função original.

**Imagem 33. Fábrica Myrian (década de 1930)**



Fábrica de óleo de oiticica, fundada em 1926, instalada na praça Almirante Saldanha, Praia de Iracema.

**Fonte:** <http://www.fortalezanobre.com.br/2012/09/fabrica-myrian-.pioneira-extrair-oleo-de.html>. Acesso: 02 ago 2013.

**Imagem 34. Nova fachada da antiga Fábrica Myrian (2014)**



Prédio da antiga fábrica Myriam, hoje incorporado à Praça do Centro Dragão do Mar, e requalificado em casa de espetáculos.

**Foto:** Arquivo do autor. Mar. 2014

Amorim (2007) defende ainda que uma fábrica sempre tem elos de interesse com mercado imobiliário, principalmente, quando só é percebida como um grande espaço físico. O capital que representa esses sítios industriais, em especial nas zonas de declínio econômico, significa muito para um mercado que atua sob a lógica do enobrecimento com o empobrecimento, ou seja, que busca

maior lucratividade em empreendimentos pouco valorizados. A carência de lotes, nas quadras mais valorizadas das cidades, atraiu este o mercado até as zonas suburbanas. A expansão, para áreas urbanas já consolidadas, como as industriais, só agrega capital quando se destrói para reconstruir.

**Imagem 35. Vista da Fábrica Esplanada (2014)**



Fonte: Google Earth. Acesso: Set 2014.

**Imagem 36. Canteiro de obras do futuro shopping Riomar Oeste (2015).**



Máquinas em operação no terreno da antiga Fábrica Esplanada.

Fonte: foto do autor (2015).

A moeda do mercado vem da produção em escala. É percebida na substituição de uma grande estrutura arquitetônica por várias outras menores. Exatamente como ocorreu no desenvolvimento da cidade industrial, as chácaras sofreram parcelamentos para abrigar os usos característicos de um sistema capitalista. Agora, basta trocar área da fábrica por dezenas de lotes, apartamentos ou lojas, para justificar a importância do valor da troca de um ente arquitetônico. Este tipo de ação em um edifício é o que Amorim chama de morte anunciada, e seu principal algoz é o mercado imobiliário privado – por vezes transvestido de “progresso”. É ele que está interessado no valor de troca da terra e não no seu valor de uso.

**Imagem 37 / 38. Vistas da fábrica de Cervejas Astra. (2014)**



Dois momentos da Astra, construída e destruída para abrigar um shopping center.

**Fonte:** Google Earth. – Acesso: Set 2014.

Em muitos casos, são os donos do capital que partem alternativas de remanejamento das indústrias para setores distintos das áreas residenciais urbanas. A mudança para zonas periféricas gera terras urbanas propícias a novos usos e conseqüentemente, realimentam os negócios imobiliários com esta expansão de ofertas fundiárias.

Devido ao maior adensamento, causado pelo grande número de unidades construídas, a morte anunciada nem sempre segue sozinha. Ela chega, acompanhada por modificações de usos e problemas de mobilidade, nem sempre adequadas à estrutura existente, contribuindo, inclusive para alterações nas relações políticas, econômicas e sociais das pessoas que habitam próxima do edifício desaparecido.

Cidades parecem adquirir identidade pelo processo de constante renovação e necessária conservação daquilo que lhe é peculiar, o que não significa necessariamente histórico no sentido de antigo. Algumas renovações urbanas realizadas no século XX, apesar de terem destruído uma parcela significativa do período de formação das nossas cidades, (...) constituem-se agora em novos elementos a serem preservados. Certamente a consciência patrimonial consolidada no pensamento arquitetônico atual não recomendaria aquelas obras, mas hoje representam um pensamento de época e têm qualidades arquitetônicas inegáveis. (Amorim, 2007, p. 82)

O desenvolvimento da industrialização foi e ainda é determinado pelo dinamismo do capitalismo. Desencaixá-lo da ordenação urbana e social é impossível. Os processos industriais, inclusive a desindustrialização, continuam influenciando as atividades humanas no espaço urbano onde eles fazem sombreamento. Do emprego ao desemprego, ou mesmo da transição de um uso industrial para outro Terciário (principalmente comercial); pelo menos na teoria, toda mudança física acarreta em reestruturações urbanísticas no local.

**Imagem 39. Antiga fábrica na avenida Duque de Caxias**



Fábrica localizada na esquina da Avenida do Imperador com a Avenida Duque de Caxias.  
**Foto:** Arquivo de Miguel Angelo de Azevedo - Nirez

**Imagem 40. Prédio da antiga fábrica na avenida Duque de Caxias.**



Depósito Imperador ocupando o mesmo prédio da antiga fábrica.

**Foto:** do autor (2014)

Atualmente, frente às redefinições contemporâneas do modo de produção capitalista, e conseqüentemente da existência em larga escala das fábricas, é necessário se repensar a retirada das indústrias urbanas. Não cabe, perder a oportunidade da integração da fábrica com o seu contexto espacial. As indústrias, que foram à essência das cidades modernas, hoje estão

reestruturadas em espaços menores, com equipamentos modernos, e de tecnologia mais limpa.

Sendo importante que continuem a fazer dos subúrbios partes vitais da cidade. Elas precisam continuar existindo vizinhas aos seus operários, pois ali se desenham as relações deste ambiente com a sociedade, bases dos bens culturais local. Amorim (2007) conclui afirmando que, ainda que só um edifício, possa garantir a preservação cultural de uma cidade, é necessário que:

(...) um pouco de arquitetura sobreviva, não apenas para revelar a história, mas porque tem valor de uso e pode se ajustar às demandas contemporâneas em um bom desenho (p. 18).

## **2.2. O Patrimônio industrial e memória: aspectos histórico-culturais**

Antes de comentarmos sobre a preservação de um edifício como registro da arquitetura de um momento. É interessante justificar que nem tudo que é antigo deve ser mantido em pé ou, mais facilmente, derrubado e morto. Para se escolher o que vale a pena ser salvo do tempo, é preciso definir, de forma completa, o que é um patrimônio cultural, e porque é necessário equacionar os vários fatores e aspectos que o definem.

Todo ente que se relaciona com a memória de um povo recebe o nome de bem cultural. Ele pode ser material, como um monumento, ou imaterial, como uma canção. Quando se tem o conjunto destes bens chamamos de Patrimônio Cultural. Um patrimônio é uma herança, que merece ser preservada pelo valor histórico que carrega, e nunca pelo seu valor financeiro ou imobiliário. Nele está registrado parte da história coletiva de um lugar e de seu povo.

**Imagem 41. Prédio da antiga fábrica Siqueira Gurgel (década de 1940).**



Antiga fábrica quando ainda se localizava na Avenida Bezerra de Menezes. Na década de 1990 foi transferida para a vizinha cidade de Caucaia.  
**Fonte:** Arquivo de Miguel Angelo de Azevedo – Nirez.

**Imagem 42. Hiper Bompreço, da Cadeia Walmart, (2014)**



**Fonte:** Arquivo do autor, Maio 2014

Pelo que foi abordado no texto; a estrutura industrial é uma das responsáveis pelo desenvolvimento das cidades. Diante disso, os trabalhos da professora Beatriz Kühl sobre a importância das antigas fábricas na história de um lugar, tem relação direta com este estudo. É como se fosse a resposta da pergunta; quais lembranças ficaram com seus trabalhadores e o que ficará registrado para as gerações futuras?

Quando buscamos estudar alguns monumentos antigos, como por exemplo: as cidades sumerianas e as astecas, embora estejamos tratando de um mesmo tema, separados por mais de três mil anos, estamos ambientados em locais e civilizações diferentes. Logo teremos respostas distintas, onde a única concordância entre elas deve ser o templo de pedras em forma de pirâmide (nem o uso deles é o mesmo). Para saber o real significado destas cidades, teríamos que analisá-las com o pensamento nestas civilizações, mas sempre apoiados nas nossas bagagens culturais adquiridas com as nossas vivências.

Os processos históricos nascem como manifestações do homem idealizador e construtor. Esse foi, e é, o agente que transforma os recursos naturais às suas necessidades, que adapta às suas tradições regionais à cultura globalizada, que modifica os espaços aos seus interesses, e vice e versa.

A História tem mostrado que os diagnósticos dos processos históricos são mais esclarecedores quando os distintos tipos de situações vividas (épocas, culturas, ambientes e interesses diversos) são avaliados de forma unificada, pois estão inter-relacionados. É válido reconhecer os principais fatos desses processos e analisá-los de acordo com as contingências do nosso momento. Embora, não se deva esquecer que, do mesmo modo que hoje, o futuro questionará nossas atitudes de pesquisa com as abordagens em voga daquele tempo. Em reforço a esta afirmação, Rufinoni (2013)

argumenta que cada época deve atuar como base nos instrumentos cognitivos que lhes são próprios.

O economista Nobre (2001) acha que, com as concepções do passado é possível se constituir visões do presente. Deste modo, é válido utilizar a história, como base para antecipar uma situação futura. Sendo útil, analisar os estudos de processos e planejamentos do passado e ficar atento as possíveis falhas. Devido a erros, por vezes básicos, cidades ruíram e civilizações florescentes, como a Egípcia e a Romana, tornaram-se decadentes.

De toda maneira, para se entender a história de uma região e a sua cultura, sem perdas de memória, é necessário enfatizar o *habitat* humano: sua casa, sua rua, suas paisagens etc. Segundo Amorim (2007), a forma de ser de cada cidade determina a sua própria cultura urbana. Paralelamente, Kotkin (2012) explica que:

Ao valorizar a arquitetura da cidade, a história urbana procura nela, e a partir dela, decifrar seus múltiplos significados sócio-culturais, expressos plasticamente nas formas dos edifícios, das ruas e das praças. Nas configurações arquitetônicas, na cidade enquanto obra de arte e manufatura, a história urbana propõe descobrir a dimensão simbólica e representativa do espaço construído pelo homem (p. 338).

Vale à pena reforçar o entendimento de que o desenvolvimento industrial é um processo histórico. Um processo que gera perguntas e respostas sobre a preservação da herança cultural, e das consequências para as transformações futuras.

Para se conhecer a história de uma indústria podemos vislumbra-la a partir de três linhas de argumentos. A primeira diz respeito à dimensão arquitetural do objeto de pesquisa, possivelmente um bem já “desmantelado”, em relação ao seu estado original. Outra linha trata da busca aos acervos, do tipo documental (como escrituras e fichas contábeis ou técnicas), instrumental

(máquinas, peças e seus catálogos técnicos, mais os artísticos (painéis, quadros, embalagens, propagandas, entre outros).

**Imagem 43. Embalagem da Castanha Iracema (anos 1970).**



**Fonte:** <http://www.preciolandia.com/br/lata-antiga-das-castanhas-de-caju-iracem-8188-1414vbk-a.html>. - Acesso: 19 Mar. 2014

Acervos que deveriam ser guardados nos respectivos departamentos ou órgãos de preservação do patrimônio das indústrias desapareceram ao serem retirados da sede. Algumas indústrias mudaram de dono ou foram incorporadas por outras, nestas mudanças os acervos também se transferiram. Alguns documentos existem em cartórios, nas pastas de concordatas e falências, outros ficavam com o proprietário.

Segundo Meneguello (2013), depois de quase cem anos decorridos, com várias pessoas passando pela gestão da fábrica e tendo total controle sobre esses acervos. Saber quem os guardou ou esqueceu é induzir a uma resposta tão difícil quanto perguntar aos netos dos trabalhadores quais eram as rotinas de trabalho dos seus avôs ou avós. Acervos são sempre de difícil conservação e manutenção, sucatas sem utilidade não tem história, e pessoas morrem e levam consigo suas histórias e experiências de vida.

Um edifício traz percepções objetivas como: formas, cores, tendências, etc. Mas outros aspectos subjetivos também se ligam

aos sentimentos que ele emana. Se observarmos com atenção as duas próximas fotos, com imagens da americana *Packard Automotive Plant*, de Detroit (pertencente a *Packard Motor Car Company*), tiradas em períodos diferentes. Possivelmente teremos condições de pensar sobre qual seria uma resposta válida a alguma pergunta que girasse sobre a situação financeira da empresa, ou talvez sobre a carreira dos seus funcionários

**Imagem 44. Linha de montagem dos automóveis da Packard (início do século XX).**



**Fonte:**<http://files.doobybrain.com/wp-content/uploads/2013/05/detroit-packard-plant.jpg> Acesso: 12 Jun. 2014

**Imagem 45. Linha de montagem dos automóveis da Packard (início do século XXI).**



Situação atual da antiga linha de produção de automóveis da Packard.  
**Fonte:**[http://www.conormcbride.com/wp-content/uploads/2012/06/IMG\\_4463-1024x682.jpg](http://www.conormcbride.com/wp-content/uploads/2012/06/IMG_4463-1024x682.jpg) - Acesso: 12 Jun. 2014

A partir das investigações de uma fábrica antiga, é possível estimar seus processos construtivos, as rotinas, as relações econômicas e sociais dos seus funcionários e vizinhos, de que forma eles conseguiam utilizar e manter este habitat. Ao coletarmos estes dados, estamos construindo a um pedaço da história da fábrica.

### **2.3. Patrimônio industrial, patrimônio cultural e espaço urbano.**

Nesse contexto, é importante entender que uma cidade possui elementos ambientais, estruturais, sociais e econômicos que estão inter-relacionados e juntos formam a paisagem urbana. Quando esses valores passam intactos de geração para geração, recebem o nome de patrimônios.

A palavra patrimônio possui como prefixo o termo *patri*, do latim *pater* - associado a pai e a pátria. Ele guarda referências às heranças de um lugar. Patrimônio Cultural tem a ver com a memória de uma sociedade, com suas personagens, suas tradições e suas artes. Rufinoni (2013) alarga o conceito de patrimônio cultural, quando diz que um edifício industrial:

(...) para ser reconhecido como patrimônio precisa de aquisições conceituais, cujas especificidades passam a ser reconhecidas e estudadas por seus valores documentais, seu papel na paisagem urbana e suas influências no cotidiano da comunidade onde está inserido. A noção de paisagem faz emergir a identificação de valores estéticos com uma figuratividade própria como o visão de uma chaminé (p. 312).

Sendo assim, fica bem mais lógico ligar a arquitetura à memória de uma cidade através dos valores que identificam um edifício, e defini-la como um patrimônio cultural artístico. A arquitetura é formada pela produção de edifícios das mais diferentes tipologias construídos pela ação e vontade de diferentes grupos sociais. Quando observamos uma catedral, um edifício público ou

mesmo um centro comercial, estamos apreciando também a sua história, suas questões funcionais, as relações com o entorno e até o significado simbólico das suas estruturas. Da mesma forma que podemos avaliar os tipos de edifícios citados, podemos conhecer outros bens edificados, entre eles: as unidades fabris – os dignos representantes da cultura industrial.

Arquiteturas têm identidades construídas pela forma como organizam a vida dos homens entre espaços, mas principalmente por seus atributos físicos. Reconhecemos paisagens, cidades e edifícios pelos elementos que os compõem, a forma como são arranjados e os materiais aplicados (...) Arquitetura é esse todo indissociável. (Amorim, 2007, p. 41)

A indústria, como um exemplo de arquitetura, é uma agente importante para o reconhecimento de alguns espaços. No final do século XVIII, pouco mais de 120 pessoas habitavam os campos galeses de Ebbw Vale, no Reino Unido. Em 1790, algumas minas foram abertas pelo vale. No início da II Grande Guerra, a maior produção de aço da Europa, saía de Ebbw Vale. Na década de 1960, de uma população de 33 mil habitantes, 14,5 mil trabalhavam nas siderúrgicas da cidade. Diante da crise econômica, que se iniciou na década de 1980, as produções de aço diminuíram, ao ponto de várias fábricas fecharem e de algumas serem demolidas. Em 2002, as indústrias locais possuíam 450 empregados.<sup>8</sup> A história de Ebbw Vale é a história das suas indústrias, e não se pode desassociá-las. Em escala menor, é comum uma região (ou um bairro) evoluir a partir da localização de indústrias.

A preocupação com a conservação de monumentos arquitetônicos, como testemunhos de um passado, é antiga, e seus conceitos vêm desde o período do Renascimento. Deve-se a Leon Battista Alberti, uma série de estudos sobre a cidade de Roma Imperial e seus vestígios, onde comenta que os monumentos

---

<sup>8</sup> Disponível em: [em.wikipedia.org/wiki/Ebbw\\_Vale](http://em.wikipedia.org/wiki/Ebbw_Vale)

danificados deveriam permanecer intactos, ou serem reparados de acordo com as intenções e objetivos iniciais dos seus autores.

Durante o século XIX, algumas atitudes fundamentavam o cuidado com a preservação de monumentos. Na França, diante de cenas de “vandalismo” contra monumentos, foi criado, em 1830 o cargo publico de “inspetor-geral de monumentos históricos”. Coube arquitetura do seu tempo, algumas das mais objetivas contribuições sobre o conceito de restauro:

(...) Restaurar um edifício não é mantê-lo, reparará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo a um estado completo que não pode ter existido nunca em um dado momento. (E. E. Viollet-le-Duc. Apud Ruffini. 2013: p.40)

**Imagem 46. Ruínas de uma fábrica em Cornwall, no sul da Bretanha.**

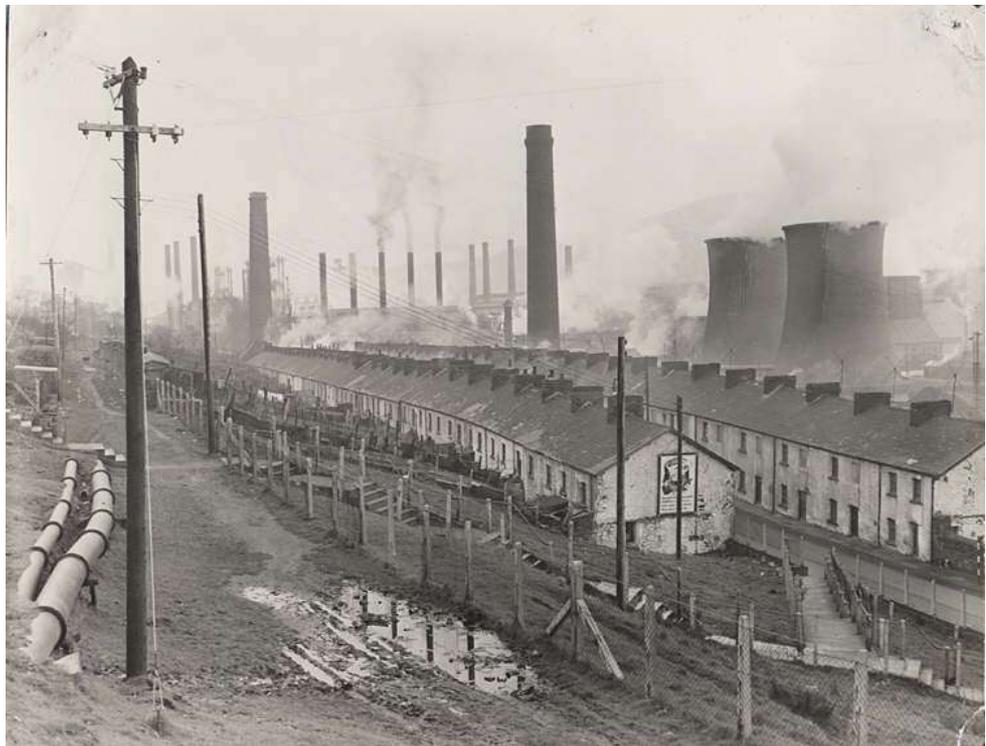


Fonte: [http://joangee.blogspot.com.br/2011\\_03\\_01\\_archive.html](http://joangee.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html) Acesso: 12 Jun. 2014

Com critérios distintos de Viollet-Le-Duc, surgem na Inglaterra dois teóricos: John Ruskin e William Morris. Ruskin, defendia que todo monumento histórico devia ser mantido como estava, ser bem conservado, mas sem intervenções. Para ele não se podia mexer

numa obra pois ela não era nossa. Pertencia aos seus construtores e às gerações futuras. William Morris, ao organizar a *Society for the Protection of Ancient Buildings*, inicia de forma mais conceitual a conservação de monumentos. Morris enfatizava a proteção ao “bem antigo”, no lugar da restauração. De todo modo, a sociedade segue os mesmos princípios de Ruskin. É importante lembrar que esses dois teóricos foram inimigos das indústrias e do crescimento das cidades através do processo industrial. As cidades das chaminés e das máquinas, não tinham a paisagem nem a qualidade de vida necessária ao homem.

**Imagem 47. Ebbw Vale Steelworks (siderúrgica).**



Foi foi uma das maiores siderúrgicas existentes no século XX. Fundada em 1778, no País de Gales, foi desativada em 2002.

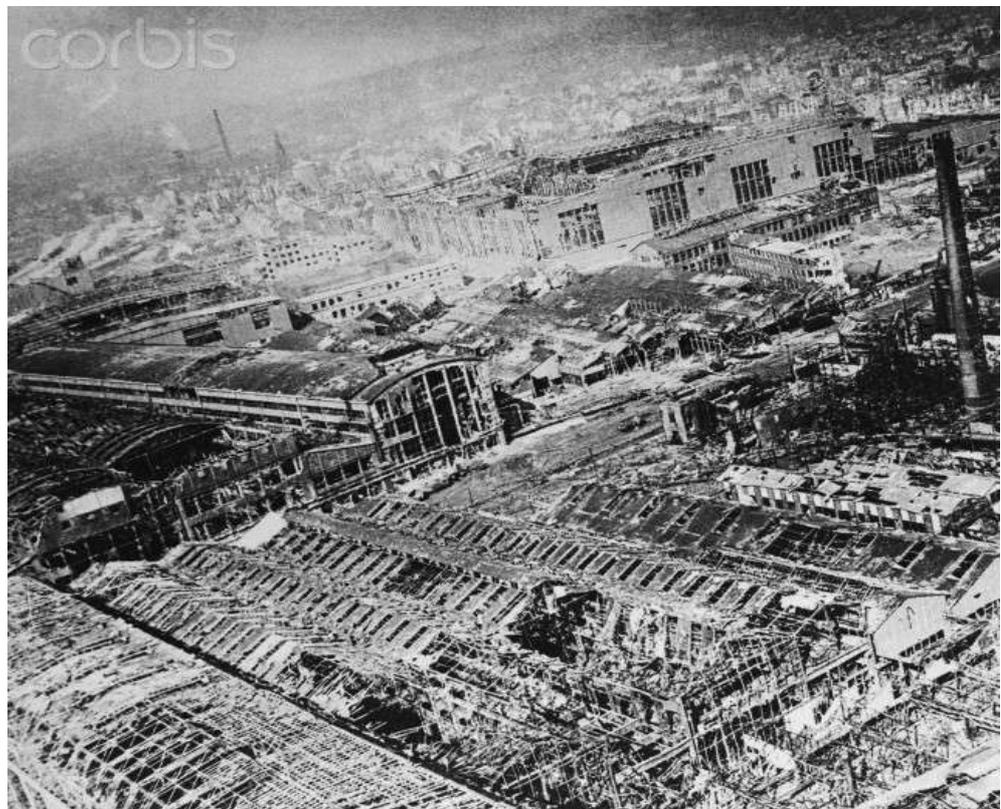
**Fonte:**<http://education.gtj.org.uk/en/item1/2262> Acesso: 12 Jun. 2014

Camilo Boitto – adequou a visão pré-industrial à industrial, permitindo intervenções numa obra desde que ela não perdesse seu caráter histórico. Mesmo ponto de vista que adota o austríaco Alois Riegl, embora ele considere que uma ruína, devido a seu valor de antiguidade, prevaleça com maior importância em relação ao seu

valor histórico. Outro austríaco, Max Dvorak, considera o restauro um erro e alerta os habitantes das novas cidades têm desprezo aos monumentos antigos cuja destruição passou até, a ser um sinal de progresso.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, os países europeus que de alguma forma participaram do confronto, sentiam suas cidades em ruínas, devido a seguidos bombardeios. Neste meio tempo, Alemanha, França, Rússia, Itália, Holanda, entre outros, notaram que entre as suas ruínas, alguns prédios passaram a ser reconhecidos como lugares de importância histórica, pois ali estavam guardadas parte da memória e até da formação de muitas nações.

**Imagem 48. Ruínas das Indústrias de Armas Krupp, em Essen, na Alemanha de Hitler.**



**Fonte:** <http://www.corbisimages.com/eimage/Corbis-U1015832INP.jpg?size=67&uid=3e4c922a-1330-4c56-9c29-c285ffd04387> - Acesso: 12 Jun. 2014

Dentre eles, também os vestígios industriais receberam um novo olhar, por foco mais objetivo: foram considerados como um bem cultural. A partir deste momento, não só o tangível (fábricas, minas, oficinas, ferrovias, centrais elétricas) representava a memória de uma comunidade, mas também o intangível (processos, tradições e saberes). As primeiras indústrias foram reconhecidas como uma linha que dividiu o tempo onde termina a cidade medieval e começa a modernidade.

Parte dos primeiros estudos sobre a identidade das indústrias tratou de questões históricas, relacionadas com a arquitetura e o urbanismo, com a engenharia e a produção, da sociologia e antropologia, da geografia e da economia, revela Kühl (2009). Uma outra parte, disse respeito à cidade e às vastas áreas industriais que se localizam nas zonas urbanas e sofrem constantes pressões da especulação imobiliária.

Se os processos industriais modernos começaram no Reino Unido, de lá também vieram os primeiros estudos sobre monumentos industriais antigos. Nos anos 1950, o campo de estudo e pesquisa destas velhas fábricas recebeu o título de Arqueologia Industrial. Beatriz Kühl (2009) esclarece, que a arqueologia industrial não veio somente para enfatizar os vestígios físicos:

A arqueologia industrial volta-se ao estudo, análise e registro de formas de industrialização do passado – mesmo quando desapareceram os testemunhos materiais – e, por vezes, quando reconhecido o interesse como bem cultural, à sua preservação. Quando se fala de patrimônio industrial, pressupõe-se que tenham sido feitos esses estudos – que devem ser multidisciplinares – e que tenham identificado os bens que possuem interesse para a preservação: a “arqueologia industrial” volta seus esforços a todo legado da industrialização, seja ele considerado bem cultural ou não. Na prática, porém, as expressões têm sido usualmente empregadas como sinônimos (p. 45).

Nos dias de hoje, os vestígios das primeiras indústrias na Grã-Bretanha, já estão com quase trezentos anos, em alguns casos, a

natureza já aceitou estas ruínas fazendo uma paisagem única. Esta antiguidade orientou os primeiros estudos das velhas fábricas aos mesmos padrões dos estudos da Arqueologia. Uma disciplina multidisciplinar e articulada com vários campos de saber. Kühl completa afirmando que a Arqueologia Industrial volta-se ao estudo, análise e registro de formas de industrialização do passado – mesmo quando desaparecem os testemunhos materiais.

**Imagem 49. Ruínas de uma fábrica em Cornwall, no sul da Bretanha.**



**Imagem 39.** Vestígios de fornos fabris encontrados em *Northern Sirhowy Valley*, País de Gales.

**Fonte:** <http://industrialgwent.co.uk/markham/Hollybush%20-%20Coke%20ovens%2003%201303-1024.jpg> - **Acesso:** 12, Jun 2014.

Os países, que iniciaram as pesquisas dos bens fabris, empregam a expressão “arqueologia industrial”. Outros, com estudos posteriores, como o Brasil, adotaram “patrimônio industrial”. A diferença entre as duas disciplinas diz respeito ao valor do monumento. Enquanto a arqueologia tem interesse no valor histórico, o patrimônio acrescenta o que já se tem dos estudos arqueológicos e procura identificar as possibilidades de preservação do bem, ou seja, considerar se é um bem natural ou não.

Em 1962, surgiu, a partir de iniciativas privadas, o primeiro inventário sobre o patrimônio industrial inglês, o *Industrial Monuments Survey*. Depois de algumas trocas de responsabilidades, a partir de 1981, todas as informações passaram para a administração da *Royal Commission on Historical Monuments of England*.

Os debates e discussões ocorridos durante os anos 1960, estavam mais preocupados em como definir as melhores formas de coletar dados, ao invés dos trabalhos de preservação do patrimônio. Com a dinâmica da economia mundial, o fechamento de várias fábricas, principalmente na Europa, contribuiu para o processo da desindustrialização e para o aumento destes vestígios. Em observância a esses fatos, nas décadas seguintes, a fundação de várias associações interessadas na preservação do patrimônio, contribuiu positivamente para a expansão deste tema.

Em 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, foi elaborada a Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, mais conhecida como a Carta de Veneza. Este documento, cujos princípios ainda são fundamentais para a preservação de monumentos, incluiu, pela primeira vez, o patrimônio industrial em suas linhas.

Na França, o tradicional Mercado *Les Halles*, de Victor Baltard serviu à cidade de 1858 até 1971. De acordo com Kürl (2007), *Le Halles* foi demolido para dar lugar a um moderno centro comercial, sem ter a oposição da população francesa e sem maiores protestos. Em 2004, depois de várias manifestações públicas, foi feito um projeto de renovação do bairro, novamente com a inclusão do velho mercado, a ser construídos por distintas etapas. Atualmente, o *Les Halles*, de Paris, está com obras em andamento, posteriormente seu velho mercado será reconstruído.

**Imagem 50. Galpões do *Halles Centrales* de Paris.**



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=halles+centrales+paris&source>  
Acesso: 07 Mai 2014

**Imagem 51. Vista aérea do *Halles Centrales* de Paris.**



Fonte: [http://media-cache-ak0.pinimg.com/236x/a024/89/a02489a828644e\\_24659\\_36c1a269c4a2e.jpg](http://media-cache-ak0.pinimg.com/236x/a024/89/a02489a828644e_24659_36c1a269c4a2e.jpg) - Acesso: 07 Mai 2014

Em 1978, a UNESCO escolheu as minas de sal de Wieliczka, na Polônia, como seu primeiro patrimônio industrial no mundo. Hoje em dia, é comum a realização de Congressos e Conferências sobre o tema da preservação dos sítios industriais. Alguns atendem de forma local, como a Carta de Burra, na Austrália. Outras são mais

globais como as reuniões do ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). Sempre produzindo material de alto gabarito e com temas atuais.

**Imagem 52. Vista interna das minas de Wieliczka**



Depois da intervenção, lembra muito mais um parque temático que uma ex-mina.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=wieliczka+salt+mine+history&source=lnms&tbm=isch&sa> - Acesso: 07 Mai 2014

Em julho de 2003, foi realizada na cidade russa de Nizhny Tagil, uma conferência do TICCIH (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*), o principal organismo internacional de preservação do patrimônio industrial, onde foi firmada uma Carta Patrimonial que estabelecia a importância dos edifícios construídos para atividades industriais, os processos produtivos e suas ferramentas utilizadas, e a paisagem onde eles estavam inseridos.

A Carta de Nizhny Tagil, de forma detalhada, define que o patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou

científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

No Brasil, o primeiro órgão que buscou estudar a conservação do nosso patrimônio foi a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), criada em 1933 e vinculada ao Museu Histórico Nacional, cujo maior trabalho foi considerar a cidade de Ouro Preto, nas Minas Gerais, um exemplar do patrimônio histórico nacional. Em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), fica com as funções do IPM, nascendo vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Outros órgãos de preservação, também são criados pelo Brasil à fora, ligados as esferas estaduais e municipais.

O Brasil ainda não possui um inventário do seu patrimônio industrial. Em 2004, foi criado o Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial, durante um encontro na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP . O trato com o nosso patrimônio histórico anda possui flancos quando o assunto é intervenção ou a utilização dos princípios teóricos da restauração.

A primeira indústria a ser oficialmente preservada no Brasil foi a Real Fábrica de Ferro São João, em Iperó, estado de São Paulo. O tombamento federal se deu em 1964.

Atualmente, o patrimônio industrial (também a arqueologia industrial) é considerado um campo de pesquisa que abrange a presença física das fábricas, a memória do trabalho e das técnicas, e da procura e proteção destes acervos. Diante de vastas áreas construídas, algumas quase em ruínas e outras que perderam sua

identificação original devido a tantas e discutíveis intervenções, é preocupante saber como inserir um monumento de valor histórico, arquitetônico e social dentro das políticas de requalificação pública.

**Imagem 53. Real Fábrica de Ferro São João. Fazenda Ipanema, SP.**



Fonte: [http://www.revistaeventos.com.br/img.php?id\\_imagem=25605](http://www.revistaeventos.com.br/img.php?id_imagem=25605)  
Acesso: 12, Jun 2014.

Patrimônio Arquitetônico é a construção que mantém a herança histórica e cultural de um lugar. Seja por seus estilos, sua época de construção, seu papel na paisagem urbana; ou basicamente, porque tem um valor só dele que é reconhecido e compartilhado pela comunidade onde está inserido.

O Patrimônio industrial possui a mesma dimensão arquitetural que qualquer monumento histórico, acrescentando ainda suas questões funcionais. A aceitação de um patrimônio cultural está ligada às questões que tratam de construir o novo e “desmanchar o antigo”.

Para Correa (2002), o patrimônio industrial é parte de uma ação do Estado capitalista que, em busca da renovação urbana, chega a viabilizar simultaneamente distintos interesses na cidade (de segregação social até a produção de espaço urbano vinculado à ampliação de capital dos empreiteiros), mas permanece sem o compromisso de investir nas relações ambientais e culturais.

Sob o ponto de vista do nosso processo de urbanização, os efeitos da reestruturação produtiva sob a égide de políticas neoliberais serão igualmente danosos e complexos para a economia e a sociedade brasileiras (Cano, p. 131).

Alguns autores como Castells (1983), explicam que para se saber mais sobre as questões que se relacionam às cidades, basta analisar em que estágio estão os modos de produção adotados por seus habitantes. O geógrafo Milton Santos (1999), reconhece que também a cultura deve ser estudada ao pensarmos o espaço.

A produção do espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, através dos objetos naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais, pois conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas (p.64).

De modo geral, se tem observado uma indiferença da sociedade em relação ao patrimônio industrial. Todo assunto em que se usa o tema indústria, geralmente é tratado como precisando de uma intervenção urbana revilitadora. Como patrimônio cultural que é não se pode esquecer que existem objetivos, métodos e preceitos teóricos comuns a todo o campo de preservação dos bens culturais. A associação com o feio, funcional e poluente, não permite uma interpretação fácil entre os valores culturais os físicos de um patrimônio industrial.

Nem todo edifício antigo representa fielmente um estilo ou uma época. E nem sempre existe um conhecimento básico capaz de identificar a validade desse julgamento. Para qualquer atividade de análise de um monumento deve-se atentar aos aspectos teóricos relacionados à restauração de um patrimônio.

No caso do patrimônio urbano industrial, a diversidade e a complexidade de edifícios e espaços que o compõem representam uma série de dificuldades para uma correta apreensão de suas especificidades, ponto de partida para respaldar uma intervenção coerente e consciente de seus valores culturais. (KÜHL, 2007, p. 17).

Quando falamos de patrimônio industrial e espaço urbano, estamos ao mesmo tempo associando as relações existentes entre os estudos da preservação e as ações do planejamento urbano do estado, numa conservação integrada. As trocas de atitudes entre as duas equipes permite que o resultado escolhido para a intervenção tenha resultados muito mais abrangentes.

A integração proposta entre planejamento e preservação do patrimônio evidencia o amadurecimento de uma visão global de tutela; o entendimento de que as particularidades espaciais e as relações compositivas que compõem certos conjuntos urbanos somente podem ser preservadas a partir de uma ação coordenada que abarque as diferentes escalas de intervenção – do edifício à cidade e da cidade ao edifício - , seja com relação à proposta projetual, seja com relação à administração, implementação e gestão das intervenções. (Rufinoni. 2013. p.146).

A cidade moderna, embora se desenvolva dando uma ideia de continuidade e expansão de alguns locais tradicionais. Tem seu desenvolvimento sendo orientado segundo as atividades produtivas da sua sociedade. Nesse sentido, basta notar que quando as fábricas cativaram a mão de obra rural, com elas cresceram também o comércio e os serviços em geral. Quando elas desapareceram, seus sítios, não trazem o valor da indústria, são apenas vistos como terrenos livres prontos para novos edifícios, com arquiteturas da moda e uso quaisquer. Amorim completa destacando que:

As normas e instrumentos urbanísticos precisam ser revistos para incentivar a manutenção e preservação de conjuntos urbanos áreas públicas e edifícios, e promover, com isso, a continuidade de usos, a permanência de populações residentes, o investimento requerido para garantir a qualidade urbana e edilícia necessárias para propiciar a emergência de um novo mercado imobiliário vinculado à requalificação (Amorim, 2007, p. 83).

Ao estudar sobre a formação de grandes cidades europeias (como Londres, Paris e Barcelona) ou mesmo das brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza), observamos que o processo de industrialização está presente como um dos principais fatores de crescimento urbano e de transformações na estrutura social.

A atividade fabril, desde a primeira Revolução Industrial, ainda no século XVIII, vem deixando as cidades com sérios problemas, como: alta densidade populacional, marginalidade, poluição, falta de infraestrutura, altas valorizações fundiárias etc. Este processo, conhecido como urbanização, é um fenômeno que vem ocorrendo em todo o mundo e é responsável inclusive, pela ocupação desordenada do espaço urbano.

Saber o que é entendido como industrialização, é mostrar o elo que une as atividades produtivas com as modificações sofridas no tecido urbano e os seus significados sociais. Para a maioria dos estudiosos da cidade, essas definições são tão distintas quanto suas linhas conceituais.

Do ponto de vista histórico, o processo de industrialização iniciou-se na Inglaterra, no século XVIII, passou pela Europa e espalhou-se pelo mundo afora. As primeiras indústrias precisavam estar próximas das suas matrizes energéticas (minas de carvão e rios). A partir do uso das ferrovias, que transportavam os combustíveis aonde fosse necessário, as indústrias passaram a se localizar nos grandes centros urbanos. Embora o trem trouxesse o carvão das minas, a mão-de-obra também chegava à cidade, formando um novo e imenso mercado consumidor. Atualmente, os vínculos que unem uma fábrica à cidade são tão maleáveis que algumas indústrias podem ser montadas em qualquer lugar do Planeta.

A indústria promoveu grandes transformações nas cidades pré-industriais. Com ela surgiram novos espaços (zonas industriais e comerciais, bairros residenciais e favelas), poluição, inovações nos transportes e nas regras do mercado imobiliário, mudança de hábitos da população, aumento da criminalidade, etc.

Não se pode esquecer que mesmo sendo a industrialização a principal responsável pela urbanização, ela se alimenta das trocas entre diferentes sociedades e em distintos níveis de cultura, tecnologia e economia.

A industrialização e a urbanização são processos complementares que costumam marchar associados um ao outro. A industrialização oferecendo empregos urbanos à população rural; esta entrando em êxodo na busca dessas oportunidades de vida. Mas não é bem assim. Geralmente, fatores externos afetam os dois processos, impedindo que se lhe dê uma interpretação linear. (Ribeiro, 2006, p.181).

Nas palavras de Flávio Villaça (2012), a transformação social não ocorreu sem a participação do espaço, e não existe transformação do espaço sem a transformação social.

Requalificar, ou seja, adequar a edificação às demandas atuais sem, contudo descaracterizá-la, pode ser um caminho sustentável para garantir a preservação arquitetônica e diminuir a expansão da malha urbana, portando reduzindo fluxos urbanos e mantendo áreas naturais necessárias ao equilíbrio ambiental. (p.182)

#### **Imagem 54. Sítios industriais abandonados. Romênia**



**Foto** Demény Gábel:

**Fonte:** <http://www.panoramio.com/photo/53174281>

**Acesso:** 12, Jun 2014.

**Imagem 55. Michigan Central Station.**



A velha estação se encontra em ruínas.

**Fonte:** <http://totallycoolpix.com/2013/02/urbanexploring-in-detroit-with-chris-luckhardt/>

Acesso: 12, Jun 2014.

## **CAPÍTULO 3**

### **ESTUDO DE CASO DE INDÚSTRIAS PIONEIRAS**

### 3. ESTUDO DE CASO DE INDÚSTRIAS PIONEIRAS

Na elaboração deste capítulo nossa principal pretensão foi apresentar a história de três edifícios fabris a partir de sua cronologia, a saber: Fábrica São José e Philomeno S/A Indústria e Comércio (Indústria Têxtil); Oficina do Urubu da Rede Ferroviária Federal (RFFSA); e, Brasil Oiticica S.A. (Indústria de Óleos Vegetais). Procuramos nos deter na situação atual em que elas se encontram e nos elementos que parecem ser da maior importância para a evolução do tecido urbano de Fortaleza. Ou seja, das mudanças ocorridas no entorno de cada uma das indústrias a partir de cada instalação. Uma linha do tempo da evolução urbana do bairro associada à história dessas três indústrias.

Para tanto, escolhemos indústrias que além de identificar períodos distintos, também representassem diferentes linhas de produção, e possuíssem o reconhecimento de serem dignas representantes da história local, e até conhecidas como símbolo do bairro onde estão localizadas.

Como já ficou patente na Introdução deste trabalho, em um estudo o fator temporal, geralmente, deixa em aberto algumas lagunas que precisam ser preenchidas com as poucas referências que se mostrarem disponíveis, pois muito se gasta e desaparece. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, nos deparamos com essa questão de ordem técnica, que dizia respeito à quase ausência de documentos sobre as indústrias, tanto de material cartográfico, registros de edificações, rotinas de trabalho, equipamentos e até de indivíduos (como antigos operários) em condições de contribuir com suas experiências e histórias sobre cada fábrica.

Devido, em parte a esses fatores, a análise que procedemos sobre as indústrias não se deteve especificamente no estudo

arquitetônico do edifício fabril – seus espaços, formas e construção. Nestas questões ligadas à edificação, optamos por fazer um registro fotográfico acompanhado de comentários explicativos sobre os detalhes de cada imagem.

### QUADRO DEMONSTRATIVO EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE FORTALEZA (1872 – 1950)

PERÍODO EM ANOS	QUANTIDADE (habitantes)
1872	42.458
1890	40.902
1900	48.369
1920	78.536
1940	180.185
1950	270.169

**FONTE:** FIBE – Enciclopédia dos Municípios do Brasil, 1959/1872/1950.

**Imagem 56. Planta de Fortaleza (1875).**



No desenho de Adolfo Herbster; a linha azul marca o limite Oeste da cidade - o riacho Jacarecanga; a linha marrom - o a direção e sentido da futura avenida Francisco Sá, a verde - a futura linha férrea Norte; e a zona em negro – o centro..

**Fonte:** arquivo do Nirez.

A expansão urbana de Fortaleza, desde o início da sua formação até hoje, vem se dando de forma espontânea, sendo pouco obediente aos planos diretores. A cidade, até as primeiras décadas de 1900, possuía contornos bem definidos, com concentração populacional no que ainda hoje chamamos de Centro da cidade, a região próxima a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

As primeiras indústrias de Fortaleza eram dependentes tanto da matéria prima produzida no interior do Ceará quanto do transporte desse material. Por isso se instalaram em localidades bem servidas por eixos viários e ferroviários, com um valor a mais, ocupam áreas fora do perímetro urbano, em razão do menor preço do metro quadrado do terreno. Estes principais acessos eram a linha férrea (rumo das cidades do interior do Estado); e a Avenida Francisco Sá, que se inicia a poucas quadras do centro da cidade, mas aos poucos, se estendeu até quase as margens do rio Ceará.

Apoiadas nessas vias, o volume de indústrias de grande porte que passou a se instalar nesta região, terminou contribuindo para modificar a paisagem local com seus imensos edifícios e chaminés poluidoras, com as vilas operárias e outras residências de funcionários. Surgiram também favelas, novas vias de acesso e micro zonas de uso específico para a nova população instalada.

A primeira zona industrial de Fortaleza estava assentada em uma planície quase sem vegetação, e cortada por vários riachos, cujo subsolo guarda água em abundância e de boa qualidade. Os ventos atravessam a cidade no sentido Sudeste/Noroeste em direção ao oceano, favorecendo de certo modo a não emissão de gases pela cidade. Seus limites são: pelo lado leste, avenida Filomeno Gomes; ao norte, a orla marítima, ao sul, rua Sargento Hermínio; e ao oeste, a Avenida Soares Moreno, já nas proximidades do rio Ceará. As indústrias foram ocupando espaços

que hoje fazem parte dos bairros: Jacarecanga, Pirambú, Colônia, Carlito Pamplona, Álvaro Weyne, Santo Antônio da Floresta e Barra do Ceará.

**Imagem 57. Avenida Philomeno Gomes, no Jacarecanga.**



**Fonte:** arquivo do Nirez.

Fortaleza, nos fins do século XIX, tinha o bairro de Jacarecanga como limite urbano oeste. Segundo Lima (1971).

E aquela zona oferecia as melhores condições para a implantação de indústrias: boa drenagem, ventos favoráveis, regular proximidade do centro, terrenos a preço módicos, e, acima de tudo a possível localização do porto na Barra do Ceará. (p.40)

O bairro Jacarecanga leva esse nome devido ao riacho Jacarecanga ou Riacho Timbó (como está no mapa de Fortaleza de 1649) que o atravessa. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, as áreas eram ocupadas por chácaras e sítios. Quando o mercado mobiliário se expandiu, muitos proprietários de terras urbanas partiram para o parcelamento dos terrenos, como foi o caso de Alfredo Salgado e Pedro Filomeno Ferreira Gomes, que começaram a construir casas de veraneio e posteriormente bangalôs em suas propriedades, transformando o local, no bairro da elite de Fortaleza.

A partir de meados da década de 1920, a fábrica Philomeno Gomes se instala nas margens do riacho Jacarecanga. Em 1927, a avenida Francisco Sá recebe a Indústria Têxtil José Pinto do Carmo; em 1928, as oficinas de trens da Viação Férrea - RVC (dos Urubus), e em 1934 a Brasil Oitica.

Com a chegada das indústrias, um grande contingente de pessoas vem do interior do Estado na esperança de suprir a escassez de mão-de-obra. Grande parte se instala nas vilas operárias, mas a maioria constrói seus barracos de palhas de coqueiro nas dunas do atual Pirambu, formando assim as primeiras favelas de Fortaleza.

As leis municipais também contribuíram para a fixação dos mais carentes na periferia. Várias diretrizes obrigavam as casas mais simples, como palhoças, a ficarem fora dos limites da periferia. A segregação social que não existia no século XIX, ganha corpo no século XX. Quem quisesse mora dentro da área urbana, teria que construir uma moradia firme, higiênica, espaçosa e de acordo com as normas de fiscalização da prefeitura.

**Imagem 58. Vista aérea de Fortaleza na direção Leste-Oeste.**



**Fonte:** arquivo do Nirez.

### 3.1. FÁBRICA SÃO JOSÉ E PHILOMENO GOMES S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Imagem 59. Vista aérea da Fábrica São José (década de 1930).**



Fonte: arquivo do Nirez.

Pedro Filomeno Ferreira Gomes foi desde cedo um empreendedor. Construiu bastante no Jacarecanga, fazendo dele o bairro mais procurado pela burguesia nas três primeiras décadas do século XX.

Em 1926, a firma Frota, Siqueira & Cia Ltda., foi constituída para explorar e construir a Fábrica São José, mas logo é desfeita e substituída por Gomes & Cia, de propriedade dos irmãos Pedro Philomeno Ferreira Gomes e Francisco Otávio Ferreira Gomes, que inauguram a indústria em 1928.

Localizada no bairro Jacarecanga, a São José, foi pioneira na instalação de novos processos de tecelagem com a substituição dos velhos teares de madeira por uma maquinaria capaz de produzir para exportação.

A Fábrica São José e Philomeno Gomes S.A. Indústria e Comércio, hoje desativada, e em ruínas, era uma grande indústria têxtil que durante décadas produziu tecidos e redes, inclusive para exportação. As suas edificações eram compostas por galpões para estocar algodão, corpo de máquinas de fiação e tecelagem, casas das máquinas (caldeira, motores), almoxarifados e escritórios. A linha férrea passava do lado da fábrica. A Vila Operária São José se localizava nos fundos dos galpões, embora tenha começado com poucas unidades nos seus últimos anos de fábrica, a vila era formada por quase duzentas casas e uma escolinha para as crianças dos operários .

Grande parte do seu terreno era cortado pelo riacho Jacarecanga, hoje com seu leito canalizado. Durante décadas, a sua fachada elaborada com uma linguagem arquitetônica eclética e instalada na “nobre” avenida Philomeno Gomes, constitui-se marco referencial do progresso do bairro. A Philomeno Gomes, e todas as grandes fábricas, além de suas histórias individuais (que podem ser contadas desde o primeiro momento em que foi planejada a sua construção, até a repercussão coletiva da sua marca, ou de um dos seus produtos, ou mesmo de um “jingle” que ficou associado ao nome da indústria), possuem vestígios físicos do tamanho da sua importância, que preocupam quem os vê.

A preocupação para uns pode vir da expressão “como se pode manter uma edificação desse porte só para preservar sua herança cultural?” enquanto outros perguntam “quanto deve estar valendo o terreno onde fica esta ruína?” A valorização de uma edificação de passa por fundamentos conflitantes onde a conservação e restauração disputam com a demolição e a reforma, um ângulo mais favorável para se mostrar. Para Chouay:

O campo patrimonial na França, sob denominações diversas, no mundo inteiro, é palco hoje de um combate desigual, no qual, porém, o poder dos indivíduos

permanece grande e em que a ordem de um prefeito, de um inspetor de patrimônio ainda pode mudar o destino de um monumento ou de uma cidade antiga. (p. 212)

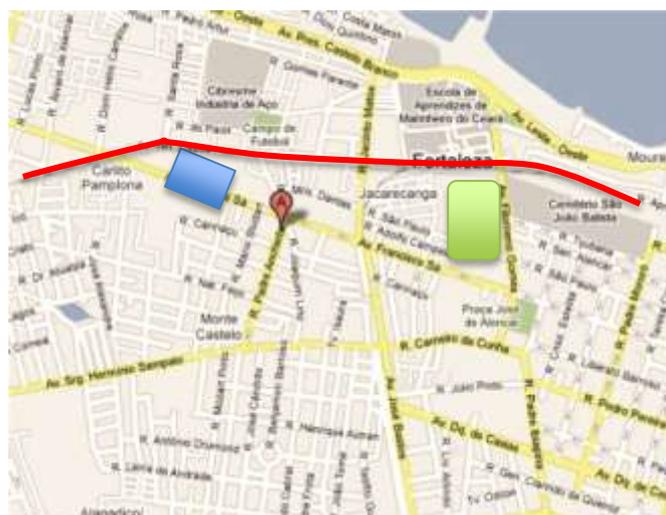
Ainda sobre o mesmo tema, afirmou Chouay, “Contudo, a transmissão de um saber histórico deriva principalmente da valorização do patrimônio.” (p. 216)

**Imagem 60. Vista aérea do bairro Jacarecanga.**



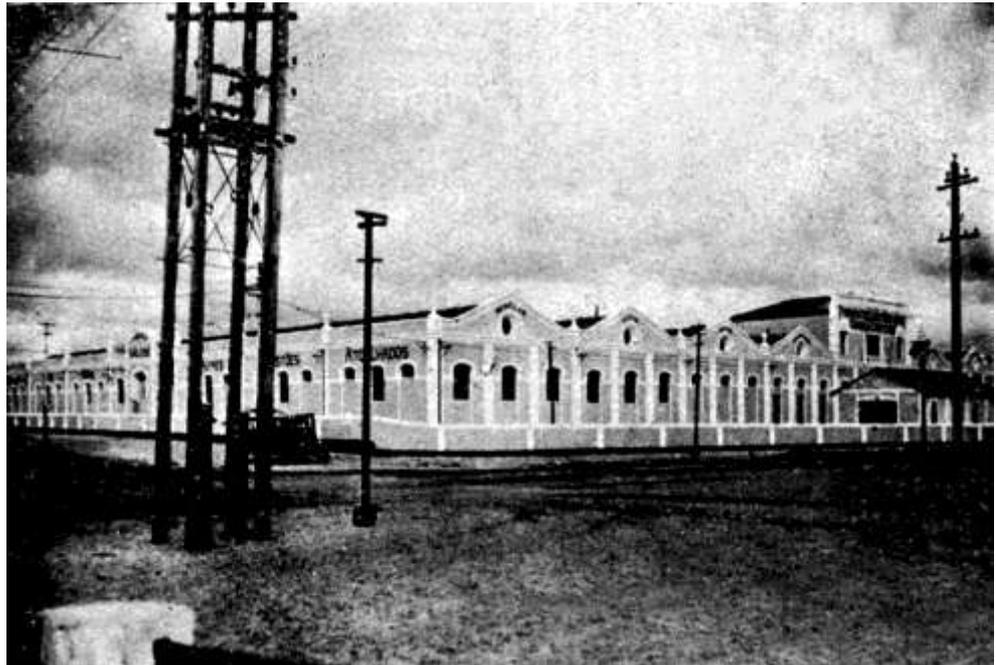
Nessa foto percebe-se a Fábrica São José, à esquerda e a vila operária à direita.  
**Fonte:** Arquivo do Nirez

**Imagem 61. Mapa dos bairros Jacarecanga e Carlito Pamplona.**



A legenda verde é a localização da Fábrica São José, a azul, marca a Brasil Oitica S.A.; e a vermelha a linha férrea.  
**Fonte:** Goggle Maps - Acesso: 22 nov 2014.

**Imagem 62. Fachadas Norte e Leste da Fábrica São José.**



**Fonte:** Arquivo Nirez

**Imagem 63. Fachada Leste da São José. (2014)**



A fábrica encontra-se abandonada e em ruínas, aguardando iniciativas do mercado mobiliário.

**Fonte:** do autor (2014)

**Imagem 64. Vista Aérea da fachada Leste da Fábrica São José (2014).**



**Imagem 52. Ruínas da Fábrica São José. Fachada leste da Avenida Philomeno Gomes.**  
**Fonte:** Arquivo do autor

**Imagem 65. Ruínas da Fábrica São José.**



**Vista das Margens do Riacho Jacarecanga**

**Fonte:** Arquivo do autor

**Imagem 66. Ruínas da Fábrica São José. Vista Interna dos galpões.**



**Fonte:** Arquivo do autor

**Imagem 67. Ruínas da Fábrica São José. Vista Interna dos galpões.**



**Fonte:** Arquivo do autor

**Imagem 68. Fachada das casas da Vila São José**



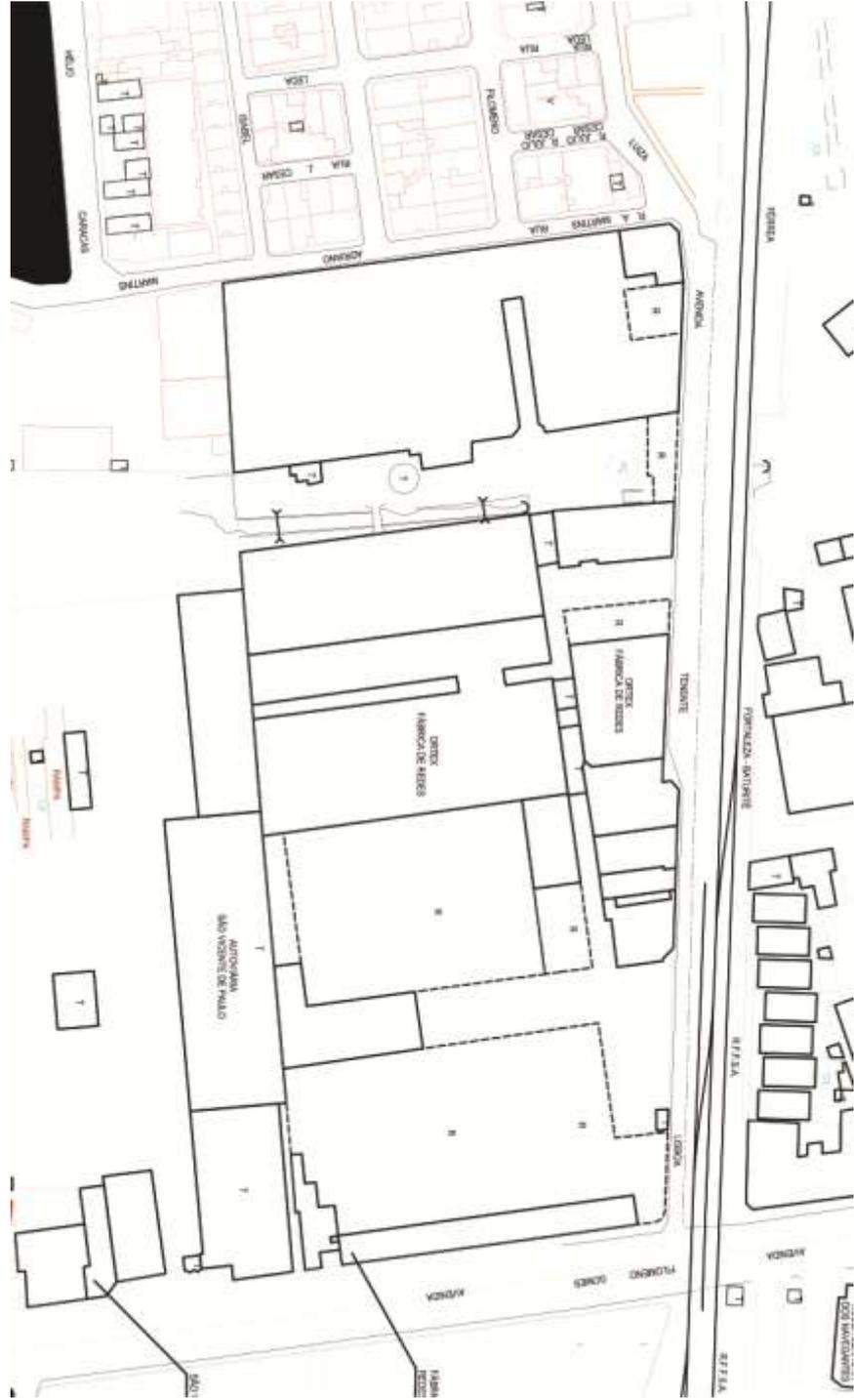
**Fonte:** Andrade, 1990, p.192

**Imagem 69. Casas da Vila São José. (2014)**



**Fonte:** Arquivo do autor.

**Imagem 70. Planta Baixa da Fábrica São José (2014).**



**Fonte:** Arquivo da Prefeitura de Fortaleza.

**Imagem 71. Planta de Situação da Vila Operária São José (2014)**



**Fonte:** Arquivo da Prefeitura de Fortaleza.

### **3.2. OFICINA DO URUBU DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL**

Nos anos de 1920, o coronel Antônio Joaquim de Carvalho, proprietário de sítio Santo Antônio da Floresta, doa para a Rede Viação Cearense – RVC uma região chamada Urubu - um terreno de 484.676 metros quadrados (conforme consta na planta de situação original). Nessa área, o diretor da RVC, Demóstenes Rockert, desenvolveu o anteprojeto de uma nova oficina que viria substituir a que existia na Estação Professor João Felipe, a estação central de Fortaleza, e que levou o seu nome - Demóstenes Rockert,

Interessado em valorizar suas terras, o coronel cedeu a região do Urubu a RVC. As terras do sítio ainda possuíam vegetação nativa, e estavam a mais de três quilômetros dos limites do bairro Jacarecanga, ou seja, fora até da periferia de Fortaleza. Em 1928, o prefeito de Fortaleza, Godofredo Marciel, entregou a avenida Demóstenes Rockert, uma artéria moderna que aproximou de vez as oficinas do Urubu do centro da cidade.

O autor do anteprojeto das novas oficinas foi o engenheiro Demóstenes Rockert, os projetos executivos estão assinados por Emilio Henrique Boumgart. Dolabela Portela, o empreiteiro, e o plano geral do engenheiro Stevenson. As oficinas contemplam 16 mil metros quadrados de área edificada em concreto, com destaque para 12 pontes rolantes (algumas delas com capacidade de erguer 100 toneladas). As oficinas do Urubú foram por décadas, consideradas as mais completas oficinas do gênero no Brasil.

## Imagem 72. Vista Aérea da Oficina do Urubu e entorno



**Fonte:** Inventário de varredura do IPHAN

01. SEDE DA CFN – ANTIGO EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO DA OFICINA
02. EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO DA CFN - APOIO
03. SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS
04. ALMOXARIFADO
05. REFEITÓRIO E LAZER
06. GERÊNCIA DA MANUTENÇÃO
07. OFICINA DE MANUTENÇÃO DE LOCOMOTIVAS
08. OFICINA DE MANUTENÇÃO DE LOCOMOTIVAS E VAGÕES
09. OFICINA DE MANUTENÇÃO DE VAGÕES TANQUE
10. OFICINA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIA PERMANENTE
11. CASA DOS COMPRESSORES
12. CALDEIRARIA DE PEÇAS – ANTIGA FERRARIA E FUNDIÇÃO
13. TRATAMENTO E ESTOCAGEM DE AREIA – ANTIGA MARCENARIA
14. CAIXA D'ÁGUA
15. CASA DE BOMBAS
16. DEPÓSITO DE MATERIAIS QUÍMICOS - ANTIGA CASA DE FORÇA
17. LABORATÓRIO DE ANÁLISES
18. SUBESTAÇÃO
19. ESTACIONAMENTO
20. GUARITA
21. GRÊMIO DOS FERROVIÁRIOS

O programa era composto de oito pavilhões, alguns com pouco fechamento lateral, devidamente projetado para uma região de pouca chuva e brisas constantes. Suas estruturas em concreto armado, desenhadas por Baumgart, possuem uma delicadeza e leveza que contrasta com a capacidade de sustentar vãos de mais de 30 metros. Estes galpões são símbolos do uso inicial do concreto no Brasil:

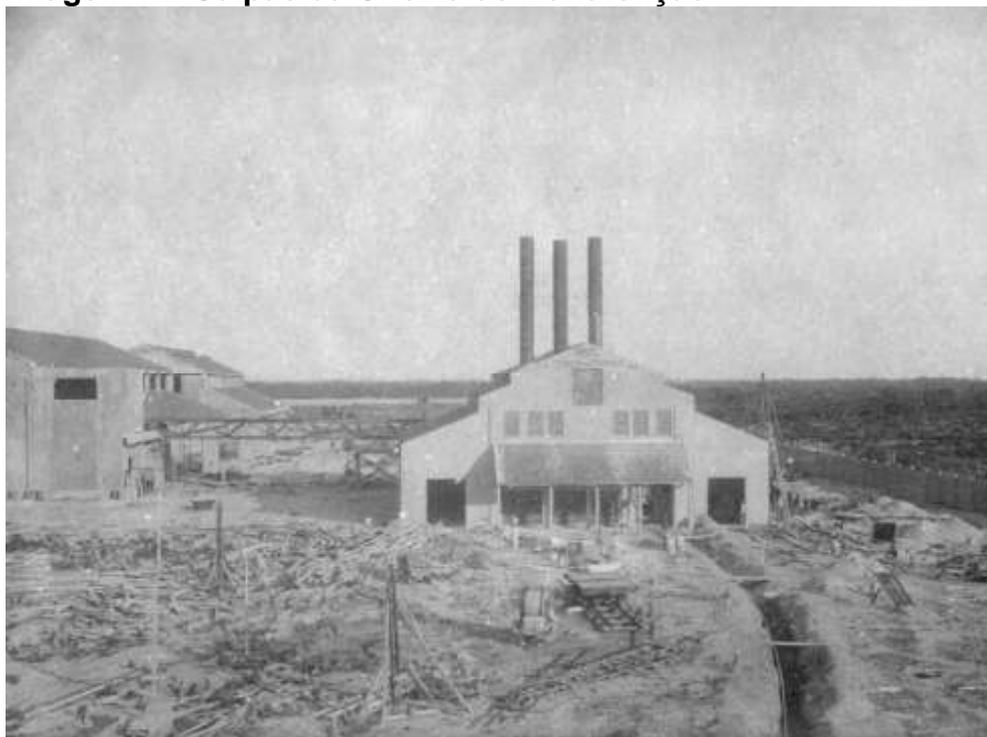
- Oficina de montagem e reparação de locomotivas – formada por três naves (a central com vão de 18 metros e as duas laterais com vãos de 14 metros), possui uma ponte rolante capaz de erguer 100 toneladas;
- Oficina de reparação de carros e vagões – formada por uma nave com vão de 31 metros;
- Oficina de pintura de carros e vagões;
- Oficina de fundição;
- Oficina de ferraria;
- Usina de força (termelétrica);
- Almoarifado;
- Administração.

### **Imagem 73. Planta de Situação da Oficina.**



**Fonte:** Google Earth - Acesso mai 2014

**Imagem 74. Galpão da Oficina de Manutenção.**



**Fonte:** Inventário de varredura do IPHAN

**Imagem 75. Galpão da Oficina de reparos e manutenção.**



**Fonte:** Inventário de varredura do IPHAN

**Imagem 76. Galpão da Oficina de reparos e manutenção.**



**Fonte:** Arquivo do autor (2014)

**Imagem 77. Vista interna do galpão de Reparos e Manutenção**



Destaque para a estrutura de concreto armado do Engenheiro Baumgart.

**Fonte:** Arquivo do autor (2014)

**Imagem 78. Vista interna do galpão de manutenção**



**Fonte:** Arquivo do autor (2014)

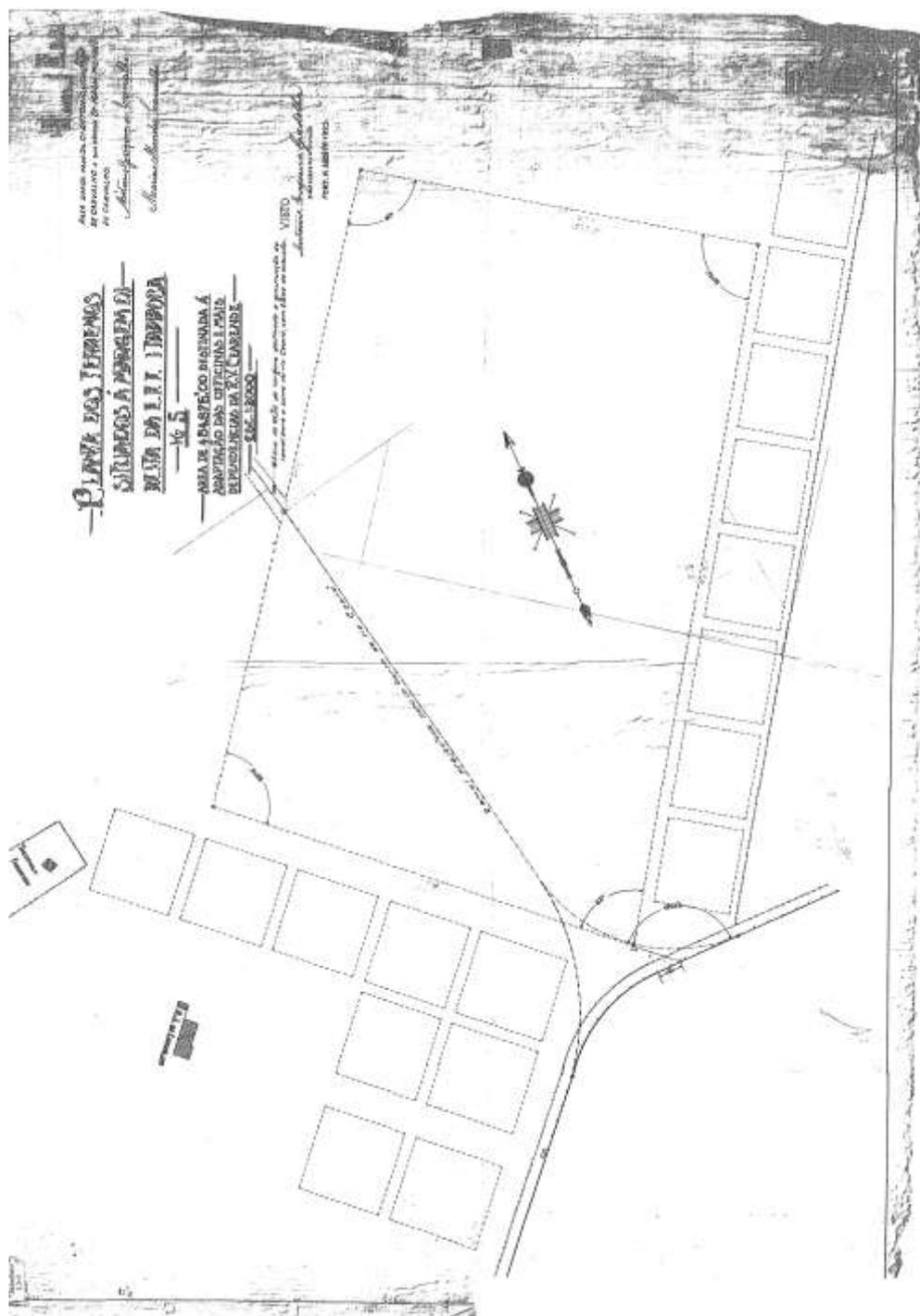
**Imagem 79. Vista galpão de Reparos e Manutenção**



**Destaque para a estrutura de concreto armado do Engenheiro Baumgart.**

**Fonte:** Arquivo do autor (2014)

Imagem 80. Planta original do terreno do Urubú (1925)



Fonte: Arquivo da RFFSA.

### 3.3. Brasil Oiticica S. A.

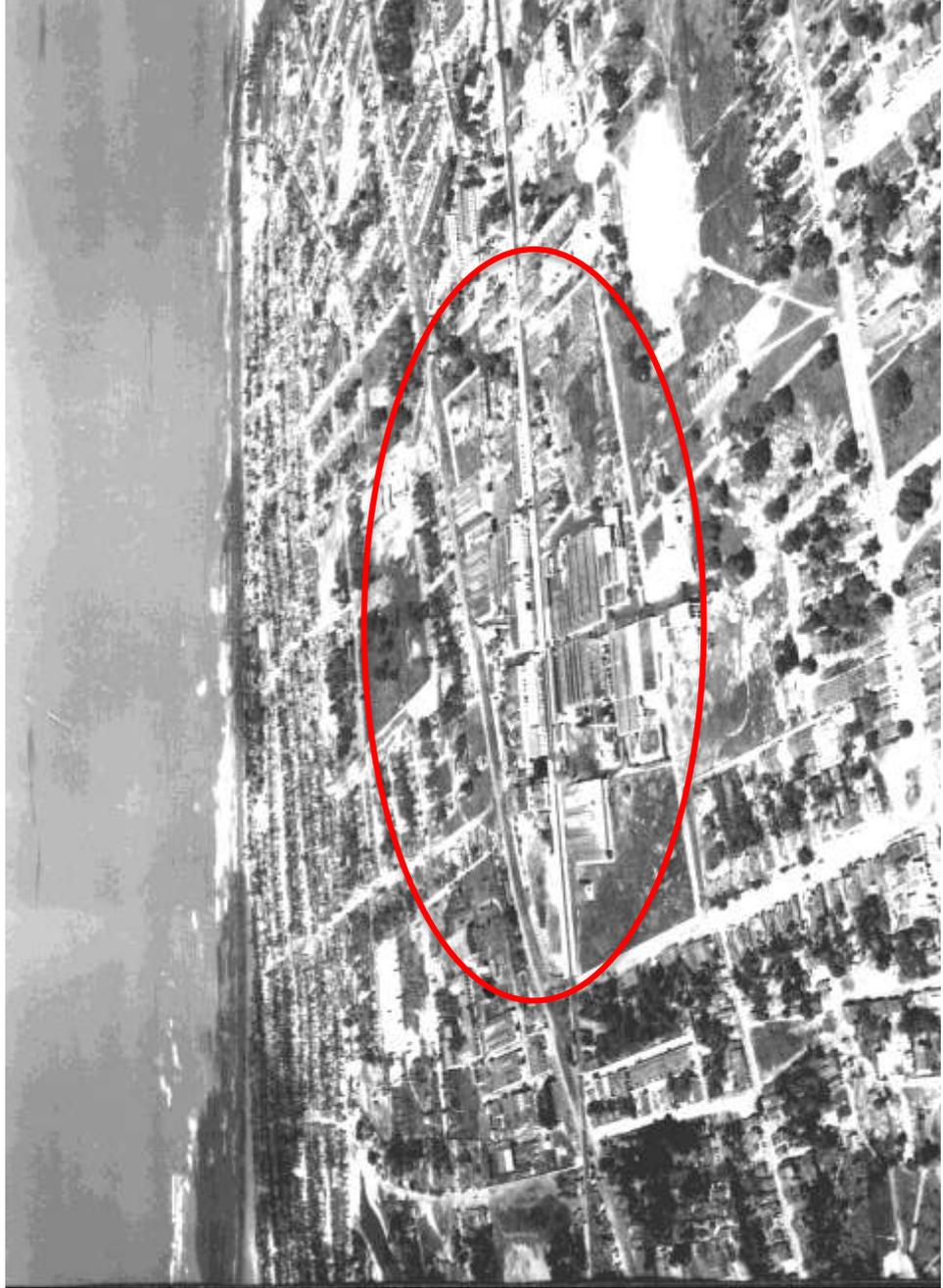
A firma C.N. Pamplona & Cia, na pessoa dos seus sócios; Carlito Narbal Pamplona e Franklin Monteiro Gondim; era proprietária da Fábrica Myriam (produtora de óleo de oiticica). Durante 10 anos buscaram entre químicos consagrados mundialmente descobrir porque o óleo de oiticica coagulava de um dia para o outro. Após receberem o resultado de uma experiência que tornava o método de liquefação do óleo de oiticica permanente, tomam também conhecimento que este óleo era especialmente indicado para o uso em tintas e vernizes, pois possuía características superiores as do *tung* (planta oriental que fornece o óleo que se mistura com as tintas). Juntos com Condoroil Tintas S.A. (de capital americano) fundam a Brasil Oiticica S. A.. A Fábrica Myriam, através de acertos, passou para o controle da Brasil Oiticica.

A oiticica teve seu período áureo o que permitiu a Brasil Oiticica abrir grandes filiais em Pombal, na Paraíba e Mossoró, no Rio grande do Norte. Além de depósitos particulares nas principais cidades do nordeste. Por falta do produto (a oiticica não permite ser plantada), a grande maioria dos fabricantes de óleo de oiticica fechou. Dentre eles a Brasil Oiticica.

Ela foi inaugurada em 4/11/1934, e fechou em 1987, quando foi decretada sua falência. Se localizava na avenida Francisco Sá, e possuía, quando em plena atividade, 1100 empregados. Durante mais de 50 anos, foi (dentre todas as indústrias cearenses) a que mais pagou impostos ao Estado.

Nos anos de 1940, a Brasil Oiticica construiu uma nova indústria, exatamente em frente a matriz. A nova fábrica era para a produção (pioneira), da castanha de caju. Esta empresa também foi vendida, e hoje em dia, ainda produz a castanha Iracema.

**Imagem 81. Vista do bairro Carlito Pamplona (década de 1950).**



**Fonte:** arquivo do Nirez.

A Brasil Oiticica foi construída em terreno que tinha seus limites principais com a Avenida Francisco Sá e com linha férrea Oeste. Estabelecida em uma região que já se mostrava propícia para a instalação de grandes fábricas, devido as suas facilidades de transporte, proximidades com o centro de cidade e outras áreas já habitadas (Bairro Jacarecanga, e as favelas no Pirambú), inclusive com ventilação favorável. Desde sua instalação, seu porte teve grande impacto na região, tendo, inclusive, dado nome ao bairro. Após 1947, seu fundador, logo após a sua morte “doou” seu nome ao bairro Carlito Pamplona.

Construída com traços da “Art Déco”, estilo preferido nas obras mais marcantes das primeiras décadas do século XX, ainda está em bom estado físico, mas perdeu o seu uso principal – ser uma fábrica.

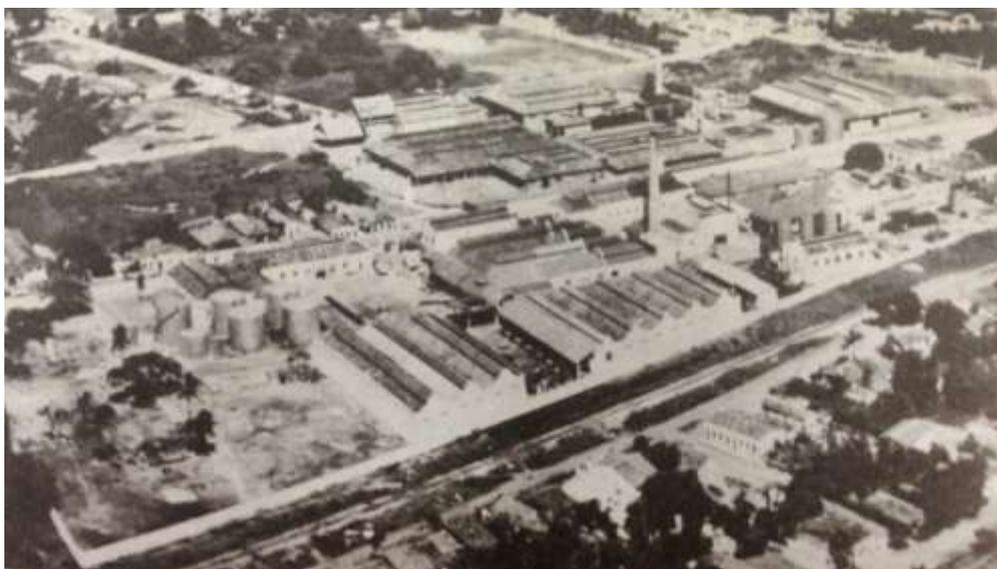
Nos dias de hoje, sem referências, não tem que responda pela guarda de cópias de projetos, documentos, até o antigo maquinário está perdido. Pouco material ainda está disponível para estudos. Em uma entrevista, o professor Liberal de Castro, nos relatou que embora não se tenha encontrado os projetos originais, o nome do engenheiro Silvio Jaguaribe Ekman, está ligado ao projeto da obra, inclusive por ter estado na época em Fortaleza (atendendo a outros projetos).

A área da fábrica cearense de óleo de oiticica (em 1945, foi construído um anexo para industrializar castanhas de caju), era de 44 mil metros quadrados. Além de tanques alumínio para armazenar o óleo (instalados em 1939 - cinco deles com capacidade para 500 mil litros), galpões para estocagem de óleo, depósitos, pátio para secagem de sementes, área administrativa, possuía ainda uma estação ferroviária para cargas.

Hoje em dia, além do edifício de escritórios, a fábrica tem seus antigos espaços “parcelados” e alugados; os tanques existentes servem como armazenamento de óleo e castanha, e de depósitos de

tintas, alguns dos galpões atendem a uma metalúrgica, a uma panificadora, uma fábrica de tintas, além de uma oficina de tratores.

**Imagem 82. Vista Aérea dos fundos da Brasil Oiticica (década de 1940).**



Fonte: Arquivo Nirez

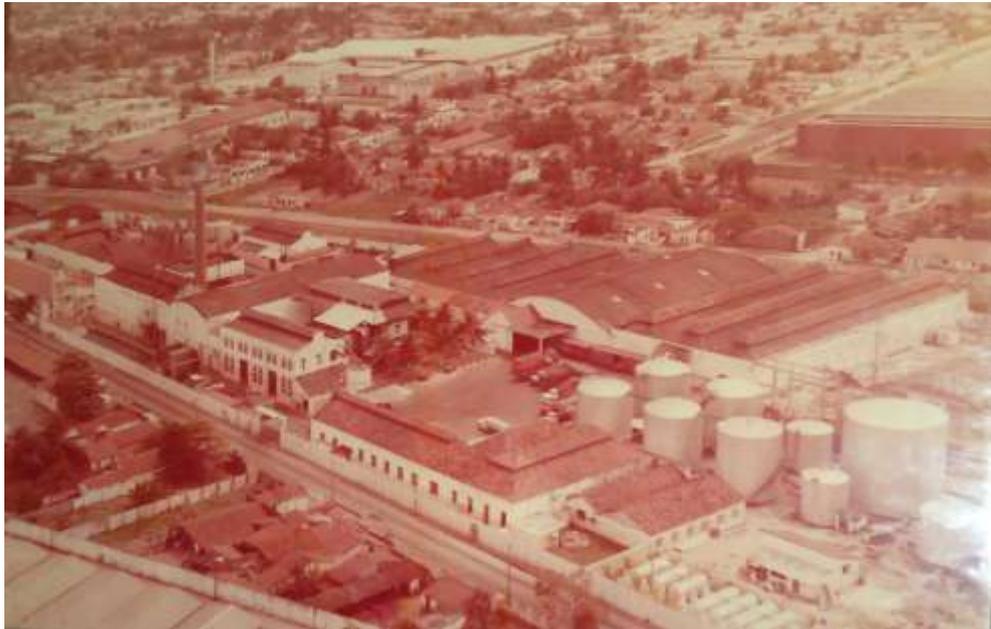
**Imagem 83. Vista Aérea dos fundos da Brasil Oiticica (2014)**



Comparando as duas fotos, se percebe que alguns galpões foram reconstruídos (em 1968 um incêndio destruiu três galpões) e alguns tanques foram retirados.

Fonte: Arquivo Nirez

**Imagem 84 . Vista aérea da Brasil Oiticica (anos 1950).**



Na frente da fábrica se estende a avenida Francisco Sá.

**Fonte:** Foto de uma foto existente em um galpão da fábrica.

**Imagem 85. Vista aérea da Brasil Oiticica. (2014)**



Essa foto, assim como uma planta de situação, define bem os espaços no terreno. Na legenda: traço vermelha – linha férrea; traço verde: avenida Francisco Sá.

**Fonte:** google Earth - Acesso: 22 Nov 2014

**Imagem 86. Volumetria da fábrica.**



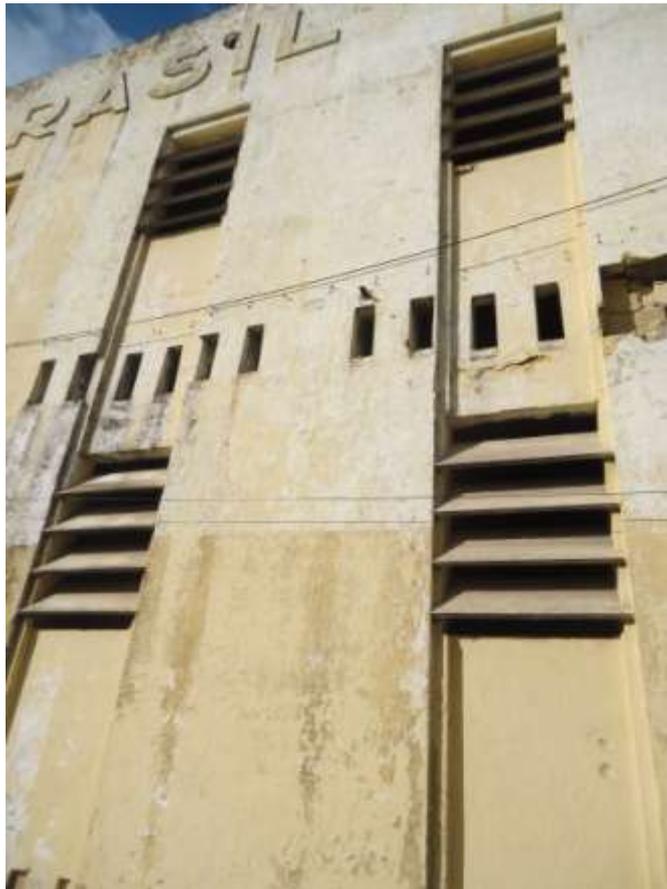
Vsta Aérea da Fábrica Brasil Oitica. Ao lado a Fábrica Iracema (castanha)  
**Fonte:** Goggle Earth - Acesso: 22, nov 2014

**Imagem87. Fachada do Prédio Administrativo.**



Na fachada principal existem composições volumétricas de faixas paralelas em alto relevo - um dos detalhes da art déco.  
**Fonte:** Arquivo autor (2014)

**Imagem 88. Uso da luz natural.**



**Imagem .** Fachada do Prédio Administrativo. Detalhe Fachada Sul com brises de concreto, compondo faixas.  
**Fonte:** Arquivo autor (2014)

**Imagem 89. Composições volumétricas na fachada.**



Fachada do Prédio Administrativo. Brises e faixas em relevo.  
**Fonte:** Arquivo autor (2004)

**Imagem 90. Fachada lateral do galpão central.**



**Frontões e ornatos escalonados são outras características do Déco.**  
**Fonte:** Arquivo do Autor (2014)

**Imagem 91. Fachada lateral do galpão central.**



Fachadas em formas geométricas com composições geométricas no formato de faixas, também são outras características do Déco.  
**Fonte:** Arquivo do Autor (2014)

**Imagem 92. Vista Pátio Central.**



Tanques em alumínio ainda em uso, marcam o interior da fábrica.

**Fonte:** Arquivo do Autor (2014)

**Imagem 93. Vista interna dos galpões antigos.**



Estruturas de madeira apoiadas em vigas – calhas de concreto e o uso do lanternins são outras características da art Déco.

**Fonte:** Arquivo do Autor (2014)

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada buscou refletir sobre os agentes que contribuíram para a formação industrial de Fortaleza, do seu princípio até a década de 1940. Sabendo que, após este momento, outras condicionantes intensificaram o processo de urbanização. Voltamos ao início da história da cidade para subsidiar a nossa formação social, econômica, e nossas atitudes e comportamentos. Concordando com Lynch (2003) percebemos que a cidade tem imagens que se diferenciam, pois os indivíduos as interpretam a partir de referenciais múltiplos na relação deles com o espaço. Com isso se constroem significados e identificações advindos da afetividade ou não com os espaços.

Sem dúvidas existe imensa diversidade no tecido urbano, mas quando temos um símbolo comum entre eles, temos também algo de forte significado sendo representado. Podemos citar a tradição como um desses gostos que se fazem símbolos. A memória urbana vem ser a junção de todas essas sensações. É soma das individualidades, das vivências vistas como uma só, resultando em resposta comum.

A identidade que construímos com o processo da industrialização em Fortaleza exemplifica a compreensão das nossas vivências com o espaço. Resgatar o patrimônio industrial, em especial o estudo sobre a Fábrica São José e Philomeno Gomes, a Oficina dos Urubus da RFFSA e a Brasil Oiticica, proporcionou reviver histórias ouvidas desde muitos anos que foram sendo (re) contadas com os olhares de quem viveu uma experiência, e viveu essa experiência por tanto tempo, que ela é parte da vida de todos que relataram seu passado nas indústrias que citamos.

Conhecer o modo como a Fábrica São José, construída nos limites da cidade de Fortaleza, “puxou” o espaço urbano para a zona oeste, mesmo diante do conflito de interesses que se deu entre a elite que morava no nobre bairro Jacarecanga, e seus novos vizinhos (que chegavam induzidos pela presença da grande indústria). Ou como a doação do terreno para a instalação das Oficinas do Urubu, foi um sucesso imobiliário, pelo fato de ter ampliado ainda mais a área Oeste com novos estabelecimentos e moradias, e finalmente a importância da implantação da Brasil Oitica, que além de impulsionar o desenvolvimento da região, ainda virou nome do bairro onde se localizava. Estes exemplos foram importantes como indutores do processo de industrialização desta zona, mas também tem sua parcela de responsabilidade (mesmo contra a vontade dos proprietários das indústrias) pelas favelas que ocupavam a antiga periferia da cidade, e que nos dias de hoje viraram bairros de população ainda marginalizada.

Não devemos esquecer que o processo de urbanização contemporâneo tem recebido pressões de setores distintos e posturas contrárias entre os setores. Não nos prendemos nos processos de urbanização, nem na favelação, mas focamos os econômicos, pois só ele, dentro do processo capitalista de produção, consegue dividir fisicamente uma cidade e segregar parte da sua população, interferindo na sua paisagem e dinâmica.

A sociedade está intimamente vinculada com o território onde vive, por isso, preferimos uma análise que colocasse o componente social e cultural à mesma altura de outros condicionantes do fato urbanizador, em especial aquele que entende a cidade e o território como um direito básico do ser humano, independentemente de época, classe e posição social que ocupem.

A decisão do que fazer com os prédios e edifícios (hoje obsoletos) do patrimônio industrial pressupõe escutar as opiniões da

população envolvida com a história do espaço urbano no seu entorno, sem que seja, apenas, definida de acordo com os interesses privados da especulação imobiliária. O “patrimônio” industrial de Fortaleza até a década de 1940, com as informações do estudo de casos das indústrias pesquisadas, foi construindo a história dos bairros Jacarecanga, Carlito Pamplona e Álvaro Weyne. Hoje estes bairros compõem a região administrativa de Secretaria Regional I – SER I, que recebeu a infraestrutura da via férrea e potencializou a construção das indústrias de Fortaleza, a partir dos anos de 1920. A ferrovia cortava a zona oeste da cidade e ali, o povoamento destes bairros foi marcado pela presença dominante de trabalhadores das indústrias; o comércio e o ramo de serviços estavam, também, sintonizados com as indústrias, ocorrendo assim, a expansão desta zona em Fortaleza. Nada mais significativo do ponto de vista democrático, que a decisão sobre o “patrimônio” industrial, como direito dos cidadãos, comece com eles mesmos e (em respeito à sua memória). Contudo, esse princípio democrático no estado de direito brasileiro parece por em risco a apropriação capitalista, que decide sobre “patrimônio” de acordo com seus próprios interesses, e a gestão pública vem apoiando esta forma de deliberação privatista.

Achamos que as informações colhidas para essa pesquisa serviram para indicar os processos de formação de Fortaleza. Esses esclarecimentos podem ser reconhecidos nas frequentes mudanças, identificadas nos planos urbanos. Todas elas vieram, uma a uma, se caracterizando por transformações físicas como forma de proporcionar mais espaços para os “bons” habitantes, e isolar os demais.

As principais mudanças ocorridas na distribuição espacial se caracterizaram pelas significativas transformações que operaram. Seja quanto ao tipo das instalações industriais, e sobre tudo pelas mudanças qualitativas na configuração do espaço na qual elas se

inserem. As indústrias quando aqui se instalaram, preferiram os terrenos lindeiros da cidade, por terem menor custo. Como a topografia de Fortaleza é suave, qualquer local pode ser adequado, principalmente se estiver próximo das vias de escoamento, ferroviárias ou rodoviárias.

Por outro lado, as políticas de segregação iniciadas pela classe dominante a partir dos anos de 1920, determinando espaços proibidos e permitidos para a construção de casas simples e “palhoças”, muito contribuiu para o aumento da densidade populacional no setor Oeste da cidade. Muitos excluídos se fixaram nessas áreas formando as principais favelas da cidade como a do Pirambu.

A análise principal que proponhamos fazer era como o aumento na quantidade de edifícios fabris foi responsável pelo incremento populacional da cidade era? E também, como associar uma pergunta as possíveis atitudes de preservar histórias vivas através de espaços e paredes, paisagens e entornos, relações sociais e hábitos, e tudo isso com o patrimônio cultural?

Ao considerarmos a morfologia da paisagem e a distribuição espacial inerente a urbanização (que por sua vez está na dependência do processo de industrialização) torna-se mais claro o papel que cada um dos envolvidos capitaneou para a expansão urbana de Fortaleza.

## **5. REFERÊNCIAS**

## 5. REFERÊNCIAS

**ALMEIDA**, Maria Iselda Rocha. *A História da Indústria de óleos vegetais no Ceará: 1900 – 1960*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará / Stylus Comunicação, 1989.

**AMORA**, Zenilde Baima. *Aspectos históricos na Industrialização no Ceará*. In: SOUZA, Simone et al. *História do Ceará*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 1994.

**AMORIM**, Luiz. *Obituário arquitetônico: Pernambuco Modernista*. Recife, Luiz Amorim, 2007.

**ANDRADE**, Carlos Roberto Monteiro. *Dar forma ao informe: o urbanismo e a crise da cidade moderna*. In: GONÇALVES, Maria Flora, et al. *O Novo Brasil Urbano. Impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre. Editora Mercado Aberto, 1995.

**BRUM**, Argemiro Jacob. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis, Editora Vozes, 1982.

**BRUNA**, Paulo Júlio Valentino. *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*. 2ª edição. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

**CASTRO**, Liberal de. *A Forma Urbana Fortalezaense*. Ah, Fortaleza! Gylmar Chaves, Patrícia Veloso, Peregrina Campelo, organizadores. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

**CASTELLS**, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S.A. 1983.

**CELSO**, Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

**CHOAY**, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo : Estação Liberdade : Editora Unesp, 2001, p.26

**CORREA**, R. L. *O espaço urbano*. 4ª. Edição, 2ª reimpressão. São Paulo. Editora Ática, 2000

**COSTA**, Maria Clélia Lustosa da. *Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço*. In: SILVA, José Borzacchiolo da, et al. *Ceará: Um novo olhar geográfico*. 2ª edição. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2007.

**FONTES**, Paulo. *Mapeando o patrimônio industrial*. Disponível em <<http://www.revista.iphan.gov.br/matéria.php?id=166> >. Acesso em: 21 mai. 2014.

**FARIAS**, Airton de. *História do Ceará*. Fortaleza, 6ª edição. Armazém da Cultura, 2012.

**GIDDENS**, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1991.

**GONÇALVES**, Maria Flora (org.). *O Novo Brasil Urbano. Impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre. Editora Mercado Aberto, 1995.

**LIMA**, Luiz Cruz. *A indústria na zona da av. Francisco Sá*. Fortaleza, Instituto de Geociências - UFC, 1971.

**LOPES**, Marciano. *Royal Briar – A Fortaleza dos Anos 40*. Fortaleza, Gráfica Editora Tipogresso. s/d.

**LYNCH**, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2003.

**KOTKIN**, Joel. *A Cidade – Uma História Global*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2012

**KÜHL**, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização – Problemas Teóricos de Restauro. Uma História Global*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

**MENDONÇA**, Adalton da Motta. *Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbanas*. 2001. In: Vitruvius. Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>>. Acesso em: 21 mai 2014.

**MENEGUELLO**, Cristina. Patrimônio Industrial como tema de pesquisa. Disponível em: <http://www.eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/viewFile/171/143>. Acesso em 8 jun. 2013.

**MONGIN**, Olivier. *A Condição Urbana: A cidade na era da globalização*. São Paulo. Editora Estação Liberdade, 2009.

**NOBRE**, Geraldo. *O Processo Histórico de Industrialização do Ceará*, Fortaleza. 2ª edição. FIEC, 2001.

**RATTNER**, Henrique. *Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo, 2ª edição, Companhia Editora Nacional, 1978.

**RUFINONI**, Manoela Rossinetti, *Preservação e Restauro Urbano – Intervenções em Sítios Históricos Industriais*. São Paulo: Fap-Unifesp: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

**RIBEIRO**, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

**RIBEIRO**, Frank (coord.). *História da Moderna Indústria Brasileira*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1986.

**SINGER**, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, 13ª edição, Editora Brasiliense, 1995.

**TAVARES**, Hermes Magalhães. *Novos espaços industriais: o papel do Estado*. In: GONÇALVES, Maria Flora, et al. *O Novo Brasil Urbano. Impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre. Editora Mercado Aberto, 1995.

**SANTOS**, Milton. *O Espaço o Cidadão*. São Paulo, Nobel. 1999.

**SILVA**, José Borzacchiolo da. *A cidade contemporânea no Ceará*. In: SOUZA, Simone, et al. *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2000.

*Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Disponível em <<http://www.patrimonioindustrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>> Acesso em: 21 abr. 2014.

**VIANA**, Carlos Negreiros. *Uma breve história da Industrialização Cearense*. In. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 2011.

**VILLAÇA**, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo, Studio Nobel, 2012.

**VIÑUALES**, Graciela María. *Olhares sobre o patrimônio industrial*. In: Vitruvius. *Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo*. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.091/82>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

## TESES E DISSERTAÇÕES PESQUISADAS

**ACCIOLY**, Vera Mamede. Planejamento, Planos Diretores e Expansão Urbana: Fortaleza 1960-1992. Tese de Doutorado do curso de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, 2008.

**ANDRADE**, Margarida Júlia Farias de Salles. Onde moram os operários... vilas operárias em Fortaleza 1920-1945. Dissertação de mestrado do curso de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, 1990.

\_\_\_\_\_, Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810-1933. Tese de doutorado do curso de Arquitetura & Urbanismo da FAUUSP, 2012.

**STUERMER**, Cristine Machado. *Reconversão do Patrimônio Industrial e os valores contemporâneos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.

